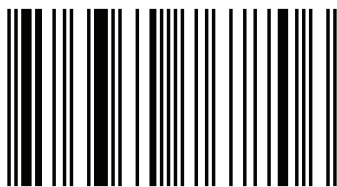


## Os cursos d'água de Pires do Rio:

Este livro é resultado da pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal Goiás - Regional Catalão. A linha de pesquisa Língua, Linguagens e Cultura, foi fundamental para buscar por meio da língua(gem) o processo de categorização dos topônimos dos cursos d'água de Pires do Rio-GO, sem contar no processo de revisitação da construção histórica da querida cidade, apelidada no início do século XX como "Teteia do Corumbá". E, como mencionado no decorrer do livro, por meio da Toponímia é possível reviver os fatores sócio-histórico-culturais de uma dada comunidade, assim foi feito neste escrito.

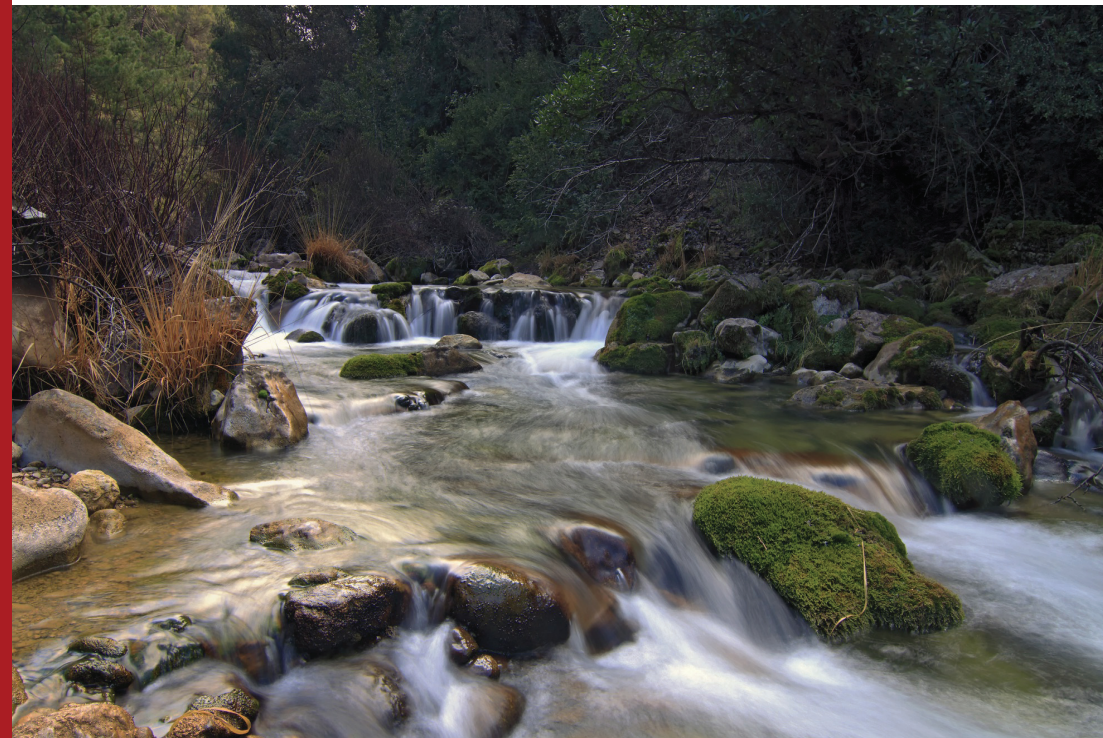
Doutorando em Linguística, UnB, Mestre em Estudos da Linguagem, UFG/Regional Catalão, graduado em Letras (Português/Inglês) UEG - UnU de Pires do Rio e Letras (Português/Espanhol) UNIP. Professor da área de Línguas (Português/Espanhol) do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí. Atuando na área de Letras e Linguística.



978-3-330-76770-6

Os cursos d'água de Pires do Rio

Silva



Cleber Cezar da Silva

## Os cursos d'água de Pires do Rio:

Análise das motivações toponímicas

 Novas Edições  
Acadêmicas

**Cleber Cezar da Silva**

**Os cursos d'água de Pires do Rio:**



**Cleber Cezar da Silva**

**Os cursos d'água de Pires do Rio:  
Análise das motivações toponímicas**

**Novas Edições Acadêmicas**

## **Imprint**

Any brand names and product names mentioned in this book are subject to trademark, brand or patent protection and are trademarks or registered trademarks of their respective holders. The use of brand names, product names, common names, trade names, product descriptions etc. even without a particular marking in this work is in no way to be construed to mean that such names may be regarded as unrestricted in respect of trademark and brand protection legislation and could thus be used by anyone.

Cover image: [www.ingimage.com](http://www.ingimage.com)

Publisher:

Novas Edições Acadêmicas

is a trademark of

International Book Market Service Ltd., member of OmniScriptum Publishing Group

17 Meldrum Street, Beau Bassin 71504, Mauritius

Printed at: see last page

**ISBN: 978-3-330-76770-6**

Copyright © Cleber Cezar da Silva

Copyright © 2017 International Book Market Service Ltd., member of  
OmniScriptum Publishing Group

All rights reserved. Beau Bassin 2017

Decido este trabalho a Deus; aos meus mestres patriarcas *Waldivino Cezar Leite* e *Nelica Antônia Pereira da Silva* (minha eterna gratidão); aos meus amigos e familiares e, por fim, aos eternos amantes da Toponímia, em especial, a professora *Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira*, uma das sonhadoras e idealizadoras desta pesquisa, juntamente, comigo!!!

## PREFÁCIO

A nomeação é uma atividade inerentemente humana, ao nomear os seres do mundo, o homem, além de os categorizar, passa a conhecê-los, a reconhecê-los, pois a nomeação é uma espécie de batismo que inaugura a existência de algo ou de alguém ou, em relação à toponímia, de um lugar. É o nome que identifica e individualiza os seres e, especialmente, os lugares. Aliás, os lugares se tornam únicos principalmente pelo nome que carregam. Ocorre que, os lugares, ao serem nomeados, inúmeros fatores podem influenciar o nomeador, são esses fatores que juntos, constituem a motivação que imprimem ao signo toponímico uma marca representativa do recorte cultural feito pelo nomeador no ato da nomeação. Esse recorte envolve outros tantos fatores que subjazem aos designativos de lugares e constituem mormente, objeto dos estudos toponímicos. Nesse sentido, pode-se dizer que este trabalho, aqui apresentado, é o resultado de uma pesquisa que, de certa forma, trilhou os caminhos pela busca dos elementos naturais ou não que chamaram a atenção dos primeiros nomeadores da região de Pires do Rio ao se depararem com os abundantes recursos hídricos que ajudaram, por sua vez, a formar os primeiros aglomerados urbanos e rurais do lugar.

Deslindar a motivação toponímica é revelar inúmeros aspectos que estão na base da inter-relação língua, cultura e ambiente, pois um topônimo, fato linguístico que é, guarda em si uma significação precisa oriunda de aspectos físicos ou culturais. A escolha pelos hidrotopônimos permeia-se pela relação vital do homem com o ambiente já que a água é essencial para sua sobrevivência.

Ao chegar a um lugar, o homem busca aquele local que tem uma fonte de água, de vida, de sobrevivência. O próximo passo é dar um nome; entende-se assim, que uma fonte, que um rio, um riacho, um ribeirão, um córrego são lugares que, uma vez nomeados, carregam as inúmeras memórias do lugar.

Com essa perspectiva, Cleber Cezar da Silva consegue inter-relacionar áreas do conhecimento humano com vistas a estabelecer elos epistemológicos a fim de ampliar as visões sobre um fato linguístico já descrito e analisado por outras áreas do conhecimento, mas restrito a um único nível de análise linguística. O que possibilita também considerar novos aspectos da linguagem dentro de uma visão interdisciplinar, que pode trazer, entre tantas contribuições, o fato de entendê-los na totalidade, como em uma rede de relações. Na verdade, o estudo trouxe ou ofereceu novas maneiras de se pensar o fenômeno da nomeação de lugares estabelecendo relações com inúmeras outras atividades humanas.

É importante enfatizar a relevância deste estudo para a área da Linguística de uma maneira geral e, mais especificamente, para a área dos estudos onomástico toponímicos e, ainda para a Geografia, História, Antropologia, porque consegue entrelaçar fatos antes vistos de maneira independente e dissociada.

Este estudo consegue ultrapassar o elementar, ou seja, vai além dos dados semânticos, lexicais, origem/etimologia dos termos, avança além dos motivos sócio-histórico-culturais vividos pelo povo, que se fizeram pertinentes na definição do problema. Entre conversas e risos e perguntas e respostas, o problema foi tomando forma. De acordo com Silva, as controvérsias em torno dos nomes dos elementos hídricos são tantas que o



interesse pelo problema advém quase que naturalmente. Perto de Pires do Rio-GO, cerca de uns 3 km da cidade, há um determinado ribeirão, cujo topônimo é Pedro Teixeira, mas na verdade esse nome é dado à ponte que está sobre o ribeirão e foi construída pelo fazendeiro Sr. Pedro Teixeira, embora o nome que se apresenta na carta topográfica seja ribeirão Sampaio, um caso metonímico?

Assim, essa e outras tantas perguntas constituem objeto de estudo formalizadas na questão: qual a origem dos nomes dos cursos d'água da cidade de Pires do Rio? Os nomes são os oficiais atribuídos pelo IBGE, ou é a comunidade do lugar que os nomeia a partir de fatos que lhe chamaram atenção? O que prevalece, o topônimo espontâneo ou o catalogado? O lugar é (re)conhecido de que forma?

Inicialmente, o presente estudo, parte da hipótese de que, devido ao seu caráter não arbitrário, a descrição do topônimo possibilita reconhecer fatores vinculados à motivação que subjaz à escolha dos nomes de lugares; o que pode favorecer o levantamento de fatores sócio-históricos, culturais e ambientais necessários à análise linguística dos nomes dos cursos d'água como índice da estreita relação entre língua e cultura. Este é um dos embates fundantes deste estudo.

Propõe-se assim uma trajetória que vai desenrolando os fios intrincados da teia que leva à escolha dos nomes de lugar, tecidos há tempos pelos primeiros nomeadores, conforme os seguintes procedimentos: i) remapeamento dos cursos hídricos por do elenco de seus topônimos para cartografar os mapas da bacia hidrográfica e dos topônimos seguindo a metodologia do Projeto ATB; ii) verificação, mediante a análise linguística dos topônimos, a motivação referente à cultura e à história, principalmente

dos aspectos físicos dos lugares que iniciaram o processo de nomeação dos rios, córregos, ribeirões e quedas d'água do município de Pires do Rio-GO (evidenciando o vínculo língua, ambiente e cultura); iii) contribuição para o desenvolvimento dos estudos toponímicos em Goiás.

Interessante também ressaltar que a metodologia de pesquisa foi muito bem explicitada, isso evidencia o caráter científico dos estudos toponímicos e a necessidade premente de aprimoramento e revisão epistemológica e de métodos na área linguística. Em suma, a metodologia é de natureza documental, de abordagem qualitativa, para o levantamento dos dados, uma vez que a constituição (sub-região, limites e fronteiras) dos lugares está registrada em documentos públicos e o método de pesquisa é o de indução, com ênfase para a observação do fazer onomasiológico, combinado a outros métodos, especialmente o *Wörter und Sachen* (palavras e coisas). O método onomasiológico se constitui do estudo das designações com o objetivo de estudar os diversos nomes atribuídos a um conceito.

Enfim, ao recuperar as memórias adormecidas subjacentes aos nomes dos lugares de Pires do Rio, Silva, traz à tona ou mesmo tornam audíveis as vozes do passado, aquele passado que veio pelos trilhos da Estrada de Ferro Goiás antes mesmo do trem pular a ponte “Epitácio Pessoa”, antes mesmo da Estação “Pires do Rio” se fazer abarrotada de gente feliz saudando a cidade que se fundava em 09 de novembro de 1922, mas que já existia muito antes lá pelas bandas do rio Corumbá em noites de lua cheia com a linda “Teteia do Corumbá”.

Ainda que se trate de um trabalho científico, são essas reminiscências que habitam os topônimos revisitados na pesquisa de Silva, porque evocam as motivações há muito esmaecidas tanto pelas mudanças sociais como

pelas mudanças por que passou a língua no decorrer da história, mas motivações passíveis de serem recuperadas pelas pesquisas toponímicas.

*Kênia Mara de F. Siqueira  
Pires do Rio, maio de 2017.*

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>I O NOME E A ATIVIDADE DE NOMEAÇÃO</b> .....	14
1.1 O nome comum, o próprio e o próprio de lugar: considerações sobre o ato de nomear.....	14
1.2 Língua e Cultura .....	24
1.3 A toponímia e o estudo dos nomes.....	31
1.4 O signo linguístico em função toponímica.....	36
1.5 Linguística Histórica.....	41
<b>II A METODOLOGIA DA PESQUISA E SEUS DESDOBRAMENTOS</b> .....	46
2.1 Fundamentos Histórico-Methodológicos.....	46
2.1.2 Os métodos da linguística histórica.....	48
2.2 O método onomasiológico da toponímia.....	53
<b>III A CAPITAL DA ESTRADA DE FERRO, PIRES DO RIO</b> .....	64
3.1 Os trilhos avançam depois da ponte.....	64
3.2 Pires do Rio geográfico.....	73
3.3 Os cursos d'água.....	78
<b>IV A TOPONÍMIA E SUAS RELAÇÕES COM O LUGAR</b> .....	82
4.1 Os topônimos de acordo com as taxionomias de natureza física e antropocultural .....	85
4.2 As taxionomias presentes nos topônimos dos cursos d'água de Pires do Rio-G...88	
4.2.1 As taxionomias de natureza física presentes nos topônimos.....	89
4.2.1.1 Fitotopônimos.....	91
4.2.1.2 Hidrotopônimos.....	93
4.2.1.3 Litotopônimos.....	94
4.2.1.4 Litotopônimos e Cromotopônimos.....	97
4.2.1.5 Litotopônimos e Fitotopônimos.....	98
4.2.1.6 Meteorotopônimos.....	99
4.2.1.7 Zootopônimos.....	101

4.2.2 As taxionomias de natureza antropocultural presentes nos topônimos.....	104
4.2.2.1 Antropotopônimos.....	105
4.2.2.2 Ergotopônimos.....	108
4.2.2.3 Etnotopônimos.....	109
4.2.2.4 Sociotopônimos.....	111
4.3 As línguas que deram origem aos topônimos.....	113
4.4 A estrutura morfológica dos topônimos.....	117
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>119</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>123</b>

## INTRODUÇÃO

Ao dar nome a seres e objetos, o homem também os categoriza, já que é o ato de nomear dá existência a algo ou alguém. É por meio do nome que há identificação e, principalmente, a diferenciação dos seres e dos objetos. No ato da nomeação, diversos aspectos extralinguísticos podem influenciar o nomeador, tal pode caracterizar, especificamente, a motivação que subjaz a qualquer signo linguístico em função toponímica. A motivação, por sua vez, é reveladora de inúmeros aspectos alicerçados na inter-relação língua, cultura e ambiente, pois o nome próprio de lugar, como fato da língua, identifica e guarda uma significação precisa oriunda de aspectos físicos ou culturais. Dessa forma, busca-se, mediante o estudo dos designativos dos cursos d'água da cidade de Pires do Rio-GO, descrever essa relação (língua, cultura e ambiente). Entende-se, assim, que um rio, um riacho, um ribeirão, um córrego são lugares que, uma vez nomeados, passam a carregar as inúmeras memórias do lugar.

Em decorrência dessa assertiva, abrem-se possibilidades de inter-relacionar áreas do saber humano com vista a estabelecer algum vínculo epistemológico a fim de proporcionar novos olhares sobre um objeto já descrito e analisado por outra área do conhecimento, a geografia; mas restrito a um único nível de análise linguística. Isso posto, leva a considerar os aspectos da linguagem dentro de uma visão interdisciplinar, os quais podem trazer, entre tantas contribuições, o fato de entendê-los na totalidade como em uma rede de relações. Em outras palavras, oferecem a possibilidade de analisar os fatos linguísticos de maneira holística uma vez que os fatores envolvidos na interação devem ser concebidos como um todo formado por componentes que se relacionam entre si.

Entrecruzar as áreas de geografia e da linguística é um trabalho que já se tem feito e alguns estudiosos, como é o caso de Menezes e Santos (2007, *apud* Menezes; Santos; Santos, 2010), tratam a toponímia na geografia como geonímia. Para Andrade (2010, p. 105-106):

Não se pode pensar em toponímia desvinculada de outras ciências como história, geografia, antropologia, cartografia, psicologia e a própria linguística. Deve ser pensada como um complexo linguístico-cultural: um fato do sistema das línguas humanas. Faz parte de uma ciência maior que se subdivide em toponímia e antroponímia.

Dessarte, esta pesquisa é relevante para a área dos estudos da linguagem/linguísticos como para a geografia, sem mencionar o processo de revisitação histórico-cultural sobre a cidade de Pires do Rio-GO e, concomitantemente levado a conhecimento público.

Fazer esse estudo acerca da hidrografia da cidade de Pires do Rio é elementar, elencando não só estudos semânticos, lexicais, origem/etimologia dos termos, mas também sócio-histórico-culturais de um povo. Algo ainda se faz pertinente na definição do problema, pois foi assim que surgiu o interesse por este estudo: em conversas informais com pessoas da cidade, obtive respostas que aguçaram esta pesquisa, pois, próximo de Pires do Rio-GO, cerca de uns 3 km da cidade, há um determinado ribeirão o qual a comunidade local denomina-o de Pedro Teixeira; mas, na verdade, esse nome é dado à ponte sobre o ribeirão, construída pelo fazendeiro Sr. Pedro Teixeira, embora o nome apresentado na carta topográfica seja ribeirão Sampaio.

Diante da problematização: qual a origem/etimologia dos nomes dos cursos d'água da cidade de Pires do Rio? Os nomes são os oficiais atribuídos pelo IBGE, ou é a comunidade do lugar que os nomeia a partir de fatos que lhe chamaram atenção? A partir desses questionamentos, centra-se o nosso estudo em descrever e analisar a origem/etimologia dos termos, a morfologia e a semântica, investigando e verificando os topônimos e as relações histórico-culturais da região de Pires do Rio-GO.

Preliminarmente, trabalha-se com a seguinte hipótese de pesquisa: pelo seu caráter motivado, o signo toponímico possibilita reconhecer fatores vinculados à motivação que subjaz à escolha dos nomes de lugares; o que pode possibilitar o levantamento de fatores sócio-histórico, culturais e ambientais necessários à análise linguística dos nomes dos cursos d'água como índice da estreita relação entre língua e

cultura. A toponímia dos cursos d'água de Pires do Rio-GO incorpora características sociais, linguísticas e culturais da região a que pertence.

Este é um dos embates fundantes de nosso estudo; assim, espera-se com esta pesquisa, cartografar os topônimos dos cursos d'água da cidade de Pires do Rio-GO, com base na metodologia do ATB (Atlas Toponímico Brasileiro), como sugerido por Dick (1990, 2004).

Posto isso, ao final, responderemos às perguntas de pesquisa, já mencionadas, e, ainda, permitindo-nos contribuir com as pesquisas na área da Onomástica, que estão se desenvolvendo em Goiás. Convém mencionar também que uma das contribuições desta pesquisa, além de revisitar a história e a cultura de uma região, é a de auxiliar na construção do Atlas Toponímico de Goiás – ATEGO.

Porquanto, o objetivo da pesquisa constitui-se basicamente em descrever e analisar os topônimos designativos dos cursos d'água e de outros elementos hidrográficos da região do município de Pires do Rio-GO, observando noções pertinentes à elaboração de taxionomias de natureza física e de natureza antropocultural. Para tal, é necessário evidenciar os fatores que constituem a motivação que subjaz à escolha do nome do lugar, o que requer a identificação de fatos sociais, culturais, históricos, elementos geográficos (quando pertinente) e outras motivações de diferentes naturezas.

De maneira peculiar, os objetivos específicos desta pesquisa são: i) remapear os cursos hídricos mediante o elenco de seus topônimos para cartografar os mapas da bacia hidrográfica e dos topônimos seguindo a metodologia do Projeto ATB; ii) verificar, mediante a análise linguística dos topônimos, a motivação referente à cultura e à história e, principalmente, aos aspectos físicos dos lugares que iniciaram o processo de nomeação dos rios, córregos, ribeirões e quedas d'água do município de Pires do Rio-GO (evidenciando o vínculo língua, ambiente e cultura); iii) de alguma forma, contribuir para o desenvolvimento dos estudos toponímicos em Goiás.

A metodologia consiste de uma pesquisa de natureza documental, de abordagem qualiqualitativa para o levantamento dos dados, uma vez que a constituição (sub-região, limites e fronteiras) dos “lugares” está registrada em documentos públicos



(mapas e cartas topográficas), e o método da pesquisa é o de indução, com ênfase para a observação do fazer onomasiológico, combinado a outros métodos da Linguística Histórica, especialmente o *Wörter und Sachen* (palavras e coisas). O método onomasiológico e indutivo constitui-se do estudo das designações com o objetivo de estudar os diversos nomes atribuídos a um conceito. Usando esse método, pode-se investigar toda ou, pelo menos, parte da cultura popular de um local e priorizar aspectos sincrônicos ou históricos, se necessário for. Em relação à toponímia, os aspectos históricos são bastante reveladores da ação de nomeação dos lugares.

Dessa maneira, este trabalho estrutura-se em quatro capítulos organizados de forma a abranger os resultados desta pesquisa, que articula por meio da linguagem, quesitos históricos, geográficos e culturais.

No capítulo I, *O nome e a atividade de nomeação* serão apresentadas considerações referentes ao nome e ao ato de nomear no sentido de reformular questões teóricas necessárias ao levantamento de dados e à construção do *corpus*, bem como à descrição dos topônimos que designam os elementos (rios, ribeirões, córregos e quedas d'água) do município de Pires do Rio-GO. Para tanto, o capítulo traz uma revisão dos conceitos de nome (comum, próprio e o próprio de lugar), verificando as funções dos nomes tanto no sistema linguístico como em relação à cultura e estabelecendo as relações de língua e cultura, pois a língua transporta a cultura no tempo e recorta a realidade à sua maneira. É necessário, aqui, trazer as discussões teóricas acerca da toponímia e do signo linguístico em função toponímica, que sustentam a nossa pesquisa. Ainda, fazemos uma retomada do surgimento e desdobramento da Linguística Histórica, pois é, a partir dela que são criados os métodos de pesquisa, os quais contribuem para a área de estudo.

O capítulo II, *A metodologia da pesquisa e seus desdobramentos*, é, praticamente, uma extensão do primeiro porque procurará reavaliar alguns métodos usados em pesquisa onomástica com o objetivo de coadunar teoria, método e procedimentos de pesquisa.

Nesse capítulo, será possível rever algumas questões sobre os métodos da linguística, o método onomasiológico, que investiga as relações de significado e

referências partindo das designações e tem como objetivo estudar os diversos nomes atribuídos a um conceito. Ainda é apresentada uma síntese do comparativismo e do método *Wörter und Sachen*, de Hugo Schuchardt (1842-1929) e Rudolf Meringer (1859-1913); de acordo com Bassetto (2001), pode-se verificar pontos em comum que compartilham com o método onomasiológico. Ao enfatizar questões de ordem semântica das palavras, ressalta-se a realidade que elas designam para esses autores: a verdadeira etimologia da palavra está no conhecimento dessa realidade. Busca-se, assim, instruir sobre a necessidade de conhecer, se possível, o objeto designado por um nome para que o significado possa ser explicitado adequadamente.

Dados históricos e geográficos referentes à capital da estrada de ferro: Pires do Rio, comporão o terceiro capítulo, *A capital da estrada de ferro, Pires do Rio*, de modo a traçar, em linhas gerais, a história da fundação do município no início do século XX, em decorrência da construção da Estrada de Ferro Goyaz e da Estação Férrea Pires do Rio, em 09 de novembro de 1922. A importância deste município deve-se à estrada de ferro e, obviamente, aos primeiros habitantes que para cá acorreram acreditando no desenvolvimento da antiga “Teteia do Corumbá”.

No capítulo quarto, *A toponímia e suas relações com o lugar*, apresentaremos a análise dos dados, as taxionomias de natureza física e antropocultural e as fichas lexicográficas-toponímicas dos 15 topônimos analisados, de acordo com os estudos de Dick (1992), juntamente, com a origem das línguas e estrutura morfológica dos topônimos; daí, procedemos às análises das classificações toponímicas que estão presentes nos designativos dos cursos d’água do município de Pires do Rio-GO, estabelecendo as relações motivacionais e semânticas do topônimo com o local nomeado.

Na sequência, serão apresentadas as *Considerações Finais*, as quais retomam os resultados obtidos ao término da pesquisa, pautados nos objetivos e perguntas que orientaram este estudo. E, por fim, seguirão as *Referências*, que sustentaram a parte teórica e a construção do *corpus* coletado.

## I O NOME E A ATIVIDADE DE NOMEAÇÃO

*O conhecimento dos nomes não é negócio de importância somenos.*

*(PLATÃO, 2001).*

Este capítulo tem o objetivo de tecer, de forma mais geral, considerações acerca do nome e do ato de nomear, para reformular questões teóricas necessárias ao levantamento de dados, para a construção do *corpus*, e descrição dos hidrônimos (rios, ribeirões, córregos e quedas d'água) do município de Pires do Rio-GO. Para tanto, os itens a seguir trazem uma revisão dos conceitos de nome (comum, o próprio e o próprio de lugar), verificando as funções dos nomes, tanto no sistema linguístico como em relação à cultura; representam inúmeros aspectos que culminam em certos critérios para a nomeação ou nominação, revelando, em certo sentido, especificidades dessa cultura evidenciadas na nomeação. Ao dar um nome a um objeto ou a um lugar, não se reduz apenas a indicá-lo, mas a classificá-lo, situá-lo, identificá-lo e, sobretudo, uma vez categorizado, inscrevê-lo também em um sistema cognitivo permeado por essa mesma cultura.

### **1.1 O nome comum, o próprio e o próprio de lugar: considerações sobre o ato de nomear**

O nome é a parte que caracteriza a existência de algo ou alguém, sem a especificidade do nome, o objeto ou a pessoa não é identificada. Aliás, em muitas situações, o nome consolida a existência do objeto, que passa a “existir” como tal em decorrência de ter um nome, ou seja, o falante pode perceber no mundo apenas aquilo que conhece pelo nome. O nome está presente em todas as esferas do desenvolvimento da humanidade. É parte constitutiva do próprio ser humano, que se reconhece e se afirma face ao nome que carrega; é, também, o nome que lhe rompe o anonimato ao conferir, de certa forma, uma identidade.

Segundo Silva (2000), é o nome que diferencia os seres e os objetos do mundo. Identidade e diferença ocorrem simultaneamente como produto de um mesmo processo, o da identificação. Pode-se afirmar que, depois de nomeado, o objeto passa a ser identificado também pelas suas diferenças em relação àquilo que não é, ou melhor, é diferenciado perante os demais elementos do mundo extralinguístico, conferindo-lhe existência. Tem um nome porque existe, tornou-se conhecido e é reconhecido como elemento cultural importante para a continuidade de uma população como um dos milhares de traços que a caracteriza e, desta forma, “o processo de nomeação é uma forma pela qual a sociedade cria os seus membros à sua imagem” (CABRAL, 2007, p. 85).

No encaço dessas considerações, Platão narra um diálogo entre Demóstenes e Crátilo acerca da justeza dos nomes, debates nos quais Sócrates aponta para ambas as possibilidades, isto é, para os socráticos, tanto se pode entender os nomes como vinculados à coisa, podem ser vistos inteiramente sem elo com as coisas do mundo. Platão (2001, p. 48) justifica que o ato de nomear era visto como uma pressuposição da existência de algo, assim, “as coisas devem ser nomeadas como lhes pertence por natureza serem nomeadas e por meio do que devem sê-lo, e não como nós queremos; e assim, faremos e nomearemos melhor, mas de outra maneira não”.

A nomeação é, assim, uma atividade bastante significativa para o ser humano e se constitui de uma ação complementar do modo como determinada população entende o meio em que vive; essa é a linha de pensamento tanto de Dick (1990) como de outros estudiosos: Basso (1988), Langacker (2002), Weisgerber (1977), Wierzbicka (1997) e Worf (1971), a respeito dos fatos da linguagem. Tal se evidencia na assertiva que segue:

Apreensão/compreensão e transmissão/participação de um dado qualquer do saber humano são atuantes de uma mesma e complexa evidência relacional – o ato comunicativo – que corporifica, em sua expressividade, um aglomerado de situações língu-sócio-psíquicas. Nele está manifesto, ainda que de modo implícito, o registro pelo qual se concretizou a “assimilação do mundo” através do código de linguagem vivenciado por determinada comunidade linguística (DICK, 1990, p. 29).

Não é equivocado afirmar que o nome corporifica aquilo que determinada comunidade assimilou de seu meio circundante, mediante relações estabelecidas entre a língua, a qual possibilita a representação daquilo que foi evidenciado, e as impressões sociopsíquicas oriundas dos objetos do mundo tornadas salientes aos olhos do nomeador. Assim, recebe um nome tudo aquilo que, de uma forma ou de outra, tornou-se um item da cultura, seja um acidente físico-natural (um rio, uma espécie botânica) ou um item criado culturalmente. Em todas as sociedades conhecidas, há referência aos nomes e, conseqüentemente, a ação de nomear. Frequentemente, essa atividade humana é revestida de mitos e rituais conferindo ao nome poderes mágicos ou sobre-humanos.

Nas sociedades primitivas, de acordo com Cunha (2004), um nome pode valorar o sagrado ou o ritual; isso pode ocorrer quando acontece a mudança de nome (candomblé e igreja católica). Desta forma, ao nomear alguém é tocar-se na personalidade da pessoa e até as partes da escrita componentes do nome são carregadas de simbologia e forças sobrenaturais. Cunha (2004, p. 220) ainda acrescenta que, “nas mais diversas culturas, não ter nome é não existir, nomear é instituir”.

Nesse processo de instituir dos rituais de passagem, é possível entender que a atividade de nomeação advém de fatores propiciadores de uma motivação que resulta na escolha de um nome. No ritual de escolha de um novo Papa (igreja católica) ou de um novo membro do candomblé, o indivíduo fica recluso por alguns dias e, no momento do ritual, apresenta seu novo nome à comunidade; fato esse que reside, de alguma forma, na escolha do novo nome. Dessa forma, o nome é escolhido de acordo com suas características psicofísicas e também com as que ele deseja ter a partir do momento dessa escolha.

Conforme Biderman (1998), muitas são as culturas as quais acreditam que o nome está ligado à essência da pessoa. Nas culturas arcaicas, em geral, os nomes atribuídos às pessoas tinham um significado que indicava, às vezes, a vocação ou o destino do indivíduo, o que corrobora a justeza dos nomes nos rituais de passagem e em outras atividades de nomeação.

O ato de nomear se constitui também como algo divino. Para Biderman (1998, p. 85), “o gesto criador de Deus identifica-se com esta palavra ontológica essencialmente divina. O que nós homens somos e o que sabemos nasce dessa revelação primordial da palavra criadora, do gesto divino de dizer”. Cunha (2004) evidencia: a palavra já é reveladora do poder, desde a antiguidade; isso se expressa de forma clara por meio da bíblia sagrada, em vários textos, ao conclamar que o poder é revelado por meio da palavra, como se percebe no livro de Gênesis, capítulo I, versículos 19 e 20:

**19** Tendo, pois, o Senhor Deus formado da terra todos os animais dos campos, e todas as aves dos céus, levou-os ao homem, para ver como ele os havia de chamar; e todo o nome que o homem pôs aos animais vivos, esse é o seu nome verdadeiro. **20** O homem pôs nomes a todos os animais, a todas as aves dos céus e a todos os animais dos campos; mas não se achava para ele uma ajuda que lhe fosse adequada (BÍBLIA, 1995, p. 51).

Dessa forma, o cristianismo explica a atividade humana de nomeação. Tal evidencia que todos os objetos recebem um nome (comum) mediante uma ação deliberada de escolha, individual (como em Gênesis) ou coletiva. Esse nome recebe uma função de significação, ou melhor, passa a significar algo no mundo, sua referência. A nomeação configura-se como um processo operacional de conhecer e denominar coisas. Conforme De Lastra e Garcia (*s/d apud* DICK, 1990), para ser denominado, o mundo externo deve antes passar a ser interno (íntimo).

Por conseguinte, na relação das práticas de nomeação, segundo López (2013), ocorrem fatores internos e externos da seguinte forma: i. mudanças internas, quando elementos do sistema toponímico, que designam lugares, passam para o sistema antroponímico, designador de pessoas; ii. mudanças externas ou forçadas, como as que ocorreram na Europa, entre os séculos XVIII e XIX, e obrigaram os judeus a adotarem nomes cristãos e abandonarem os seus de origem hebraica. Para os judeus, assim como para muitos povos, perder o nome é o mesmo que perder a história, a identidade e a família. Desta forma, as autoridades europeias acreditavam que os judeus deixariam (perderiam) as suas identidades e constituiriam uma nova, uma identidade europeia.

Convém ressaltar que o referente<sup>1</sup> nem sempre figurou entre os elementos constitutivos do signo linguístico. No *Curso de Linguística Geral*, Ferdinand Saussure (2008) define o signo linguístico como a junção de uma imagem acústica (significante) a um (ou vários) conceitos (significado). O renomado autor não inclui nessa definição a coisa nomeada, o objeto do mundo ou, em outros termos, o referente.

Dito de outro modo, os gestos epistemológicos de Saussure (2008), ao definirem a língua como objeto próprio de estudo e também no sentido de imprimirem cientificidade aos estudos linguísticos, excluem o referente, construindo, assim, um domínio específico para a Linguística, diferente de outras áreas que também se atêm aos estudos da linguagem humana.

A língua, para o mestre suíço, é um sistema de signos que, por sua vez, abarca entidades psíquicas constituídas por duas faces: significante e significado. Essas duas faces do signo linguístico não guardam, porém, entre si, qualquer relação lógica, nenhum vínculo, ou melhor, a relação entre significante e significado é marcada pelo seu caráter imotivado, arbitrário, para usar os termos saussurianos. Desta forma, Kristeva (2007, p. 24) afirma que “a palavra ‘arbitrário’ significa mais exatamente ‘imotivado’, quer dizer, não há nenhuma necessidade natural ou real que ligue o significante e o significado”.

Vale dizer que o nome sempre suscitou uma questão ontológica<sup>2</sup>, ou melhor, uma questão de existência. A nomeação é apenas uma das funções da linguagem, mas tem um papel importante, pois o significado dos nomes organiza e classifica as formas de perceber a realidade, além de estar ligado diretamente a uma cultura ou comunidade. Assim, para Sapir (1980), a língua recorta a realidade à sua maneira; é por meio dela que se evidencia a relação linguagem, pensamento e cultura. Dessa forma, “as palavras da língua significam ao funcionarem no acontecimento. Este funcionamento recorta politicamente o real”. (GUIMARÃES, 2005, p. 82). Nessa perspectiva, é possível dizer que a nomeação ganha relevo quando o assunto é a relação linguagem e realidade.

---

<sup>1</sup> Em um sistema triádico: significante, significado e o referente.

<sup>2</sup> Ontológico: “Adj 1 relativo a Ontologia; 2 que trata do ser humano na sua essência, na sua globalidade”. Verbetes inscrito em: (BORBA, 2004, p. 992).

Guiraud (1986) atenta para a força criadora da linguagem que resulta em uma função semântica dinâmica e volátil, orientada principalmente por fatores específicos de uma dada cultura. Assim,

[...] a motivação é uma força criadora inerente à linguagem social, que é um organismo vivo de origem empírica; somente depois que a palavra é criada e motivada (naturalmente ou intralinguisticamente) é que as exigências da função semântica acarretam um obscurecimento dessa motivação etimológica que pode aliás, ao se apagar, trazer uma alteração de sentido (GUIRAUD, 1986, p. 31).

Motivação essa que, com o decorrer do tempo, poderá vir a se tornar obscura pelo distanciamento temporal do fato que lhe deu origem. Poderá, inclusive, o nome sofrer inúmeras alterações de sentido, sem nenhum vínculo semântico com o significado original nem com o fenômeno de sua ocorrência primeira. No entanto, é forçoso ressaltar, mais uma vez, que o ato de nomear é motivado, segundo Guiraud (1986), a nomeação é inerente à linguagem e decorre da relação entre homem e ambiente ao reconhecer os objetos do mundo extralinguístico.

No que tange à motivação, Biderman (1998) ratifica a noção de que o nome não é arbitrário; ele tem um vínculo de essência com a coisa ou o objeto que designa, porquanto, o homem primitivo acredita que seu nome tem parte vital com o seu ser. Nas histórias que nos são relatadas dos povos primitivos em relação aos nomes, podemos observar que, para alguns, quando se sabia o nome da pessoa, o inimigo poderia lhe fazer magia negra. Essas relações culturais com os nomes são recorrentes em vários países e histórias da antiguidade clássica.

De acordo com Frazer (1951), em várias tribos primitivas, o nome era considerado como uma realidade e não uma convenção artificial, podendo servir de intermédio para fazer atuar a magia sobre a pessoa, como se fosse parte do indivíduo: cabelo, unha ou qualquer outra parte física. Essas crendices ou mitos acerca do nome se estendem por várias partes do mundo, como: para os índios da América do Norte, o nome é como uma parte de seu corpo, e o mau tratamento (uso) dele pode trazer ferimento físico. Dessa feita, o nome não deve ser pronunciado, podendo no ato de sua



pronúnciação/materialização revelar as propriedades reais da pessoa que o usa, e assim, torná-la vulnerável perante os seus inimigos.

Outrossim, nas narrativas das sociedades relatadas por Frazer (1951), o homem do povo esquimó recebe um novo nome ao chegar à velhice; na África, as pessoas podem até receber uma dúzia de nomes no decorrer de sua vida e, em alguns casos, no início de sua vida, recebem dois nomes: um nome de preto, usado em casa e junto à família e outro nome de branco, usado na escola e na sociedade; os egípcios também os recebiam: um nome pequeno, que era bom e usado em família, e um nome grande, o qual era mau e dissimulado; julgamos esse último ser usado na sociedade.

Ainda ratifica o autor anteriormente citado (1951), que, para os Celtas, o nome era sinônimo da alma e da respiração. Entre os Yuíns (sul da Austrália) e outros povos, o pai revelava o nome ao filho no momento da iniciação e poucas pessoas o conheciam. Também na Austrália, as pessoas deixavam de usar o nome e passavam a chamar um ao outro de primo, tio, sobrinho ou irmão. Nessas relações, as historietas dos nomes vão estar sempre entrelaçadas aos fatores culturais das comunidades.

Em muitas culturas, ainda (1951) relata que a não pronúnciação de nomes era tabu, como em Cafres, onde as mulheres não podiam pronunciar o nome de seus maridos ou sogros, nem qualquer palavra que se assemelhasse aos nomes. Também não era permitido pronunciar nomes de animais, plantas, reis, deuses, personagens sagrados considerados perigosos, pois isso seria invocar o próprio perigo.

Consoante Frazer (1951), ele revela uma história ocorrida no Egito com o deus Rá, portador de vários nomes, cujo verdadeiro nome que lhe dava poder sobre os outros deuses não era conhecido e, ao ser enfeitado pela invejosa deusa Ísis – picado por uma serpente – o veneno só seria retirado de seu corpo no momento em que revelasse o seu verdadeiro nome, Rá lamenta-se “Eu sou aquele que tem muitos nomes e muitas formas... O meu pai e minha mãe disseram-me o meu nome; está escondido no meu corpo desde o meu nascimento para que não se possa dar nenhum poder mágico a alguém que me queira lançar uma maldição.” (FRAZER, 1951 *apud* KRISTEVA, 2007, p. 64). O veneno tomou conta do corpo de Rá e já não conseguia andar. Ísis continuou a atormentar o deus e o veneno foi penetrando profundamente e queimava-

lhe o corpo. Então, Rá consentiu que Isis buscasse o seu verdadeiro nome no íntimo do seu ser; assim ela o fez, arrebatou-lhe o verdadeiro nome e ordenou que o veneno que o queimava caísse por terra e o libertasse, pois o que ela queria já havia conseguido. Acreditava-se, assim, que quem conhecesse o verdadeiro nome de um deus (alguém), possuiria a sua essência, o seu verdadeiro ser e até o seu poder.

Por seu turno, López (2013) arrola que os nomes variam conforme o momento e o local em que são escolhidos, a pessoa que os escolhe e as normas para o uso. Podem indicar gênero, filiação, origem geográfica, religião e etnia. Há também inúmeras crenças de que existe uma relação entre a pessoa, seu nome e o significado deste; inclusive, muitos nomes são únicos.

Também, segundo Cunha (2004, p. 226), “O nome próprio, topônimo ou antropônimo, participa da literariedade do texto, podendo conseqüentemente, enriquecer-se de valores semânticos denotativos e conotativos da mesma forma que as outras palavras que o estruturam.”, já que, quando nomeamos, atribuímos, simultaneamente, um predicado, um complemento ao nome, uma característica, um adjetivo.

Em Guimarães (2005), o ato de dar nome é também um ato de identificar um indivíduo biológico como tal para o Estado e para a sociedade e torná-lo sujeito. De acordo com esse ponto de vista, ganha interesse o funcionamento determinativo da construção do nome próprio da pessoa no qual, segundo o autor supracitado (2005, p. 52), “há uma relação particular entre a nomeação e o objeto nomeado que se apresenta por uma materialidade histórica e não física”.

A nomeação é, por causa da predicação, um ato que diferencia, sendo também um ato que identifica. Dessarte, acorda Lima (2007, p. 51),

o acto (sic) de nomear é um dos primeiros momentos de inserção da pessoa numa categoria social de género... Mas ainda, mostra-nos que, neste contexto social, nomear é uma das formas mais importantes de construir género e pessoa dentro da família.

Ancorados nesse conceito, a inserção da pessoa na sociedade por meio de seu nome é uma relação hierarquizada, construída à luz de valores tanto sociais como familiares. Como já sabemos, o nome é uma forma de identidade, de revelar o que o outro não é, assim, nomear é um aspecto crucial da conversão de qualquer um em alguém, de acordo com Geertz (1973).

Na conversão mencionada, Parkin (1989) justifica que nomear pode ser uma forma de atribuir direitos<sup>3</sup>, que dá autoridade tanto ao nomeado, quanto ao nomeador, ou uma forma de objetivação, por meio da escolha de um nome em particular, para estabelecer controle sobre o nomeado. Nessas situações, pode ocorrer que as pessoas antecipem essas consequências escolhendo ou controlando a atribuição do seu próprio nome; ou, em alguns casos, como acontece de o nome possuir uma carga negativa perante a sociedade e a pessoa recorre ao poder judiciário para requerer a troca de seu nome.

Enfim, nomear é se apropriar do real; é, nessa perspectiva de nomear e apoderar, fato este que se dá por meio da linguagem, em conformidade Kristeva (2007, p. 17) pontua que:

Se a linguagem é matéria do pensamento, é também o próprio elemento da comunicação social. Não há sociedade sem linguagem, tal como não há sociedade sem comunicação. Tudo o que se produz como linguagem tem lugar na troca social para ser comunicado.

É, nessa troca social, que acontece por meio da linguagem, a nomeação. Assim, é necessário destacar que os nomes próprios de lugares – topônimos – passam, desse modo estabelecer relações materializadas. Sabe-se que o nome designado é construído simbolicamente; isso porque a linguagem que o constrói funciona por estar exposta ao real e constituída materialmente pela história local, a qual motiva o léxico topônimo e, é, nesse momento, que ele nasce e se institui naquele lugar.

De acordo com Biderman (1998), é por meio da palavra que as entidades da realidade passam a ser conhecidas, nomeadas e identificadas. Essa realidade cria o seu

---

<sup>3</sup> Livre tradução para *Entitling*.

âmbito significativo, que nos é revelado pela linguagem, também responsável por elencar os fatores sócio-histórico-culturais que permeiam a realidade. Aqui, no nosso caso, esses fatores são trazidos por meio do léxico topônimo, mais especificamente, no ato de nomear um designativo de lugar.

Elenca Crystal (2012) que, muitas são as razões para designar o nome de lugares, seja em homenagem a alguém, como é o caso da cidade de Pires do Rio, que recebeu o nome, o patronímico<sup>4</sup> do então Ministro da Viação e Obras Públicas (1919-1922) do governo de Epitácio Pessoa, Dr. José Pires do Rio. Há lugares também, que recebem o nome em razão de características geográficas. Alguns são opacos, conceito de Piel (1979), em contraposição aos transparentes, pois não apresentam relação alguma com o referente; nesse caso, há de se fazer uma busca histórica para chegar à relação motivacional.

Assim, o homem tem a capacidade de associar palavras a conceitos. E, no ato de nomear, acontece a motivação, ligada aos fatores cognitivos. Assim, o léxico que a ele é determinado, por meio do uso da linguagem, transporta-se no tempo, sendo capaz de revelar os fatores culturais e motivacionais que estão nesse nome/léxico toponímico (BIDERMAN, 1998).

Decorrente a essas considerações, o nome comum, no ato de nomeação de um lugar, impregna-se de significações várias, sejam de fatores históricos, culturais, sociais, econômicos. Segundo Guimarães (2005, p. 83), “o modo de significar os espaços da cidade mostra que eles são espaços políticos. O espaço que se dá como objeto, por uma descrição (referências), atende a objetividade do discurso administrativo, que nomeia oficialmente os espaços da cidade.” Assim, o nome cifra a narrativa histórica local, perpassando por fatores ou designativos memoráveis.

Essa atividade de nomeação ou prática de nomeação é, especificamente da espécie humana e resulta do processo de categorização, inerente ao ser humano. De acordo com Biderman (1998, p. 89):

---

<sup>4</sup> De acordo com Cabral (2007), patronímico é sobrenome.

O processo de categorização subjaz à semântica de uma língua natural. Os critérios de classificação usados para classificar os objetos são muito diferenciados e variados. Às vezes, o critério é o uso que o homem faz de um dado objeto; às vezes, é um determinado aspecto do objeto que fundamenta a classificação; às vezes, é um determinado aspecto emocional que um objeto pode provocar em quem o vê, e assim por diante.

Então, o processo de categorização, por via das vezes pode se tornar um legislador – nomeador. Essas discussões acerca das histórias do ato de nomear revelam formas de organização social e mudanças linguísticas, políticas e culturais. É pois, por meio do nome que as pessoas ou lugares permanecem vivos na memória coletiva de sua linhagem.

E nesse processo de nomeação, categorização e motivação nos estudos na área da Onomástica, mais precisamente na subárea dos Estudos Toponímicos – temática de nossa pesquisa –, não tem como se desvencilhar a língua e cultura. Assim, para Sapir-Whorf, a língua retrata o mundo e a realidade social à sua volta, expressos por categorias lexicais, como os topônimos.

## **1.2 Língua e Cultura**

A língua, no contexto sócio-histórico-cultural, nada mais é que o resultado de um processo histórico, um produto revelador da cultura de uma dada comunidade (CÂMARA JR, 1955). Nessas bases, inter-relacionar língua e cultura é justificar que estão intrinsecamente interligadas, pois a língua revela a visão de mundo e é também a manifestação de uma cultura, cultura esta que lhe dá suporte; a língua também é suporte da cultura.

Em seus estudos, Paula (2007) menciona que a língua é um metassistema, ela “não é só objeto; ela é, nas relações sociais mais diversamente possíveis, também instrumento de investigação distinto que ajuda a entender os outros sistemas sociais” (PAULA, 2007, p. 90). Nesse contexto, é possível evidenciar que, por meio da língua, são reeditadas e reconfiguradas as práticas culturais de uma dada comunidade.

Posto isso, é mister rever alguns conceitos que remetem à face social da língua, seu caráter eminentemente social, mais condizente com o recorte epistemológico feito por Saussure (2008, p. 17):

Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade.

De acordo com Fiorin (2013, p. 17), “A língua não é um sistema de mostração de objetos, porque permite falar do que está presente e do que está ausente, do que existe e do que não existe, porque possibilita até criar novas realidades, mundos não existentes.” A língua é um produto social e por meio dela se criam e recriam realidades, podendo então se justificar as práticas culturais por meio de atos linguísticos.

Com esse movimento epistemológico, ou melhor, ao eleger a língua, e não a linguagem nem a fala, como objeto de estudo da Linguística, Saussure possibilitou a instituição da ciência linguística e, conseqüentemente, seus inúmeros desdobramentos posteriores.

Sapir (1980) ressalta a estreita ligação entre língua e cultura, já que, para o autor:

Toda língua tem uma sede. O povo que a fala, pertence a uma raça (ou a certo número de raças), isto é, a um grupo de homens que se destaca de outros grupos por caracteres físicos. Por outro lado, a língua não existe isolada de uma cultura, isto é, de um conjunto socialmente herdado por práticas e crenças que determinam a trama das nossas vidas (SAPIR, 1980, p. 165).

Nessa perspectiva, reafirmando que língua se difere de linguagem, mas se entrecruza com ela ou dela faz parte como uma das inúmeras formas de linguagem e ainda considerando-a um dos fatores de identidade de um povo e que não existe isolada da cultura, é que se torna objeto de estudos, o que envolve fatores sócio-histórico-culturais das comunidades.

O autor, desta forma, ainda nos revela que “toda língua está de tal modo construída, que diante de tudo que um falante deseje comunicar, por mais original ou bizarra que seja a sua ideia ou a sua fantasia, a língua está em condições de satisfazê-lo’ (SAPIR, 1969, p. 33). É nessas condições de satisfazer ao falante ou à comunidade que ele pertence, que a língua se justifica como um meio de interação social e revelador da cultura, já que ela se configura no tempo e é capaz de transmitir de gerações a gerações, através de atos linguísticos, as manifestações culturais. Condiz ressaltar que:

Tudo que, até aqui, verificamos ser verdade a respeito das línguas, indica que se trata da obra mais notável colossal que o espírito humano jamais desenvolveu: nada menos do que uma forma completa de expressão para toda a experiência comunicável. Essa forma pode ser variada de inúmeras maneiras pelo indivíduo, sem perder com isso os seus contornos distintivos; e está constantemente remodelando-se, como sucede com toda arte. A língua é a arte mais ampla e maciça que se nos depara, cúmulo anônimo do trabalho inconsciente das gerações (SAPIR, 1980, p. 172).

De acordo com Câmara Jr. (1955), a língua é uma parte da cultura, todavia ela pode ser estudada na sua relação com a cultura ou sem considerar essa inter-relação. Segundo o autor, com essa perspectiva, o linguista se destaca do antropólogo. Porque os estudos linguísticos podem prescindir do exame da inter-relação língua e cultura, ou melhor, pode-se estudar a língua em sua imanência ou a relação da linguagem com outras áreas do conhecimento humano.

Compartilhando o mesmo pensamento, a língua, além de inter-relacionar a cultura na/da sociedade, atua para que a própria cultura seja conhecida e levada à gerações futuras, seja por meio de festas religiosas, cantigas, e outros fatores que a divulguem. Já que, na mesma base teórica, a língua se justifica como um fato de cultura, assim como qualquer outro, e neste íterim integra-se à cultura.

Câmara Jr. (1955) reconhece que a língua funciona na sociedade para a comunicação e interação dos indivíduos, e, também torna-se o resultado de uma cultura global, pois a língua depende de toda cultura, já que a expressa a todo o momento,

assim a língua, em face do resto da cultura, é – o resultado dessa cultura, ou sua súpula, é o meio para ela operar, é a condição para ela subsistir. E mais

ainda: só existe funcionalmente para tanto: englobar a cultura, comunicá-la e transmiti-la (CÂMARA JR, 1955, p. 54).

Considerada a inter-relação língua e cultura, pode-se evidenciar, mais uma vez que a cultura se manifesta linguisticamente, sejam elas integrantes de manifestações da cultura popular ou da erudita:

De modo geral, a cultura é pensada numa visão polarizante, como sendo cultura popular ou cultura erudita. Convém dizer, porém, que ambas são formas e conteúdos diferentes de expressão de uma dada realidade social e histórica. Então, não devem ser vistas como opostas ou excludentes, mas como maneiras específicas de ver, sentir e expressar a realidade conforme se situam seus atores na produção e circulação do poder (PAULA, 2007, p. 75).

Neste processo, Sapir (1969) menciona que o léxico é o nível linguístico no qual mais intimamente, interligam-se língua e cultura. Zavaglia (2012), por sua vez, reconhece que o léxico está vinculado à cultura de um povo, de uma nação, à sua história.

Em outra vertente, Zavaglia (2012) afirma que, o léxico está relacionado com a memória humana e se configura no ato de nomeação, diante do processo em que houve a necessidade de o homem, por meio de palavras, nomear tudo que o cercava e, assim, categorizar o que estava a seu redor. Pautados na autora, observamos a grandeza do léxico, pois:

É o léxico, em forma de palavras e por meio da linguagem, que “conta” a história milenar de povo para povo; é o léxico que transmite os elementos culturais de um conjunto de indivíduos; é o léxico que “educa” ou “deseduca”; é o léxico que permite a manifestação dos sentimentos humanos, de suas afeições ou desgostos, via oral ou via escrita. É o léxico que registra o desencadear das ações de uma sociedade, suas mudanças, seu progresso ou regresso. Condivido com Biderman quando diz que o léxico é o tesouro vocabular de forma codificada da memória do indivíduo, restando ali estocado até que seja ativado quando necessário para que o homem possa expressar ou se comunicar. É ainda por meio do léxico que conceitos, condutas e costumes são transmitidos de gerações a gerações e herdados por elas. “É o léxico que fisionomiza a cultura” (ZAVAGLIA, 2012, p. 233).

Mediante essa assertiva, o léxico é o fio condutor da cultura já que a transporta para gerações futuras; é por meio dele que se registra a história e a vida de uma



sociedade. Já, para Sapir (1969), a cultura está nitidamente no léxico da língua, e este pode ser considerado como todo o conjunto de ideias, interesses e ocupações que abrangem a atenção da comunidade. Neste contexto:

O estudo cuidadoso de um dado léxico conduz a inferências sobre o ambiente físico e social daqueles que o empregam; e, ainda mais, que o aspecto relativamente transparente ou não-transparente do próprio léxico nos permite deduzir o grau de familiaridade que se tem adquirido com os vários elementos do ambiente (SAPIR, 1969, p. 49).

Daí, é possível ressaltar que o léxico da língua contém um recorte da realidade feito à sua maneira, o qual revela visões de mundo. Os elementos culturais, matizadores dão o colorido de significação ao léxico, mostram de diferentes maneiras as relações que ambas, língua e cultura, têm com o ambiente, seja físico ou social visto que toda complexidade dessa inter-relação pode ser anunciada e enunciada no uso da linguagem.

Vale então enfatizar,

Que o léxico assim reflita em alto grau a complexidade da cultura é praticamente um fato de evidência imediata, pois o léxico, ou seja, o assunto de uma língua, destina-se em qualquer época a funcionar como um conjunto de símbolos, referentes ao quadro cultural do grupo. Se por complexidade de uma língua se entende a série de interesses implícitos em seu léxico, não é preciso dizer que há uma correlação constante entre a complexidade linguística e cultural (SAPIR, 1969, p. 51).

Dessa maneira, o conjunto de signos da língua ultrapassa as fronteiras do tempo, trazendo para a atualidade símbolos também culturais, revelados por meio de práticas culturais, que se interseccionam com as práticas linguísticas. Assim,

Não só as palavras da língua passam a servir de símbolos culturais dispersos, como sucede nas línguas em qualquer período de desenvolvimento, mas se pode supor que as próprias categorias e processos gramaticais simbolizariam tipos correspondentes de pensamento e atividade de significação cultural. Até certo ponto, pode se conceber, portanto, a cultura e a língua em constante estado de interação e em associação definida por um largo lapso de tempo. Mas tal estado de correlação não pode continuar indefinidamente (SAPIR, 1969, p. 60).

Segundo Sapir (1969), a linguagem possui o papel de produzir e organizar o mundo mediante o processo de simbolização. Contudo, a realidade é mostrada por meio da linguagem, o que significa dizer que não há mundos iguais, pois não há línguas iguais. De acordo com essas observações, cabe realçar o relativismo linguístico, “Hipótese de Sapir-Whorf”, a linguagem determina a forma de ver o mundo e, conseqüentemente, de se lhe relacionar.

O relativismo linguístico pode ser entendido como a relação linguagem e pensamento mediada pela cultura; desta forma, linguagem, pensamento e cultura estão conectados. Sapir-Whorf observam que a realidade social é produto linguístico, tratando assim as relações de linguagem/cultura e linguagem/pensamento, a cultura pode ser considerada como conhecimento adquirido socialmente, por meio das práticas linguísticas.

De maneira geral, diz-se que a cultura é o conhecimento o qual as pessoas o detêm acerca de uma comunidade, seja em seus âmbitos popular ou científico ao ultrapassar o tempo, por meio da língua, já que “A cultura é o conjunto do que o homem criou na base das suas faculdades humanas: abrange o mundo humano em contraste com o mundo físico e o mundo biológico” (CÂMARA JR, 1955, p. 51).

Em outras palavras:

Cultura é o conjunto de práticas sociais, situadas historicamente, que se referem a uma sociedade e que a fazem diferente de outra. Baseia-se na construção social de sentidos a ações, crenças, hábitos, objetos que passam a simbolizar aspectos da vivência humana em coletividade (PAULA, 2007, p. 74).

A diversidade também se reflete na cultura, pois, de acordo com Bosi:

[...] não existe uma cultura brasileira homogênea, matriz de nossos comportamentos e dos nossos discursos. Ao contrário: a admissão do seu caráter plural é um passo decisivo para compreendê-la como um “efeito de sentido”, resultado de um processo de múltiplas interações e oposições no tempo e no espaço (BOSI, 1987, p. 7).

Nesse sentido, a cultura constrói-se a partir das vivências e significados que lhe são atribuídos pela própria sociedade em suas práticas sociais, e constituindo-se

também em diferença. Para Bosi (1987, p. 11), o fundamento da cultura popular “é o retorno de situações e atos que a memória grupal reforça, atribuindo-lhes valor.” Isso são as marcas identitárias da comunidade deixadas e vivenciadas (ou vivificadas) tempos depois. Por essa razão, a cultura popular é revelada por meio de práticas culturais e linguísticas, que levam a público as relações sócio-histórica-culturais de determinadas comunidades.

A cultura edifica-se com base nos valores atribuídos pelos sujeitos às relações cotidianas e nas relações de poder. Organiza-se como popular e/ou erudita. Nessa logicidade, não existe cultura melhor nem pior, cada uma é expressa pelo seu grupo social, pois cada indivíduo tem uma forma de ver o mundo, modos de vestir, de comer, meios para se curar, remédios; modos de plantar, de cultivar e colher; modos de nomear e categorizar os elementos da natureza e outros tantos mais. Dessa forma, “conforme as pessoas entendem que participam de uma cultura esforçam-se para agir dentro do que julgam ser pertinente a ela” (PAULA, 2007, p. 75).

Cultura, língua e identidade não são algo fixo, pronto e acabado, estão sempre se constituindo, uma vez produzidas por seres sociais que se encontram em processo de interação, aprendizado, conhecimento e estão inseridos em contextos sociais suscetíveis de transformações. O léxico é o meio pelo qual a cultura e a identidade se constroem e se disseminam.

Na visão de Paula (2007, p. 89), a memória é o depositário, tanto da cultura como da língua visto que:

O modo como se estrutura política e economicamente uma sociedade diz muito de suas estruturas culturais; estas, por sua vez, só se fazem possíveis graças à elaboração cotidiana do arcabouço de memória coletiva, ao modo como é concebida e ao estatuto que lhe é dado. Expressando estas inter-relações, servindo a elas no cotidiano da comunicação humana e carregando em seu funcionamento muito do modo como a sociedade se faz e se refaz está a língua.

Desse modo, os processos culturais construídos por meio de atos linguísticos são uma forma identitária de dada comunidade, expressa por relações sociais como forma

de conduzir e exteriorizar-se perante as demais comunidades, sejam elas internacionais, nacionais ou regionais, sabemos que a cultura é a miscigenação de outras culturas.

### **1.3 A toponímia e o estudo dos nomes**

Embora faça parte do cotidiano das pessoas, portanto estreitamente ligado à cultura, não há muita discussão referente ao nome próprio e aos motivos de alguém ou um lugar ter tal nome. Entretanto, conforme Carvalhinhos (2002), já no século II a.C., com o gramático Dionísio Trácia, o estudo sobre o nome houvera pensado e formulado. Esses estudos propiciaram, por sua vez, o surgimento da Onomástica, a ciência que se ocupa dos estudos da origem e alterações (na forma e no significado) dos nomes próprios. A Onomástica é um ramo das ciências linguísticas que se pode colocar em duas vertentes: a toponímia (estudo do topônimo ou nome de lugar) e a antroponímia (estudo do nome pessoal).

Conforme Dubois (2004) e Houaiss (2004), a Onomástica é um ramo da lexicologia e seu método de trabalho deve-se desenvolver em linha documental mediante a observação de dados oficiais como mapas, listas de nomes ou outros documentos de valor historiográfico e lexicográfico. Essa abrangência possibilita a junção da história da nomenclatura com momentos históricos e sociais mais amplos.

No entanto, mesmo pertencendo à ciência da linguagem, a Onomástica estabelece-se por meio do suporte de outras áreas do conhecimento: a Antropologia, a Etnografia, a Botânica, a Geografia e a História. Nesse sentido, não é equivocado salientar que a Onomástica é um campo de amplo caráter interdisciplinar.

Assim, a Onomástica ou Onomasiologia é o ramo da ciência linguística tendo o nome próprio como objeto de estudo e se constrói em relação a outros campos do saber. Contudo, ao relacionar o seu conhecimento aos de outras áreas, ela não os confunde, nem os nega.

De acordo com Ramos e Bastos (2010), essa ciência assume uma perspectiva integralizadora de métodos e demanda um considerável número de conhecimentos de

campos diversos, de maneira direta ou indireta e vertical ou horizontal, destacando-se a linguística com valorização da pesquisa etimológica.

Conforme dito, a Onomástica, para efeito de estudo, pode ser dividida em dois eixos: a Antroponímia e a Toponímia. Essas, por sua vez, podem apresentar subdivisões, dependendo de algumas considerações acerca das características que cada uma à sua maneira apresenta.

A Toponímia, conforme Piel (1979), de acordo com o objeto de denominação, pode se denominar também como astronímia, hidronímia, litorinímia, odonímia, oronímia, para citar apenas alguns termos que correspondem a objetos que constituem ou são constituídos por formações aquosas, astros, formações pétreas, serras, vias ou caminhos.

Já, a Antroponímia volta sua atenção para o estudo dos nomes de batismo, dos sobrenomes, patronímicos (ou matronímicos) e, ainda, das alcunhas, dos apelidos e de nomes diminutivos. A Antroponímia, à semelhança da Toponímia, não se constitui de forma homogênea, pois há uma série de tradições conforme os povos ou culturas que desenvolveram esses sistemas antroponímicos. Por outro lado, é consenso afirmar que os nomes pessoais são um aspecto comum ou universal nas línguas porquanto as pessoas recebem um nome, em algum momento de suas vidas, em todas as sociedades conhecidas do mundo.

De acordo com Dick (1992), as intenções e as motivações as quais subjazem à escolha dos nomes em cada sociedade variam bastante. Os estudos dos sistemas onomásticos vêm confirmar isso porque os nomes existem e são controlados pelas necessidades e práticas sociais, e podem variar de acordo com a visão de mundo de um determinado povo.

Posto isso, convém conceber a Onomástica como uma disciplina que deve focar como objeto de estudo os sistemas de denominação os quais justifiquem os processos de atribuição de nomes de uma maneira geral.

Em Solís (1997), os nomes são o resultado de algo que os provoca, isto é, o sistema denominativo elaborado pelas culturas para atribuir nomes às coisas apreendidas por sua atividade cognitiva.

Devido ao fato de a Onomástica estender-se a um amplo campo de estudo, ou seja, que se volta tanto para o estudo dos nomes próprios de pessoas como às designações dos lugares, é imperioso delimitar para este estudo apenas o sistema onomástico revindo para os nomes de lugar, isto é, para a toponímia, caracterizando como objeto de estudo os nomes dos cursos d'água do município de Pires do Rio.

A despeito de incorrer em lugar comum, é salutar rever os constituintes da palavra toponímia, cujo significado etimológico pode ser assim expresso: do grego *topos* (lugar) e *onoma* (nome). A Toponímia ocupa-se dos locativos (também componentes do léxico da língua) com o fito de estudar a origem, as significações e as transformações por que passam ou passaram esses nomes. Também dedica-se ao estudo não apenas dos nomes de comunidades humanas (cidades, povoados, vilas), como de elementos geográficos, a exemplo, os cursos d'água.

Como os estudos toponímicos propiciam a percepção da relação entre povo, língua e território, consideramos que esse território possa ser físico e/ou imaginário, já que as entidades do mundo as quais precisam ser nomeadas podem ser pessoas, entidades geográficas que fazem parte do ambiente no qual que vive determinado povo e, sobretudo, tenham importância para esse, pois se não tem importância não há, em contrapartida, necessidade de ser nomeado. Convém, no entanto, ressaltar que nem todas as nomeações ocorrem pela necessidade espontânea de identificação, pois muitas delas refletem a imposição de forças ideológicas, políticas e sociais.

Nesse sentido, surge a necessidade de reconhecer os objetos geográficos da natureza, tais como rios, mares, lagoas, ilhas, continentes, serras e outros; no entanto, mas há outros que precisam ser denominados também, principalmente, os objetos da cultura, aqueles criados pelo homem, dentre os quais podem ser citados: os povoados, represas, moradias (habitação), ruas, circunscrições político-territoriais, que se situam em algum lugar do universo físico.

Não se pode omitir aqueles lugares cujo universo foi criado pela cultura imaterial, o mundo não físico. Sejam do universo real ou imaginário, as entidades geográficas são os referentes dos topônimos que, por sua vez, integram a visão de mundo de um povo. Isso constitui uma dificuldade em especificar que referentes

existem no mundo físico ou cultural, em parte, porque para tal é necessário considerar uma cultura determinada. Em resposta a esse questionamento há o reconhecimento da visão de mundo, peculiar a cada cultura.

Muitos povos concebem o universo real como um mundo que tem seu correlato mítico com outros mundos e fazem, assim, surgir universos de nomes toponímicos de variada riqueza toponomástica porque têm lugares para nomear no espaço fictício criado nesse mundo. Assim, além de serem componentes linguísticos como tal, os nomes componentes de um sistema de denominação são ainda criações socioculturais.

Então, cabe à Toponímia estudar tanto os nomes de lugares (os topônimos) como componentes de uma língua que são, e, igualmente, o sistema de denominação organizado pelas sociedades para nomear os objetos físicos ou imaginários da sua cultura. Devido às diferentes visões de mundo, têm-se diferentes formas de nomear essas entidades. Além da visão de mundo, em sociedades como a brasileira, podem contribuir para a formação de um sistema de nomeação os movimentos sociais considerados força impulsionadora de mudança social. Em relação à realidade brasileira, podem-se mencionar as políticas que vêm acontecendo durante os mais de 500 anos de sua história, que também resultou em inúmeras formações e mudanças de designação toponímica no Brasil.

Cabe ainda reiterar que a toponímia refere-se a nomes de lugares habitados ou não. Daí uma definição apropriada para o termo “topônimo”: é um nome de qualquer ponto localizável no espaço terrestre que tenha recebido denominação. Definição essa que pode ser estendida para o nome de qualquer ponto localizável no mundo real ou em mundos imaginados pelas culturas; em outras palavras, daqueles universos que existem por meio da atividade ideacional dos homens.

Assim, é por meio da relação povo-território que os nomes de lugar são estabelecidos. Inicialmente, pela posse do território, uma vez que, segundo Couto (2007), o território é uma das primeiras referências onde um agrupamento de pessoas possa receber o *status* de comunidade e todo território entendido como tal deve ter um nome, um topônimo. Dessa forma, recortam-se os aspectos do meio ambiente mais

salientes aos olhos do povo como uma espécie de acordo que permite a vivência e a convivência em sociedade no território apossado.

É possível afirmar que a nomeação dos lugares surgiu com a própria humanidade. Os registros antigos da história da civilização ratificam essa ação do homem sobre o lugar onde habita ou já habitou; são fatores os quais sugerem uma espécie de posse ou de domínio sobre o lugar, por meio da significação, da organização e da orientação pelo espaço ocupado ou apenas conhecido. Em contrapartida, o ato de nomeação manifesta-se como a ação do meio físico e sociocultural sobre o homem.

É nessa perspectiva que se podem considerar os estudos toponímicos em seu âmbito interdisciplinar porque congregam várias áreas do conhecimento humano. Os nomes de um lugar são enfocados segundo a observação dos aspectos físicos, socioculturais, mentais e históricos, interligados ou em separados.

Assim, não é equívoco conceber a Toponímia como objeto de estudo da Antropologia, da Geografia, da História, ou ainda da Psicologia Social, para citar apenas algumas disciplinas.

É possível na concepção de Dick (1992), realizar análises do fenômeno toponímico em consonância teórica com qualquer uma dessas áreas, todavia, para a autora, nenhuma delas, tomada isoladamente ou com exclusivismo, alcançaria a plenitude do fenômeno toponímico. Em termos linguísticos, a Toponímia recorre aos conhecimentos da Semântica, da Lexicologia, da Etnolinguística, da Dialectologia e da Linguística Histórica.

Mais recentemente, uma linha de análise tem oferecido contribuições importantes aos estudos dos nomes de lugares: é a Linguística Cognitiva. Suas pesquisas vêm enfatizando não só os modelos cognitivos, mas também os processos de categorização, principalmente, os processos de analogia e contiguidade, próprios da metáfora e da metonímia. Entendê-los é essencial para compreender os sistemas de nomeação como resultados da experiência e da cognição humana com o corpo em relevo.

Essa perspectiva de análise coaduna estudos que procuram reconhecer processos cognitivos expressos na ação de denominar a realidade e, para tanto, fundamentam-se



no corpo. É uma forma de nomear os lugares físicos ou culturais mediante a percepção do denominador na interação com meio ambiente físico e cultural.

#### 1.4 O signo linguístico em função toponímica

Para realizar qualquer estudo onomástico, é necessário, inicialmente buscar na teoria linguística os recursos para se explicar como uma forma linguística se amálgama a um lugar configurando uma relação entre esse lugar, suas características e o signo linguístico que passa a designá-lo. Em outras palavras, é necessário buscar conceitos que estejam em consonância com os preceitos<sup>5</sup> onomástico-toponímicos.

É por meio da língua que se dá a interação dos indivíduos, e a mesma constitui-se de signos linguísticos, ou seja, o mundo humano, a realidade extralinguística e a cultura constituem-se de signos. Calcados nas ideias de Charles Sanders Peirce (2005), tem-se o conceito geral de que o signo é “algo que está por algo para alguém”. Convém salientar que “estar por” é uma noção bastante ampla, pois pode significar uma série de coisas como representar, caracterizar, fazer às vezes de, indicar, entre outros. Para Peirce (2005, p. 46),

um signo, ou *representamem*, é algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez um signo melhor desenvolvido. Ao signo, assim criado, denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *objeto*. Representa esse objeto não em todos os aspectos, mas com referência a um tipo de ideia que eu, por vezes, denominei *fundamento* do *representamem* (Grifos do autor).

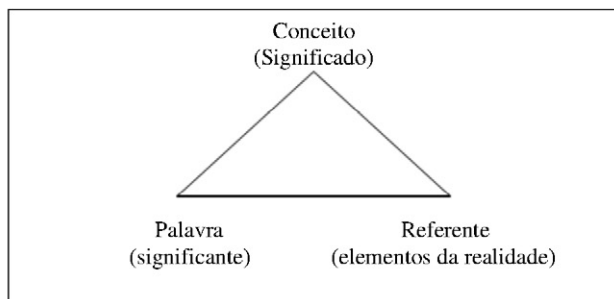
Embasados na concepção de Peirce (2005) sobre signo, pode-se formular que é a representação de alguma coisa para alguém, está no lugar da coisa que ele representa e não é a coisa em si. Tem ainda a condição de perturbar a mente do interpretante, i. é, daquele que vê, lê ou ouve o signo, na tentativa de atribuir-lhe um significado. Dessa forma, é possível verificar uma relação de interdependência entre, pelo menos, três

---

<sup>5</sup> No capítulo 2, são apresentados os métodos usados na pesquisa.

extremos: i) a face perceptível do signo, o *representamen*, ou significante; ii) o que ele representa, o *objeto* ou referente e iii) o que ele significa, *interpretante* ou significado.

### Quadro 1 – Triângulo da significação



**Fonte:** Adaptado a partir do original de Ogden-Richards (1972).

Para Peirce (2005), os signos são elementos tricotômicos<sup>6</sup> e apresentam três divisões amplas: (i) *ícone*, (ii) *índice* e (iii) *símbolo*. Apesar de serem conceitos mais pertinentes a um estudo semiótico, em grande parte, a motivação que subjaz ao designativo de lugar imprime caráter icônico, indicial ou simbólico ao nome do lugar, o que acarreta uma dada categorização.

Na concepção de Peirce (2005), (i) *ícones* são os signos que apresentam as características específicas, próprias, por analogia; formam-se pela primeira impressão/percepção que o intérprete tem sobre as coisas do mundo real. É um signo que guarda semelhanças entre o significante e o significado. Em outras palavras, um ícone é uma representação – auditiva, visual ou de outra espécie – de alguma coisa. Uma fotografia, uma pintura, as imagens, diagramas são exemplos de ícones por evidenciar em semelhança com o objeto representado. A semelhança deve ser estabelecida de forma quase que consciente por quem observa. No entanto, a semelhança com o objeto representado pode ser extraordinária, como quando se observam as imagens sacras ou ícones menores, aqueles entreteledados na tela do

<sup>6</sup> O que difere das características dicotômicas do signo linguístico para Saussure.

computador; ou pode ser mais abstrata como a que acontece com as placas de sinais em geral.

Em relação aos (ii) *índices*, Pierce (2005) estabelece que são signos os quais estão numa relação direta entre o *representamem* e o *objeto*. Um índice (ou signo indexical) tem a função de indicar o que está nas suas proximidades. Nos índices, a forma e o significado estão interligados, são contíguos, ou seja, caracteriza-se pela relação de contiguidade ou associação com aquilo que representa. Aquilo o qual atrai a atenção em um objeto é seu índice. Apresentam traços de dêiticos, já que os interlocutores podem recuperar o referente por meio de lembranças de detalhes do objeto.

Tais se encontram muito difundidos nos sistemas de comunicação (verbal ou não). São amplamente empregados na linguagem mímica e gestual, no código de trânsito. Os dêiticos são signos indiciais imprescindíveis, pois se referem demonstrativamente, indicam a pessoa do discurso, o lugar, a proximidade<sup>7</sup> de espaço e tempo entre outros. (iii) Já os símbolos são signos que se referem ao objeto em função de uma convenção, de uma lei ou de associação geral de ideias, ou melhor, por não haver uma relação de semelhança e nem contiguidade entre o significante e o significado, ela é estabelecida por convenção, de forma intencional e aprendida nas relações sociais. Os símbolos são considerados os signos genuínos, estão reservados aos seres humanos, porquanto as necessidades comunicativas exigem muito mais que indicações indexicais ou imitações icônicas. O sistema mais elaborado de signos simbólicos, certamente, é o das línguas naturais na modalidade falada e na escrita também, sendo a palavra o símbolo por excelência.

Por se constituírem de duas coisas que se encontram em prolongamento uma da outra, i. é, contíguas, os signos indexicais podem se substituir mutuamente. Também os signos icônicos podem tomar o lugar do objeto real. Já, os simbólicos são superiores por permitirem aos seres humanos ultrapassar os limites de contiguidade e semelhança porque estabelecem uma relação simbólica entre determinada forma e determinado

---

<sup>7</sup> O “eu”, a pessoa com quem se fala; o “este aqui”, “esse aí”, “aquele ali”, “neste tempo”, “naquele tempo”.

significado. Todas essas relações – icônica, indexical e simbólica – estão na base dos sistemas de linguagem.

De igual modo, os signos linguísticos se vinculam à noção de símbolo uma vez que a relação com o objeto referido é construída arbitrariamente em uma espécie de acordo entre os membros de uma comunidade de fala. Para Saussure (2008), o signo linguístico é o resultado da associação convencional entre o significante e o significado, acertada entre os falantes. É convencional porque não há nenhum vínculo sugestivo entre os dois elementos. Essa é a noção de arbitrariedade descrita por Saussure (2008) em relação aos vínculos entre significante e significado. Por outro lado, há de se considerar situações em que os signos linguísticos apresentam motivações, sejam de natureza fonética, morfológica ou semântica.

Quanto à estrutura, um topônimo pode ser um nome simples ou composto e segue, evidentemente, as mesmas regras de formação de palavras da língua portuguesa. Um nome, em função toponímica, pode também ser constituído por frases e orações; segue, assim, a sintaxe da língua em que se insere.

Segundo Dick (1992), o signo topônimo vincula-se, por diversos fatores, ao elemento geográfico do qual é o referente, estabelecendo com ele um conjunto que, por sua vez, pode ser separado em partes menores para se distinguirem dos seus elementos formadores. Morfológicamente, dois elementos básicos podem ser apreendidos dessa relação; um, o termo ou elemento genérico que se relaciona à entidade geográfica que recebe a denominação e o outro, o elemento ou termo específico, o topônimo propriamente dito, o qual carrega em si mesmo a noção espacial por identificar e singularizar a entidade denominada das outras semelhantes. Esses elementos ou termos se justapõem no sintagma toponímico (Córrego do Ouro) ou se aglutinam (Rialma) conforme a estrutura da língua em questão.

Para a referida autora (1992), em relação à morfologia, os topônimos podem apresentar três diferentes formas: (i) topônimo ou elemento específico simples, é aquele determinado por um só formante, que pode apresentar-se acompanhado também de sufixação diminutiva, aumentativa ou de outras origens linguísticas.

Dessa feita, é comum na formação de muitos topônimos brasileiros a junção de um designativo às terminações *-lândia*, em *-pólis* e *-burgo* (normalmente segundo elemento da formação). Essa formação, embora apresente dois formantes (de línguas diferentes), são considerados nomes simples e não compostos; pode-se, no entanto, dizer que, em algumas designações, são também híbridos, pois provêm de línguas diferentes, a saber: Maurilândia (Maurilo do latim *Maurilius* ‘moreno’ + *lândia* elemento de origem inglesa); Buritinópolis (Buriti(no) elemento tupi + *polis* elemento grego); mas em Friburgo<sup>8</sup> não há hibridismo.

Consoante Siqueira (2012), pode-se ainda indicar a terminação *-(a)nia* variação do sufixo nominal do latino *-a#nus*, *-a#na* que se documentam em nomes e modificadores com as noções de proveniência, origem, entre outras, em lembrança dos primeiros habitantes da região. Em Goiás, é expressiva a quantidade de topônimos que se formaram jungidos a esse elemento: Caiapônia, Cromínia, Goiânia, Joviânia, Luziânia, Silvânia; (ii) topônimo composto ou elemento específico composto, aquele formado por mais de um elemento, de origens diversas entre si, do ponto de vista do conteúdo; (iii) topônimo (composto) híbrido ou elemento específico híbrido formado por elementos linguísticos de diferentes procedências.

Sobre o caráter imotivado dos signos linguísticos, cabe salientar, conforme Saussure (2008), que o vínculo o qual une o significante ao significado é arbitrário, não há relação lógica ente as duas faces do signo. A associação entre ambos (significante e significado) é de natureza convencional, não natural. Assim, todo estudo toponímico tem no caráter motivado do signo toponímico seu ponto de partida, ou seja, os estudos sobre os topônimos baseiam-se na motivação que subjaz para analisar todas as relações circunscritas a ela.

---

<sup>8</sup> Cidades da Alemanha e da Suíça, no Brasil, conforme Machado (2003), há uma “Friburgo” no Amazonas e no Rio de Janeiro, “Nova Friburgo”, este sim um híbrido; em Minas Gerais há também o híbrido: “Cordisburgo” *cordis* do latim ‘coração’ + *burgo* do alemão ‘cidade’.

## 1.5 Linguística Histórica

Consideradas como realidades históricas e sociais, as línguas são dinâmicas, estão em contínua transformação, o que leva a afirmar que a língua de hoje não é a mesma de ontem, nem se manterá idêntica amanhã. Posto isso, pode-se verificar que o conhecimento mais amplo da estrutura, do léxico, da semântica e até da ortografia pode requerer um estudo linguístico com perspectivas históricas. No âmbito da linguística geral, destaca-se a Linguística Histórica, área cujo interesse recai sobre o que, como e por que muda nas línguas no decorrer do tempo.

Os estudos acerca da linguagem foram, primeiramente, postulados pelos filósofos anteriores ao século XIX, como Platão e Aristóteles<sup>9</sup>, que se ativeram ao estudo da linguagem mediante a análise da relação entre som e sentido, ignorando qualquer tipo de variação linguística. Já, a opção filológica, representada, principalmente, pelos gramáticos alexandrinos, não ignorava a variação linguística, mas a colocava como desvio, configurando-se, possivelmente, como a primeira perspectiva normativa/prescritiva na história dos estudos da linguagem (MAURER JR., 1967).

Por sua vez, a linguística histórica, conforme Maurer Jr. (1967), estabeleceu relações culturais entre os povos, tornando-se um precioso auxílio para a História e a Antropologia. A linguística histórica não revela apenas as relações entre duas ou mais línguas, entretanto consegue também evidenciar com facilidade o que é herdado de um berço linguístico comum e aquele oriundo de empréstimo de outra língua.

Consoante estudos recorrentes, a linguística histórica teve seu surgimento no final do século XVIII, momento em que se começava a dar um cunho científico à mudança linguística. Não se pode afirmar, no entanto não houvesse uma preocupação com a linguagem antes desse período, haja vista a criação da biblioteca de Alexandria, por exemplo, que demonstra certo interesse pelo assunto, pois indica, ao fazer a

---

<sup>9</sup> Para Aristóteles, a linguagem é definidora das relações humanas.

compilação das obras antigas da literatura grega, Homero apresentava certa preocupação com a preservação da cultura e do passado de uma época.

Todavia foi no século XVI, com a Renascença, que houve um acentuado interesse dos estudiosos pela história cultural, particularmente pela filologia, momento da origem da história literária. No Ocidente, renascia o interesse pelo passado, o qual remetia à antiguidade greco-latina.

A linguística histórica consiste, segundo Faraco (2006, p. 13), em “estudar as mudanças que ocorrem nas línguas humanas, à medida que o tempo passa.” A mudança é definida como processo pelo qual a língua viva não fica estagnada, mas evolui, acompanhando o desenvolvimento da sociedade, que a utiliza como instrumento de comunicação, pois “onde há mudança deve haver história; do contrário nosso conhecimento do fato permanece incompleto” (MAURER JR, 1967, p. 20).

Nesse contexto, estabelece-se o que é mais natural: a relação entre língua e sociedade porque uma acaba interferindo na mudança da outra, com este excerto:

[...] as línguas humanas não constituem realidades estáticas; ao contrário, sua configuração estrutural se altera continuamente no tempo. E é essa dinâmica que constitui o objeto de estudo da linguística histórica. [...] as línguas mudam, mas continuam organizadas e oferecendo a seus falantes os recursos necessários para a circulação dos significados (FARACO, 2006, p. 14).

Em decorrência, as mudanças não são apenas de ordem lexicais, por certo, as estruturas gramaticais, o modo de produzir os sons e o significado das palavras alteram-se com o tempo, bem como novas palavras surgem para expressar objetos e coisas que são criados. É possível observar, ainda, palavras em desuso, as quais provocam, conseqüentemente, alterações no léxico de dada língua, já que:

Os estudos de Linguística Histórica comprovam que as línguas humanas se transformam no fluxo do tempo, ou seja, palavras e estruturas que existiam antes deixam de existir ou sofrem modificações na forma, na função e/ou no significado. Apesar das transformações sofridas, as línguas mudam, mas continuam organizadas e oferecendo a seus falantes os recursos necessários que garantem uma comunicação eficaz, pois as mudanças ocorrem em partes e não no todo das línguas, num processo de *mudança* e *permanência* (SIQUEIRA; AGUIAR, 2011, p. 385, grifos das autoras).

Por conseguinte, a linguística histórica pode ser estudada em duas fases: a de 1800 e a pós 1900. No século XIX, surgiram métodos de abordagem para se estudar as línguas, suas combinações, identidade (gênese), diferenças (mudanças). Segundo Paixão de Sousa (2006, p. 18), “a tradição oitocentista portanto recorta, descreve e explica os fenômenos da linguagem do ponto de vista do binômio gênese-evolução”.

O pós 1900 partiu da observação da diacronia e sincronia. Com o advento do estruturalismo de Ferdinand Saussure (2008), no século XX, a linguística moderna trouxe como proposta que o objeto da linguística – a língua – pudesse ser estudado separadamente do efeito tempo (PAIXÃO DE SOUSA, 2006). Como divisor desse momento, na segunda metade pós 1900, o objeto da linguística é de ordem biológica – a diacronia está imanente à língua; pois, de acordo com esta corrente linguística, é na língua que reside a heterogeneidade, a mudança e a variação.

Segundo Faraco (2006, p. 91), as línguas estão inseridas em um processo de fluxo temporal de mutabilidade, “aparecimentos” e “desaparecimentos”, “conservação” e “inovação”. As línguas têm história, revelam e constituem a todo tempo a realidade e as transformações ocorridas com/no tempo. Em relação a isso,

Humboldt convencia-se de que toda língua reflete a psique do povo que a fala. É o resultado do modo peculiar no qual as pessoas tentam realizar o seu ideal de fala. Ele acha, por outro lado, que a língua de um povo é o canal natural pelo qual aquele povo chega a uma compreensão do universo que circunda o homem. E conclui que existe uma profunda influência de uma língua na maneira pela qual seus falantes veem e organizam o mundo dos objetos em torno deles e de sua vida espiritual (CAMARA JR., 1975, p. 38-39).

Desse modo, pode-se reiterar que a língua é um “instrumento” social e está carregada de significação e, considerados espaço e tempo, é capaz de revelar o mundo a outros mundos. Faraco (2006) faz ainda referência ao estudo do léxico ao reafirmar que a composição deste pode ser estudada historicamente, na sua origem, bem como os empréstimos que são feitos de outras línguas. Necessário se faz reconhecer que o léxico é uma unidade carregada da história cultural de dada comunidade linguística,



não esquecendo, conforme Faraco (2006, p. 42), que “é um dos pontos em que mais claramente se percebe a intimidade das relações entre língua e cultura.”

Com o advento estruturalista de Saussure (2008), há uma mudança de perspectiva, a visão diacrônica dos fatos linguísticos dá lugar ao enfoque sincrônico dos fenômenos da linguagem. É preciso observar que, consoante a diretriz saussuriana, a análise sincrônica precede a diacrônica, sendo possível fazer comparação entre si no momento em que tiver a descrição de, pelo menos, dois estados da língua. Daí, reforçar-se o objetivo do estudo em descrever sincronicamente um dado específico da história da língua. Faraco (2006, p. 120) afirma que “o estudioso se fixa num momento do passado e, tomando-o estaticamente, descreve-o com base nos documentos escritos de que se dispõe, criando assim condições para um posterior estudo diacrônico.”

A par disso, convém mencionar que, nos séculos XVII e XVIII, estudos linguísticos hegemônicos observavam a língua como uma realidade estável, diferentemente do pensamento linguístico do século XIX, que considerava a língua como uma realidade em transformação. Dessa forma, Saussure (2008) estabeleceu duas dimensões: uma histórica (chamada diacrônica), que tem como centro de suas atenções as mudanças porque passa a língua no tempo, ou seja, a mutabilidade da língua no tempo; a outra é estática (chamada sincrônica), que entende a língua como um sistema estável num espaço de tempo aparentemente fixo, isto é, a sua imutabilidade. Mas,

Diante dos termos *sincronia/diacronia*, não basta apenas entender por alto a que se referem. É preciso antes perceber que essa divisão pressupõe também, na sua origem, uma concepção homogeneizante da língua que – apesar de sua indiscutível funcionalidade e fertilidade para a linguística contemporânea – é, para muitos estudiosos, uma idealização excessiva, por criar um objeto de estudo demasiadamente afastado da heterogeneidade linguística do real (FARACO, 2006, p. 106, grifos do autor).

Segundo Faraco (2006), Coseriu em seu livro *Sincronia, diacronia e história*, de 1973, posiciona-se de forma contrária à formulação de Saussure (2008) (visão estática de sistema), pois, para ele, a língua deve ser vista em permanente sistematização, em movimento. Coseriu rejeita a ideia de que a descrição (sincronia) e a história (diacronia) sejam estudos diferenciados, mas assume a visão de que as línguas são

objetos históricos e devem ser estudadas de forma integrada, envolvendo descrição e história.

Para Rocha, Galvão e Gonçalves (2011, p. 30) “estabelecer a presença ou a viagem das palavras é acompanhar o envolver das próprias comunidades pelo tempo afora”. Um recorte sincrônico não deve desprezar a interpretação diacrônica; o interesse científico não está presente somente num espaço-tempo, assim como a representatividade histórica necessita admitir pontos exatos na representação da vivência humana.

No segundo capítulo, apresentamos uma breve revisão dos métodos de pesquisa que podem ser combinados com a teoria onomástico-toponímica a fim de compor um quadro ilustrativo das características do meio, da cultura, dos fatos históricos e dos estados anteriores da língua, os quais estão, de alguma forma, impressos na motivação que subjaz aos topônimos em questão.

## II A METODOLOGIA DA PESQUISA E SEUS DESDOBRAMENTOS

*O povo, “senhor dos espaços públicos”, por vezes adota critério próprio ao conferir nomes aos lugares.*

*(IBGE, 2008).*

A linguagem humana é, sobretudo, interação e não pode, pois, ser explicada apenas em termos de sua estrutura semântica e formal, mas também deve-se analisá-la em sua função social. Dessa forma, o desenvolvimento linguístico e intelectual do indivíduo caminham juntos, pois ambos são a base da abstração e categorização, pois “toda língua reflete as condições da sociedade e do círculo cultural que se fala” (ANDRADE, 2010, p. 99).

Aspectos linguísticos de diversas ordens são fundamentais para o estudo toponímico, já que é por mecanismos linguísticos que o signo comum transmuta-se em designativo de lugar, revelando a identidade do nomeador, coletivo ou não. Dessa maneira, “o topônimo é o resultado da ação do nomeador ao realizar um recorte no plano das significações, representações, ou seja, praticar um papel de registro no momento vivido pela comunidade” (ANDRADE, 2010, p. 106).

Acolher uma orientação ou outra acarreta, outrossim, na escolha do método a ser utilizado para a pesquisa linguístico-histórica. Para situar a escolha por um método, este capítulo faz uma breve exposição de alguns métodos que têm sido empregados em pesquisas de abordagem similar a esta; em especial, descrevemos detalhadamente os que são usados nesta pesquisa, os quais consideram não somente os aspectos linguísticos, bem como os históricos e socioculturais do lugar, indo ao encontro da perspectiva adotada para este trabalho.

### 2.1 Fundamentos Histórico-Methodológicos

Não se deve confundir metodologia com método de pesquisa. Segundo Silva e Silveira (2007, p. 145), a metodologia consiste de um conjunto de critérios usados para se construir um conhecimento válido, seguro e de certa forma, verdadeiro. Já os

métodos de pesquisa podem ser definidos como “princípios e procedimentos aplicados para construção do saber”. Os autores salientam que se torna mais difícil ficar preso a um único método quando se pode lançar mão do “pluralismo metodológico”. Dessarte, considerando as especificidades de um estudo toponímico, é possível conjugar métodos de forma ordenada e lógica. Isso quer dizer que se podem utilizar métodos de abordagem (indutivo, dedutivo, dialético) em consonância com os preceitos de um ou mais métodos de procedimento (funcionalista, comparativo, fenomenológico, estruturalista).

Uma perspectiva histórica, por exemplo, abre um amplo espectro de possibilidades de se estudar um determinado fato linguístico. Podem ser citadas diversas maneiras para se tomar os fenômenos linguísticos do ponto de vista histórico, tais como: a filologia, centrada nos aspectos históricos das transformações; a linguística comparada, que aborda os fatos por meio de comparações entre as línguas de grupos linguísticos relacionados; e a etimologia, a qual busca desvendar o significado de origem das palavras; aqui, centra-se o nosso objeto de estudo: descrever e analisar a origem/etimologia dos topônimos dos cursos d’água de Pires do Rio-GO.

Em consonância, os métodos linguísticos podem ainda estudar as transformações linguísticas, correlacionando-as ao contexto sociocultural, o que tem contribuído, grandemente, para uma renovação das abordagens do fenômeno da mudança linguística, resultando em inúmeras outras orientações teóricas que, em certo sentido, podem ser vistas como herdeiras dos primeiros críticos dos estudos comparativos.

Assim, a linguística tem a língua como seu principal objeto de estudo, a qual é produto da experiência acumulada, historicamente, na cultura de uma sociedade. A língua é um fenômeno social, pois é produzida e determinada socialmente; ademais, é um importante símbolo da identidade de um grupo. E é no comportamento linguístico de uma dada comunidade, que se reflete a busca de aprovação social ou a acentuação de diferenças (COSERIU, 1977). É por meio dela, enfim, que um indivíduo adquire a cultura do lugar em que vive, já que

A função básica da Linguística é o estudo direto da ‘língua viva e falada’, por observação e análise objetiva de seus fenômenos, postas de lado todas as forças e influências que se manifestem muitas vezes através dela, e todos os antecedentes que possam ter dado origem ao estado atual (MAURER JR., 1967, p. 30).

Também, observa-se na Linguística Geral, de acordo com Maurer Jr. (1967), a divisão em dois setores distintos, porém essenciais para compreensão da linguagem: a Linguística Descritiva (sincrônica) que, segundo o autor, deve ser a base de todo estudo científico, porque, a partir dela aprendemos a linguagem em sua função única e peculiar e a Linguística Histórica (diacrônica), que complementa e explica os fatos da primeira e tem uma função importante no estudo desse rico patrimônio cultural e humano, a língua.

### **2.1.2 Os métodos da linguística histórica**

Para alguns estudiosos, a linguística histórica teve seu apogeu no século XIX, embora outros afirmem que tenha ocorrido há tempos no Renascimento. De acordo com Paixão de Sousa (2006, p. 14):

[...] a reflexão linguística dos 1800 representa um marco divisor na história das histórias do tempo e da linguagem, por inaugurar uma concepção inteiramente nova dos condicionantes dessa relação, e construir um novo plano para sua análise. É antes de tudo na tentativa de se combinar a esfera documental com a esfera experimental que aparecem os desdobramentos mais interessantes dos estudos históricos da língua ao longo do século XIX: eles buscarão articular as duas esferas em um mesmo plano de análise, construindo a abordagem histórico-comparada.

Assim, a linguística histórica após o século XIX cria um método que permite “categorizar e justificar a identidade genética e a evolução paralela de cada idioma em um grupo aparentado”, segundo Paixão de Sousa (2006, p. 16). Porém, o método comparativo, conforme Maurer Jr. (1967), busca comparar cuidadosamente formas apresentadas entre si de um grupo, distinguir a origem e estudar a diversificação das línguas para desvendar e recontar a história de cada língua. Ressalte-se que, para Faraco (2006, p. 125), esse método teve sua estruturação “ao dar um tratamento

sistemático às observadas semelhanças entre línguas distantes no espaço como o latim e o sânscrito”. E, ainda,

constitui um recurso inteligente e racional para a reconstrução de fatos que dependem de testemunho em todo o terreno. Tal como a Paleontologia, a História da Cultura, e até na investigação do crime na Justiça, esse método submete o testemunho a um estudo preliminar para avaliar seu isolamento, sua coerência, etc. (MAURER JR, 1967, p. 31).

Pode-se afirmar que o método comparativo se baseia na experimentação (indução), procura descrever os estágios da língua que não deixaram registros (documentos), como é o caso do latim vulgar. No entanto, difere-se do histórico-comparativo, o qual usa documentos históricos para fazer as suas reconstruções acerca da língua. Porém, ambos os métodos buscam recuperar a história da língua de forma cronológica.

De acordo com Faraco (2006, p. 134),

O método comparativo é o procedimento central nos estudos de linguística histórica. É por meio dele que se estabelece o parentesco entre línguas. O pressuposto de base é que entre elementos de línguas aparentadas existem correspondências sistemáticas (e não apenas aleatórias ou casuais) em termos de estrutura gramatical, correspondências estas passíveis de serem estabelecidas por meio duma cuidadosa comparação. Com isso, podemos não só explicitar o parentesco entre línguas (isto é, dizer se uma língua pertence ou não a uma determinada família), como também determinar, por inferência, características da língua ascendente comum de um certo conjunto de línguas.

No decorrer dos anos, vários são os estudiosos que contribuíram com a formação e o aprimoramento do método comparativo; dentre eles, destacamos: Bopp (1791-1867) buscava estabelecer o parentesco entre as línguas, mas não o percurso histórico de um anterior para um posterior; Grimm (1785-1863), ao estudar o ramo germânico das línguas indo-europeias, pôde estabelecer a sucessão histórica por meio de comparação – comparativo histórico; Rask (1787-1832) também desenvolveu trabalhos comparativos importantes para o momento, envolvendo as línguas nórdicas, as demais línguas germânicas, o grego, o latim, o lituano, o eslavo e o armênio. Foi, a partir desses estudiosos que surgiu a “filologia (ou linguística) românica, nome que se

deu ao estudo histórico-comparativo das línguas oriundas do latim” (FARACO, 2006, p. 137).

Mediante o modo da síntese que foi apresentada, é possível tecer as seguintes considerações: o método histórico-comparativo em seu apogeu foi e, ainda hoje, é útil aos estudos da Linguística Histórica, principalmente, no que concerne, não só à reconstrução de fases anteriores das línguas, como também é bastante indicado para estudos que objetivam a reconstrução interna de uma língua. Esse método cumpriu papel importante para o desvelamento de inúmeras questões linguísticas das línguas antigas: grego, latim, sânscrito.

Já, os estudos dos neogramáticos possibilitaram o aprimoramento do método histórico-comparativo, por meio da verificação de que muitas mudanças ocorridas nas línguas em momentos anteriores e registrados em documentos podem ser explicitadas pela explanação de mudanças “sincrônicas” sucedidas nas línguas, conforme as leis fonéticas e a analogia.

Na abordagem de Câmara Jr (1975), Gaston Paris traçou mapas das linhas isoglóssicas, dando os primeiros passos para a geografia linguística, a qual, na verdade, foi, efetivamente, criada por seu discípulo suíço Jules Gilliéron, que dedicou-se à dialetologia e, no doutoramento, em 1879, defendeu a tese sobre o dialeto de Vionnaz. Essa nova técnica “teve como base teórica o conceito de dialeto como uma abstração; essa a razão de focalizar cada mudança linguística *per se*, como o verdadeiro dado linguístico” (CÂMARA JR, 1975, p. 121).

A geografia linguística<sup>10</sup>, segundo o autor anteriormente citado (1975), é importante como uma nova abordagem para o estudo histórico-comparativo, pois, em vez de recorrer a textos antigos, o pesquisador busca apenas os aspectos contemporâneos da língua, absorvendo as bases linguísticas no intercâmbio oral. Desta forma,

Obtém-se uma corrente evolucionária pela comparação das muitas variantes de cada forma, cuja distribuição no espaço pode ser traduzida numa

---

<sup>10</sup> No Brasil a Geografia Linguística concretizou-se com a produção de Atlas Linguísticos em diferentes Estados brasileiros.

distribuição através do tempo de acordo com regras metodológicas. O aspecto fonético da variante ou sua existência num *patois* relativamente moderno ou notável por traços arcaicos constituem a chave para esta investigação histórica. Por essa razão é que, através da geografia linguística, uma nova técnica para o estudo histórico da linguagem foi imaginada sob o título de “reconstrução interna” (CÂMARA JR., 1975, p. 125, grifos do autor).

Essa nova abordagem vem corroborar com os estudos da língua, porque de forma efêmera reconstrói a história de uma dada língua, obsequiando a contemporaneidade, uma vez que nos é necessário conhecer a base etimológica das palavras e depois justificar o seu uso ou evolução.

Reafirma Câmara Jr. (1975) que, após observar que Gaston Paris traçou mapas das linhas isoglóssicas e Gilliéron criou a geografia linguística, muitos anos depois, os linguistas italianos Giulio Bertoni e Matteo Bartoli criaram o método de linguística areal, cujo objetivo era classificar áreas linguísticas – de uma língua ou grupo de línguas – como forma de representação da contemporaneidade e do estágio linguístico de desenvolvimento. Os linguistas, consoante Câmara Jr. (1975, p. 126), “dividiram um território linguístico em áreas isoladas, áreas laterais, áreas principais e áreas desaparecidas (isto é, áreas homogêneas que desapareceram deixando apenas umas poucas formas remanescentes)” e, desta forma, difundiam mais um método linguístico.

Destaca, ainda, que a linguística histórica compreende dois momentos de exatidão: o primeiro, de 1786 a 1878, período de formação e consolidação do método comparativo, o qual finalizou com o movimento dos neogramáticos; e o segundo vai desde 1878 até a contemporaneidade, período de tensão entre duas linhas interpretativas, uma imanentista – neogramático, estruturalismo e gerativismo, que vê a mudança como acontecimento interno da língua e pela própria língua e a outra integrativa – primeiros críticos neogramáticos, dialetologia e sociolinguística, cuja mudança da língua está condicionada a fatores contextuais nos quais o falante está inserido.

Entre os séculos XVIII e XIX, ocorreram momentos de grande relevância para a linguística histórica. Um deles é a fundação da Escola de Estudos Orientais em Paris (importante centro de investigação), no ano de 1975, onde estudaram os linguistas



alemães Friedrich Schlegel (1772-1829) e Franz Bopp (1791-1867), os quais, mais tarde, desenvolveram a chamada gramática comparativa.

Assim, em 1808, Friedrich Schlegel publicou um texto sobre a língua e sabedoria dos povos hindus que, de acordo com Faraco (2006), é considerado o ponto de partida do comparativismo alemão. No texto, o autor ratifica sobre o parentesco das línguas: sânscrita com a latina, grega, germânica e persa.

Cabe, ainda, salientar que os estudos histórico-comparativos antes da última metade do século XIX, conheceram a obra de August Scheilcher (1821-1868). Sua teoria tomava a língua como um organismo vivo, com existência fora de seus falantes, sendo sua história vista como natural, devido às orientações naturalistas do linguista, devido a sua formação em botânica e influenciado pela teoria evolucionista de Darwin (FARACO, 2006).

Já, no século XIX, as investigações no campo da linguagem eram dominadas por ideias positivistas, que se desenvolviam conforme métodos histórico-comparativos, época na qual se formaliza o estudo sistemático das variações, sobretudo as de natureza geográfica. Surge, então, o interesse pelos dialetos, considerados como fontes de conhecimento do modo como se teriam operado as transformações em fases anteriores das línguas. Daí a Geografia Linguística ser uma consequência do interesse pelos estudos dialetais levados a cabo de início por vários estudiosos europeus. Segundo Coseriu (1982), surge um método dialetológico e comparativo que pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas linguísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais), recolhidas mediante pesquisa direta e unitária numa rede de pontos distribuída em determinado território.

Desse modo, é necessário compreender que:

A linguagem é, inegavelmente, uma herança social, cuja história se estende por séculos. Uma visão completa, um conhecimento detalhado de seu mecanismo, de sua estrutura, de sua semântica e até de sua ortografia só podem ser obtidos através da pesquisa diacrônica. Os métodos, expostos acima em suas linhas essenciais, não deixam dúvida de que a filologia românica se desenvolveu com o método histórico-comparativo, adotado com mais êxito aqui do que no campo para o qual havia sido criado. As possíveis deficiências desse método foram sendo corrigidas depois pela geografia

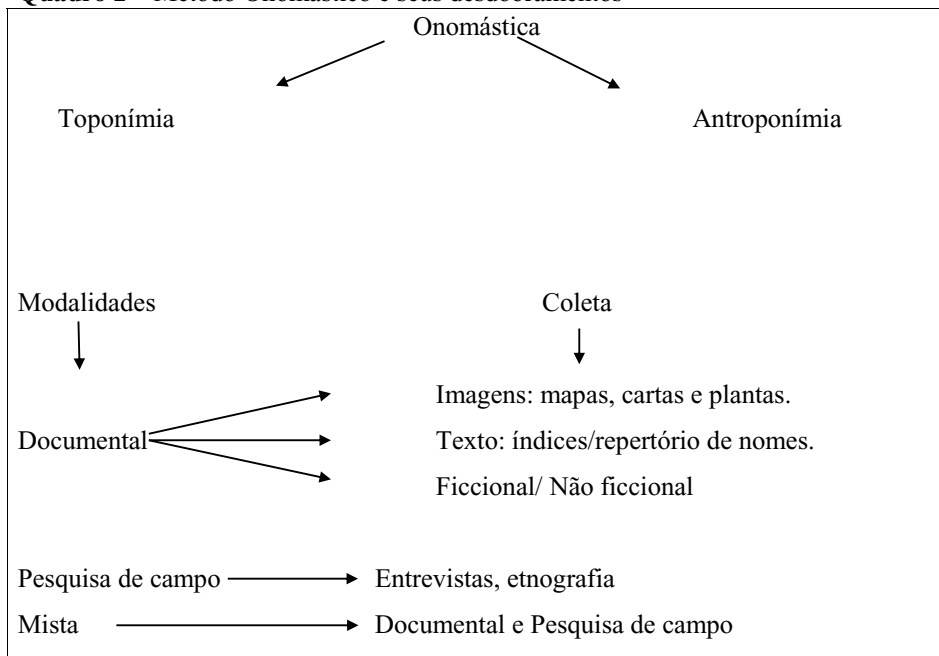
linguística e pelos outros métodos derivados, como a onomasiologia, *Wörter und Sachen*, linguística espacial etc. Enquanto o método histórico-comparativo procura as ligações entre o “terminus a quo” e o “terminus ad quem”, o latim vulgar e as línguas românicas respectivamente, os outros métodos têm como objeto especificamente o “terminus ad quem”, pois investigam sincronicamente aspectos atuais dessas mesmas línguas, cujas explicações, porém, devem ser buscadas diacronicamente (BASSETTO, 2001, p. 85, grifos do autor).

Para Faraco (2006, p. 106), “optar por uns ou por outros é que orientará nossa forma de entender a mudança linguística, nossa seleção de dados, nossas categorias e procedimentos de análise, nosso processo argumentativo”. Ou seja, ao assumirmos uma concepção de base correlata, é o que irá definir o nosso método de trabalho.

## **2.2 O método onomasiológico da toponímia**

Segundo Silva (2010), a onomasiologia é um método que se constitui do estudo das designações e tem como objetivo estudar os diversos nomes atribuídos a um conceito. Em se tratando de investigar toda a cultura popular de um local, pode-se priorizar os aspectos sincrônicos ou históricos. Em relação à toponímia, os aspectos históricos são bastante reveladores do que subjaz à nomeação dos lugares.

Para efeito deste estudo, o esquema, a seguir, demonstra as possibilidades temáticas que esse tipo de pesquisa pode apresentar:

**Quadro 2 – Método Onomástico e seus desdobramentos**

**Fonte:** Adaptado de material da USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2016.

Em continuidade a esse enfoque, a onomasiologia é o resultado das tendências mais significativas da evolução linguística na transição do século XIX para o século XX em que a centralidade das investigações passam do som (fonética) para a palavra (lexicologia). O seu triunfo deu-se a partir do desenvolvimento da Geografia Linguística, pois com o aparecimento de inúmeros termos regionais recolhidos pelos inquiridos linguísticos, surgiu a necessidade de um novo método, o qual auxiliasse os dialetólogos a compreenderem o homem regional em sua amplitude por meio da linguagem.

Após a publicação dos atlas linguísticos, a onomasiologia começa a ser utilizada em vários estudos, já que, pelo seu uso, é possível caracterizar as atividades de uma região e situá-las no tempo. Segundo Couto (2012, p. 186), “a onomasiologia vê a questão da referência, para usar um termo semiótico, partindo da coisa e indo na direção do nome que ela recebe”. Desta forma, “o método onomasiológico permite ver

a cultura do povo cuja língua se estuda, costumes, ocupações, instrumental, crenças e credences, moradia, enfim sua mundividência. Permite sentir a linguagem viva traduzindo a vivência cultural do povo” (BASSETO, 2001, p. 77).

Ressalta-se que,

Com pontos em comum com a Geografia Linguística e “Palavras e Coisas”, o método onomasiológico, também conhecido como onomasiologia, isto é, o estudo das denominações, se propõe investigar os vários nomes atribuídos a um objeto, animal, planta, conceito etc., individualmente ou em grupo, dentro de um ou vários domínios linguísticos. Seus objetivos são, portanto, semânticos e lexicológicos, buscando descobrir os aspectos vivos e as forças criadoras da linguagem (BASSETO, 2001, p. 76).

Porquanto o método onomasiológico não ficou a cargo apenas de um pesquisador, mas de vários, pois seus princípios se desenvolveram aos poucos. Conforme Bassetto (2001), temos como predecessores da onomasiologia moderna: F. Brinkmann (1872), Luigi Morandi (1883), Friedrich Diez (1875), Fr. Pott (1853), Jakob Grimm (1853) e F. Miklosich (1868). Todavia, o princípio da onomasiologia científica deu-se com Carlo Salvioni (1858-1920), quando estudou sobre as denominações italianas do vaga-lume (1892) e com Ernest Topolet (1870-1939), que referendou em seus estudos o parentesco dos nomes românicos, por ele denominados de “lexicologia científica”.

As pesquisas desenvolvidas na área da onomástica constituem-se em uma linha documental ou de campo, seguindo um método pelo qual se selecionam, observam, registram, classificam, analisam e interpretam os dados, de acordo com a identificação dos fatores determinantes à configuração dos *corpora*. Essas análises de dados são baseadas em três categorias: linguística, histórica e geográfica, reveladas pelo método onomasiológico.

De acordo com Ramos e Bastos (2010), as três perspectivas – linguística, histórica e geográfica – são cruciais para revelar as seguintes características: a) a determinação da área geográfica das diferentes línguas que tenham existido ou existentes num determinado território; b) o estudo das terminações características de cada palavra; c) o estudo das formas gramaticais; d) o estudo da fonética histórica; e)

a verificação das formas documentadas, as quais se subdividem em – comparação semântica, a abordagem dos dados geográficos e a abordagem dos dados históricos.

Cabe ainda indicar, em linhas gerais, algumas concepções do método *Wörter und Sachen*, de Hugo Schuchardt (1842-1929) e Rudolf Meringer (1859-1913), o qual, conforme Bassetto (2001), tem pontos em comum que compartilham com o método onomasiológico. Visa ao estudo das questões semânticas das palavras, enfatizando a realidade por elas designadas, pois, para os estudiosos dessa linha de pensamento, a verdadeira etimologia da palavra encontra-se no conhecimento dessa realidade. Procura instruir sobre a necessidade de conhecer, sendo possível, o objeto designado por um termo para que o significado possa ser devidamente explicitado. Quando se conhece a realidade, a natureza, a forma, o uso, as medidas das coisas do mundo, é possível estabelecer a origem e a história das palavras com as quais esses mesmos objetos foram designados.

É mister primar Hugo Schuchardt (1842-1929) e Rudolf Meringer (1859-1913), os quais foram precursores desse método ao considerarem que as coisas existem antes de serem denominadas, ou seja, as coisas preexistem às suas designações, podendo até existir sem serem nomeadas. Em contrapartida, as palavras dependem das “coisas”, estão ligadas a elas. Com essa perspectiva, Schuchardt (mais do que Meringer) remete ao método *Wörter und Sachen* “Palavras e Coisas”, cujo título instituiu o nome do método.

No entanto, convém salientar, já, na gramática grega, estava implícita a ideia de que as coisas precedem as palavras. Em outros termos, quando se conhece em profundidade a “coisa” chega-se ao “étimo” da palavra que a nomeia, alcança-se o significado com que a coisa foi primeiramente designada. Menciona-se que, para Schuchardt (*apud* BASSETTO 2013), *Sachen* (coisa) significava qualquer realidade, i. é, “Sachen” podia se referir tanto a acontecimentos e estados como a objetos, ao real e ao irreal, ao tangível<sup>11</sup> e ao intangível, ou, em outras palavras, tanto a coisas do mundo sensível como do insensível.

---

<sup>11</sup> “Tangível” do latim *tangere*, *tangens* ‘tocar, aquilo que toca’; do mesmo étimo de *attingere* ‘aproximar-se e tocar’

Já, o método *Wörter und Sachen* (Palavras e Coisas), segundo Campbell (2004), relaciona-se às inferências histórico-culturais as quais podem ser reveladas por meio da investigação das palavras, pautadas na sua *analísabilidade*. O referido autor assume que as palavras analisadas em partes transparentes (vários morfemas) podem ser de criação mais recente (na língua) em relação às palavras que não apresentam essa transparência morfêmica.

Essa técnica contribui sobremaneira para traçar uma cronologia aproximativa dos vocabulários. Dias (2016, p.31) acentua que:

Sobretudo, supõe-se que itens culturais denominados por termos analisáveis são também adquiridos mais recentemente pelos falantes e aqueles que são expressos por palavras não analisáveis representam itens mais velhos e instituições. Outra estratégia desse método envolve fazer inferências por meio de informações de itens culturais de quem os nomes sofreram visivelmente mudança de significado.

E para Crowley (2003), o método “Palavras e Coisas” pode ser usado para fazer reconstrução cultural e chegar ao conteúdo de uma protocultura, por exemplo, já que se é possível reconstruir uma palavra designativa de alguma coisa na protolíngua, é factível também supor que a coisa a que ela se refere; provavelmente, foi de importância cultural na vida dos seus falantes, ou foi ambientalmente marcante. Segundo o autor, o método pode também dizer muito sobre a terra natal de uma família linguística; pode-se, ainda, por meio do referido método, fazer suposições sobre as rotas legítimas seguidas pelos povos para se chegar aos lugares onde se encontram atualmente<sup>12</sup>.

Destarte, segundo Bassetto (2013), o método “Palavras e Coisas” deu destaque à semântica ao estabelecer a etimologia e até a biografia das palavras, além de tornar os estudos filológicos mais objetivos. Posto isso, é possível verificar que o método “Palavras e Coisas” pode ser usado nos estudos semânticos, lexicais, onomásticos, toponímicos. Quando se busca relacionar a história do nome com a história do lugar, vincula-se a palavra (o nome) à coisa (o lugar). Nesse sentido, pode-se, de alguma

---

<sup>12</sup> Por exemplo, os caminhos que levaram (trouxeram) os bandeirantes às terras do índio goyá.

maneira, realizar o estudo não apenas pautado no método onomasiológico, mas também considerando as intrincadas relações entre nomes e as coisas do mundo.

Cabe ressaltar,

Assim, como procedimento metodológico seguido nos estudos toponomásticos, buscamos definir o já definido, ou seja, o objeto de estudo da disciplina, o seu campo de trabalho específicos, a natureza linguística da análise em termos de vinculação a uma área do conhecimento. Partindo-se da definição etimológica dos elementos gramaticais de origem grega, enunciados por Dionísio de Trácia, no século II a. C., a Toponímia ficou-se, como propôs Leite de Vasconcelos (1887), no entendimento dos nomes próprios de lugares, distintos dos nomes comuns, delimitados pela teoria da linguagem (DICK, 2006, p. 96).

A toponomástica, então, fundamenta-se nos estudos dos nomes próprios de lugares estabelecendo relações da língua com o ambiente, sendo de extrema necessidade observar os vínculos do nomeador com a coisa nomeada, a motivação que subjaz ao topônimo.

O método da Geografia Linguística com a concepção basilar de que a distribuição geográfica dos aglomerados populacionais reflete-se na diferenciação linguística, trouxe grande contribuição para o estudo dos nomes em geral, visto que pode refletir tendências as quais orientaram o ato de nomeação tanto de pessoas como de lugares.

Sobre o método “Palavras e Coisas”, cabe apenas reiterar que, por enfatizar o aspecto semântico das palavras vinculado à realidade que elas denominam, contribui com o estudo dos nomes, já que parte do princípio de que as palavras se acham ligadas às coisas as quais elas designam. Uma vez conhecendo a natureza das coisas, chega-se na verdadeira etimologia da palavra, contribuição essa que valoriza a cultura e a história das comunidades, vendo no ser humano o sujeito das transformações as quais ocorrem nas línguas e na cultura.

Posto isso, considera-se mais uma vez que a onomasiologia busca investigar como uma noção ou conceito é nomeado na língua, tendo sempre em mente quem dá nome às coisas são os falantes e o fazem em decorrência da cosmovisão de seu grupo. O método onomasiológico permite que a cultura do povo pesquisado seja revelada.

Entretanto, a despeito das contribuições trazidas individualmente para os estudos linguísticos, nenhum desses métodos foi suficiente teoricamente para deslindar os inúmeros aspectos que permeiam o ato de nomeação, o que implica dizer o mais sensato é combinar o que cada método apresenta de mais satisfatório referentemente ao problema o qual se pretende resolver, o que requer também adaptações e revisões constantes de um ou de outro ou ainda da combinação deles.

Considera-se então,

os aspectos pelos quais entendemos a disciplina, como conhecimento científico, saber construído, como objeto, campo de trabalho e pesquisa demarcados, apesar disto, mantém-se em intersecção a outros campos, sem perder sua identidade. A metodologia que emprega em seus levantamentos é de origem indutivo-dedutiva, de acordo com os procedimentos onomasiológico-semasiológicos característicos da pesquisa do léxico (DICK, 2006, p. 98).

E, no que tange à metodologia, aos procedimentos de pesquisa propriamente ditos, segundo Dick (1996), os quais podem ser aplicados nos estudos toponímicos, devem se estabelecer da seguinte forma: a) seleção de fontes primárias (cartas geográficas editadas por órgãos oficiais estaduais e municipais em escalas de 1:50.000 ou 1:100.000 ou listas toponímicas oficiais) e complementação a partir de fontes secundárias (trabalhos historiográficos da própria comunidade acerca do local onde vivem); b) registro dos dados em fichas lexicográficas padronizadas, com a identificação dos nomes, do pesquisador e do revisor, fontes e data de coleta; c) análise de dados, que inclui a quantificação dos nomes e das taxonomias, analisando a maior ou menor frequência de classes ou itens lexicais; e do estudo dos nomes a partir de um enfoque puramente linguístico (etimológico e estrutural), linguístico-histórico e variacionista.

Dessa forma, a metodologia para este trabalho baseia-se em Dick (1996, 2006) e, por conseguinte, estabelece relações com as demais pesquisas na área da toponomástica. De acordo com a autora: “Trata-se de modelo semântico-motivador das ocorrências toponomásticas, que conformam a realidade designativa da nomenclatura geográfica oficial do país” (Dick, 2006, p. 104). As taxionomias são de grande



importância para a análise linguística do topônimo, e, hoje, dividem-se em vinte sete taxas, pela importância na “análise linguística ou casual dos motivos determinantes das designações, integram as fichas lexicográficas-toponímicas em um campo funcional específico” (Dick, 2006, p. 106). E, a partir dessas fichas, busca-se a identificação do topônimo e computar as categorizações motivadoras do designativo.

A metodologia de pesquisa, aqui, proposta caracteriza-se por ser de natureza documental (documentos analógicos e/ou digitais, como as cartas topográficas e levantamento histórico geográfico por meio do Instituto Mauro Borges, IBGE e de mapas do município de Pires do Rio-GO) e de abordagem qualitativa para o levantamento dos dados, uma vez que a constituição (sub-região, limites e fronteiras) dos “lugares” está registrada em documentos públicos e no levantamento histórico-geográfico. Os procedimentos consistem na sistematização de leituras documentais e de investigação de campo, o que os vincula à indução e seguem os métodos etnolinguísticos.

O percurso apresentado por Dick (1990), isto é, pautado na indução, desenvolveu-se por meio do plano onomasiológico de investigação em que, a partir de um conceito genérico, identificam-se as variáveis possíveis das fontes consultadas. Nos registros municipais, constam os nomes atuais e os nomes anteriores (quando houve mudanças) dos lugares de toda região municipal. Estes e os mapas constituem as fontes primárias desta pesquisa, pois,

O percurso do fazer onomasiológico e o percurso da produção de significação se inserem em direções diferentes: o fazer interpretativo perfaz um processo semasiológico, por outro lado, o fazer onomasiológico é uma unidade conceitual, enquanto a definição é o percurso do fazer lexicográfico. Entretanto, ao conceituar é necessário construir um modelo mental que, em primeira instância, corresponda a um recorte cultural para a escolha da estrutura lexical que melhor pode manifestar a percepção biológica do fato que se completa ao analisar e descrever o semema linguístico para reconstruir esse modelo mental, a partir de uma estrutura linguística manifestada. Ressalta-se o caráter pluridisciplinar do signo toponímico já que, por meio dele, pode-se conhecer a história dos grupos humanos que viveram (e vivem) nos limites geográficos de Goiás, as especificidades da cultura e do ambiente do povo, o denominador, as relações estabelecidas entre os aglomerados humanos e o ecossistema, as características físico geográficas da região (geomorfologia), estratos linguísticos de origem diferente do uso hodierno da

língua ou mesmo de línguas já desaparecidas para se conhecer as motivações subjacentes aos respectivos topônimos (SIQUEIRA, 2015, mimeografado).

Para este estudo, utilizaram-se, inicialmente, as Folhas Topográficas editadas pela DSG (Diretoria do Serviço Geográfico do Exército), na escala de 1:100 000. Folhas: Pires do Rio SE-22-X-D-III; Ipameri SE-22-X-D-VI e Cristianópolis SE-22-X-D-II de 1973, para identificação dos cursos d'água do município, juntamente com o mapa da rede hidrográfica do município de Pires do Rio-GO, pois são “instrumentos metodológicos hábeis para o estudo onomástico a documentação cartográfica referida e a arquivologia, que se posicionam como fontes idôneas para o estabelecimento das etapas relativas à desconstrução e à recriação dos próprios dados” (DICK, 1999, p. 11).

O uso de mapas torna o trabalho relevante, já que são elementos de comunicação visual, os quais pertencem à linguagem. Eles contemplam, ainda, a área tecnológica, pois a sua construção se dá por meio da utilização de equipamentos, programas e sites, os quais também são utilizados por nós para cartografar mapas, juntamente com as taxas dos topônimos dos cursos d'água da cidade de Pires do Rio-GO, assim,

Tomar o mapa como corpus permite tomar, também, a questão da relação dos nomes no seu conjunto e sua distribuição no espaço urbano. Pode-se então refletir como algo próprio do corpus em análise sobre a questão da nomeação dos espaços da cidade, bem como o modo de distribuição dos nomes pelos espaços historicamente constituídos (GUIMARÃES, 2005, p. 43).

Tradicionalmente entendidos como uma representação simbólica dos contornos de uma paisagem física ou urbana, os mapas caracterizam-se por permitirem dois planos de interpretação: o “verbal”, expresso nos nomes dos elementos e o “não-verbal”, caracterizado por símbolos convencionais distintos, segundo a natureza do elemento mapeado (cursos d'água, caminhos, serras, rodovias, estradas vicinais, ferrovias, vilas, povoados, cidades).

A propósito,

Se o método empregado na Toponímia, como dissemos é aquele da investigação do pormenor tópico-nominal, apreendido no registro das cartas geográficas (base documental) ou, como variação, no exame do terreno ou do

objeto, pelo próprio pesquisador, o material resultante, na maioria das vezes, é de origem descontínua e fragmentária. A sequência lógica dos termos areais deve ser buscada, o que exige cuidados de interpretação e reflexão, para que todo esse organismo construído coletiva ou individualmente, em momentos históricos distintos, venha a se construir em material de análise válido do ponto de vista linguístico (DICK, 2006, p. 99-100).

Dessa forma, dos 46 (quarenta e seis) topônimos dos cursos d'água do município de Pires do Rio-GO (córregos, ribeirões, rios e quedas d'água), por nós elencados na pesquisa, apenas 15 topônimos – por razões específicas, que serão relatadas no quarto capítulo – serão catalogados em fichas, conforme modelo desenvolvido por Dick (2004). Posteriormente, realizaremos as análises morfológicas e a classificação semântico-motivacional e toponímica propriamente dita.

O preenchimento das fichas lexicográficas – que identificam o elemento designado, as entradas lexicais, o pesquisador, o revisor e as fontes da coleta – é a etapa inicial de um conjunto de fases posteriores as quais integram o projeto.

Quanto as etapas da pesquisa, foram divididas da seguinte forma: a) levantamento dos dados para construir o *corpus* e a aquisição das cartas Topográficas do município de Pires do Rio-GO; b) levantamento dos topônimos dos cursos d'água registrados nas folhas topográficas; c) análise e reconhecimento dos aspectos ambientais, culturais dos designativos nos diferentes topônimos observados e, posteriormente, cartografados; d) investigação dos prováveis fatores motivacionais inerentes aos sintagmas toponímicos; e) classificação das taxionomias a partir do recorte epistemológico dos dados coletados; f) distribuição quantitativa dos topônimos de acordo com a natureza toponímica (física ou antropocultural); g) estudo linguístico dos sintagmas toponímicos – origem/etimologia, estruturas semântica e morfológica.

Por meio da categorização dos topônimos, estabelecidos pelo ideal metodológico histórico-crítico, que foi o norte de nossa pesquisa, de certa forma, revela-se que o topônimo foi determinado pela população anterior ou pela presença de imigrados no local, o que nos faz perceber quanto as palavras não apenas comunicam o que se quer dizer, mas acusam a História daquilo que foi dito, por necessidades dinâmicas das pessoas, repassadas pela tradição cultural.

O próximo capítulo apresentará em linhas gerais, um pouco da história desse lugar que abriga 46 cursos d'água e inclusive teve seu primeiro nome devido à exuberância do reflexo da lua cheia nas águas caudalosas do rio Corumbá. A “Teteia do Corumbá” de antes deu lugar ao município nascido dos caminhos abertos pelos trilhos da Estrada de Ferro Goyaz lá pelos idos de 1922.

### III A CAPITAL DA ESTRADA DE FERRO: PIRES DO RIO

*A cidade é por si mesma depositária de história.  
(ROSSI, 1998).*

Este capítulo traz uma apresentação dos dados históricos referentes à fundação e ao posterior desenvolvimento social e urbano do município de Pires do Rio-GO, criado em decorrência da expansão da Estrada de Ferro Goyaz pelo cerrado goiano. As informações aqui revisitadas integram obras de estudiosos, como: Siqueira (2006), Ferreira (1999), Borges (1990), Soares (1988) que se detiveram, por alguma razão, no esclarecimento de controvérsia acerca, principalmente, do verdadeiro fundador do município e de fatos antecedentes a inauguração da estação férrea no ano de 1922.

#### 3.1 Os trilhos avançam depois da ponte

No início do século XX, a Estrada de Ferro Goyaz avançou sobre o território de Goiás e, com isso, começaram a surgir vilas, arraiais e distritos, e, com o progresso e passar dos anos, elevar-se-iam a cidades. A então chegada dos trilhos da Estrada de Ferro, no interior do estado, mais precisamente na região Sudeste Goiana, fez com que, no ano de 1922, surgisse a Estação Pires do Rio, a qual se ascenderia tão logo a cidade.

A estrada de ferro traria progresso às cidades e ao estado. No entanto, de acordo com Borges (1990), alguns coronéis, adversos a qualquer tipo de mudança de caráter progressista, não aceitavam a instalação da estrada de ferro, pois ela representaria uma força nova de transformação que poderia ameaçar o poder constituído dos coronéis. Mas, na formação de Pires do Rio-GO, a chegada da Estrada de Ferro Goyaz foi aceita pelo coronel Lino Teixeira de Sampaio, e inclusive, foi doado o terreno para a construção de uma estação férrea.

Vale ressaltar que

a implantação da Estrada de Ferro de Goiás resultou primeiro do empenho político de uma fração da classe dominante ligada a novos grupos

oligárquicos que despontavam como força política no Estado, a qual contou com apoio do capital financeiro internacional. Em segundo lugar, como a ferrovia servia inteiramente aos interesses da economia capitalista, ou seja, à nova ordem econômica com expansão no País, este fator, direta ou indiretamente, pressionaria o Governo Federal a apoiar a construção da linha (BORGES, 1990, p. 55-56).

Desse modo, o avanço da estrada de ferro na região Sudeste do estado de Goiás foi fundamental para o surgimento da cidade de Pires do Rio-GO. Ambas as histórias se entrecruzam e revelam acontecimentos os quais corroboraram com a construção de uma cidade promissora. Para (re)escrever esta história é fundante mostrar a ficha lexicográfica-toponímica, já que o objeto desta pesquisa são os topônimos dos cursos d'água pertencentes a cidade de Pires do Rio-GO.

#### Ficha lexicográfica-toponímica

<b>Nº de ordem:</b> 01	
<b>Topônimo:</b> Pires do Rio	<b>Localização:</b> Pires do Rio
<b>Taxionomia:</b> Antropotopônimo	<b>Natureza:</b> Antropocultural
<b>Origem/Etimologia:</b> Antropônimo	
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome Composto (Pires + do Rio – sobrenome)	
<b>Informações enciclopédicas:</b> Cidade, sede do distrito, do município, do termo e comarca de igual nome. Na região oriental do município, entre o ribeirão Sampaio e o Monteiro, afluentes do rio Corumbá, com estação da Estrada de Ferro Goiás.	
<b>Fonte:</b> Siqueira (2012), IBGE (1957).	
<b>Data da coleta:</b> Ago./2015 a Jul./2016.	
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva	
<b>Revisor:</b> Prof. <sup>a</sup> Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Como já observando no capítulo I, os estudos toponímicos revelam fatores sócio-histórico-culturais de uma dada comunidade e Pires do Rio-GO nos demonstra isso, de forma peculiar, como podemos observar na ficha acima a caracterização do topônimo em que a taxionomia é de natureza antropocultural, antropotopônimo relativo a nomes

próprios e de família (sobrenome do ministro da Viação e Obras Públicas, Dr. José Pires do Rio). A base etimológica é antropônimo, a estrutura morfológica é de nome composto e as informações enciclopédias vêm ratificar informações já expressas na ficha. Essas informações nos são precisas e no decorrer (re)editaremos partes relevantes da história desta cidade.

Observar o surgimento do município de Pires do Rio é reviver a construção da linha férrea na região Sudeste e, para tal ato, buscamos, em algumas literaturas, reconstruir em partes a história da cidade de Pires do Rio-GO que, carinhosamente, foi apelidada de “Teteia do Corumbá” devido ao reluzir sobre as águas caudalosas do rio Corumbá a exuberância da lua cheia.

Na história de fundação da cidade, há controvérsias, pois alguns dizem ter sido o Coronel Lino Teixeira de Sampaio o fundador, mas Wilson Cavalcanti Nogueira, filho do Sr. Manoel Cavalcanti Nogueira, o primeiro Intendente da cidade, em seus estudos revela que o fundador de Pires do Rio foi o Sr. Balduino Ernesto de Almeida, diretor da Estrada de Ferro Goyaz.

Podemos inserir, ainda, os estudos de Jacy Siqueira (2006), piresino, historiador, cujo livro *Um contrato singular e outros ensaios de história de Goiás* descreve a origem da cidade de Pires do Rio; com base em documentos oficiais o autor citado presume a veracidade dos fatos, os quais contribuem para exposição histórica deste capítulo, já que “o tempo é agente terrível: a tudo colhe, separa, peneira, depura e evidencia – verdade ou mentira – com a força e a violência decorrentes do pesado braço da História, de quem é o servidor fiel e mestre implacável” (SIQUEIRA, 2006, p. 65).

Em relação aos fatos que marcam o início da fundação e consolidação da cidade de Pires do Rio, os historiadores remetem a inúmeras controvérsias sobre a fundação e os reais fundadores e também sobre a existência de um povoado que competia com o Roncador, em 1921; mais tarde, nos arquivos seria o Bairro do Fogo, hoje Santa Cecília. O local, Rua do Fogo, é toda a parte situada do outro lado da linha férrea.

Rua do Fogo, na descrição de Nogueira, se formou pela atração de pessoas de diversas regiões com o intuito de negociar e prestar serviços diversificados aos operários da Estrada: eram lavadeiras, curandeiro, sapateiro, padeiro,

professor primário, fotógrafo, meretrizes e aventureiros. Configurando um povoamento típico do pioneirismo, cada dia mais pessoas chegavam, predominantemente aventureiros, muitos deles até mesmo com passado criminal. As casas, sendo erguidas rápidas e improvisadamente, perfilaram-se em ambos lados, ao longo de uma rua irregular que era cenário de constantes desordens e violências, ganhando por isso, o nome de Rua do Fogo. A constante chegada de pessoas levou o povoado a competir em dimensão com a vizinha Roncador, já em 1921 (FERREIRA, 1999, p. 100).

Por conseguinte, o Porto do Roncador, em 24 de agosto de 1921, recebe a visita do Ministro da Viação e Obras Públicas, Engenheiro Sr. José Pires do Rio que, na qualidade anterior de Inspetor Geral das Estradas de Ferro, havia se posicionado contrário ao prolongamento da ferrovia no Estado de Goiás. Na ocasião, ficou resolvido que a ponte sobre o rio Corumbá deveria se chamar Ponte Pires do Rio e a primeira estação a seguir, Estação Presidente Epitácio Pessoa, mas ocorreu o contrário. Essa informação foi publicada, inclusive, nos meios de comunicação da época:

*A Informação Goyana*, revista fundada por Henrique Silva, que se edita no Rio de Janeiro, na sua edição de agosto de 1921 (Ano V, Vol. V, n° 1, p. 1) traz a reportagem “O Ministro de Viação Visita o Estado de Goiás”. Destaca-se dela:

Tem-se resolvido que a primeira estação da Estrada de Ferro Goyaz, além Roncador, se denomine – Estação Presidente Epitácio.

A ponte do Corumbá, segundo solicitação dos que tomaram parte na recepção do Sr. ministro da Viação será denominada – Ponte Pires do Rio (SIQUEIRA, 2006, p. 44, grifos do autor).

Decorrente do exposto, as obras estavam a todo vapor e, enquanto aguardavam a conclusão da ponte sobre o rio Corumbá, os serviços de movimentação de terra eram feitos além da outra margem do rio, tendo já avançado até Tavares, quilômetro 303 da ferrovia, distante 84 quilômetros de Roncador. O local da estação de Pires do Rio situava-se no quilômetro 218, pouco distante do rio, na Comarca de Santa Cruz, em terras da Fazenda do Brejo ou do Sampaio, de propriedade do fazendeiro local, coronel Lino Teixeira de Sampaio.

No dia 13 de julho de 1922, no momento de inauguração da ponte metálica construída sobre o rio Corumbá, fez-se a inversão do que o Senhor Ministro havia solicitado, pois ela recebeu o nome do presidente da república (Epitácio Pessoa), troca



esta feita pelo diretor da Estrada de Ferro Goyaz, o engenheiro Balduino Ernesto de Almeida.

A execução da ponte Eptácio Pessoa significou a integração das demais regiões goianas no desenvolvimento econômico, uma vez que o rio Corumbá representava uma onerosa barreira econômica para a produção dessas regiões. Pires do Rio, primeira estação na outra margem do Corumbá, prometia ser um entreposto regional devido à sua possível ligação por terra com antigos e promissores municípios isolados pelo rio e que não foram contemplados com a ferrovia: Santa Cruz de Goiás, Bela Vista, Piracanjuba, Caldas Novas e Morrinhos. O que veio concretizar essa possibilidade foi a disposição do coronel Lino Teixeira de Sampaio em doar terras à Estrada de Ferro Goyaz para, juntamente com a estação, fundar no local uma cidade. Nesse aspecto, seu empenho foi ágil e eficiente: dois planos urbanos que vieram garantir para os pioneiros a certeza da existência de uma cidade no local (FERREIRA, 1999).

Nas bases da história da rede férrea, segundo Ferreira (1999), quando da inauguração da estação Pires do Rio, foi também decretada a fundação da cidade, registrada em obelisco erguido no largo de frente à estação, hoje a praça do mercado municipal, considerando-se como fundador o engenheiro da ferrovia, Sr. Balduino Ernesto de Almeida, e designando a cidade pelo nome (uma homenagem) do então Ministro da Viação e Obras Públicas, engenheiro José Pires do Rio.

Houve também a intenção por parte do Sr. Balduino Ernesto de Almeida em deixar a estação de Pires do Rio como ponta de linha para que se desenvolvesse rapidamente. Finda a rápida inauguração da estação, seguiu também o engenheiro no “trem Inaugural” rumo a Tapiocanga – a próxima estação depois de Pires do Rio –, para inaugurar sua estação, improvisada em um simples vagão, pois era um local onde não havia nenhuma edificação, passando, mesmo assim, a ser a ponta de linha.

No dia 9 de novembro de 1922, é inaugurado o obelisco, a cerca de 50 metros da estação ferroviária, já edificada, considerada a pedra fundamental da cidade de Pires do Rio. Encontra-se grafado no monumento em alto-relevo que o Engenheiro Balduino Ernesto de Almeida, na época diretor da Estrada de Ferro de Goyaz, era o fundador da

cidade de Pires do Rio, uma “frase” que tem gerado algumas controvérsias a respeito do verdadeiro fundador da cidade (SIQUEIRA, 2006).

Enquanto alguns escritores piresinos e familiares alimentam a disputa ideológica no nível da influência política do coronel Lino Teixeira de Sampaio, corroborada pela doação de um terreno para a construção da cidade, outros têm se debruçado sobre as críticas advindas do meio acadêmico local uma vez que o aniversário da cidade não coincide com a data da escritura de doação das terras, 05 de julho de 1922, mas com a data oficial inscrita na pedra fundacional feita pelo Diretor da Estrada de Ferro, Sr. Balduino Ernesto de Almeida, 09 de novembro de 1922.

Siqueira (2006) é um dos estudiosos que argumentam a favor da tese de que o fundador da cidade é o coronel Lino Teixeira de Sampaio. Dessa forma, para corroborar o ato de doação da gleba de terra, Siqueira (2006) recorreu aos livros de registros do Cartório de Imóveis da Comarca de Santa Cruz de Goiás, onde se encontra a escritura pública lavrada no dia 5 de julho de 1922, pois na época as terras pertenciam a este referido município, a qual nos informa que

...por eles [Lino e Rozalina] foi dito que de suas livres e espontâneas vontades e sem coação alguma, doam à Estrada de Ferro de Goyaz, com (4) alqueires de terreno divididos e demarcados nesta fazenda do “Brejo” conforme consta na planta confeccionada pela dita Estrada de Ferro, e bem assim a água necessária ao abastecimento da Estação já edificada dentro destes quatros alqueires. Declaram mais os doadores, que fazem a doação dos referidos terrenos à Estrada de Ferro de Goyaz sem que a mesma Estrada tenha obrigação de espécie alguma; cabendo-lhe apenas: Dividir o terreno doado em pequenos lotes para que seja dado início à edificação de uma pequena Cidade, excluindo o referido a faixa necessária à Estação; arrendar os lotes e aplicar as rendas em melhoramentos da futura Cidade e, edificação de um Grupo Escolar; não admitir seja construído prédio algum sem que seja previamente aprovada pela diretoria da Estrada a respectiva planta... (SIQUEIRA, 2006, p. 29).

Entretanto, os fatos históricos remetem à data de 09 de novembro como sendo de fundação da cidade, já que essa data se justifica pela inauguração (documentada) da estação ferroviária Pires do Rio, embora, para Siqueira (2006), a data de fundação da cidade seja o dia 05 de julho de 1922, data que coincide com a da escritura pública de doação das terras à Estrada de Ferro Goyaz.

Siqueira (2006) ainda acrescenta as suas considerações acerca do fato de que o coronel Lino Teixeira de Sampaio, além de doar os quatro alqueires de terra, ação que outros fazendeiros das estações seguintes não tiveram, apresentou um projeto urbano (planta) da cidade a ser erguida nas proximidades da estação; projeto esse de autoria de um engenheiro da Estrada, Álvaro Pacca, apresentado e aprovado pela direção da Estrada de Ferro Goyaz em 1º de janeiro de 1922.

Também, de acordo com Ferreira (1999), acredita-se que, no local definitivo da estação, por volta do ano de 1923, apresentou-se outro projeto para a construção da cidade; dessa vez, solicitado ao topógrafo da Estrada de Ferro, Moacir de Camargo. A cidade de Pires do Rio ficaria sendo, então, a primeira cidade do Centro-Oeste a nascer com planejamento prévio, antes de Goiânia ou Brasília.

No momento em que a cidade começa a surgir, de acordo com Nogueira (s/d), fez com que a população do Roncador migrasse toda para lá, carregando tudo aquilo que lhes pertencia, inclusive o material de construção das casas demolidas, construindo novas moradias no local escolhido para tal fim. Esse fato de mudar de um arraial para outro, segundo Ferreira (1999), veio a constituir o fenômeno por ele denominado de fagocitose, pois, para a formação da cidade Pires do Rio, o arraial do Roncador extinguiu-se para vigorar a nascente cidade, como se observa nos dizeres abaixo:

Pires do Rio crescia em terras de Santa Cruz, município de projeção econômica e política no Estado, que dominou todo o sudeste e parte do sul de Goiás. O arraial de origem, fundado em 1729, teve seu valor econômico firmado na extração aurífera, passando à Julgado de Santa Cruz em 1809, com seu território de influência sobre uma extensa área. Emancipou-se à Vila em 1833, quando Goiás foi dividido em quatro Comarcas, sendo Santa Cruz uma delas. Terminado o ciclo do ouro, sua economia voltou-se, durante o século XIX, para a pecuária extensiva, a agricultura e primitivo processamento da produção agrícola, sobrepondo-se às outras cidades de economia aurífera em estagnação. A emancipação de seus distritos, ao longo do século XIX, foi-lhe tirando a extensão de seu poder territorial e de jurisdição, mas não seu poder econômico e político no Estado. Essa situação veio a se alterar com a chegada da Estrada de Ferro Goiás (FERREIRA, 1999, p. 136).

As construções já haviam se iniciado e começaram a chegar os novos moradores oriundos de várias partes do país e do mundo que solidificariam a comunidade piresina.

Os baianos e árabes foram os primeiros imigrantes a chegarem e fixarem-se, acreditando na futura cidade. Os oriundos da Bahia e outros nordestinos foram atraídos pela frente de trabalho criada pela construção da ferrovia. Os italianos e espanhóis também se fizeram presentes na comunidade local. No entanto, a maioria dos imigrantes foram mesmo paulistas e mineiros. Os estrangeiros, tais como italianos, espanhóis e, principalmente, árabes foram partes integrantes da elite dominante (FERREIRA, 1999).

Pires do Rio elevou-se a distrito do Município de Santa Cruz em 23 de agosto de 1924, pela Lei nº 66. E, em 7 de julho de 1930, pela Lei nº 903, foi criado o município de Pires do Rio. E, tão logo, pelo Decreto de nº 522, de 8 de janeiro de 1931, publicado no Correio Official nº 1.819, página 3, de 19 de abril do mesmo ano (SIQUEIRA, 2006), oficializou a transferência da Comarca de Santa Cruz para a cidade de Pires do Rio.

Na década de 30, estabelecia-se o comércio na cidade de Pires do Rio; não tinha um centro comercial propriamente dito, mas algumas casas de comércio espalhadas pela cidade (FERREIRA, 1999). A instalação da energia elétrica, em 1934, deu um impulso à agroindústria local, iniciada com a charqueada em 1924 e, logo após, por uma máquina beneficiadora de arroz, serraria, fábrica de manteiga, padarias, curtume e outros pequenos centros de produção; com isso, a necessidade de mão-de-obra impulsionava o crescimento da população, já que muitos eram empregados pela via férrea; dessa forma, a vinda de imigrantes a nova cidade era imprescindível. Com o crescimento da cidade e da sua população, foram necessárias benfeitorias, que foram ocorrendo no decorrer dos anos.

De acordo com Siqueira (2006), Pires do Rio desenvolveu-se de forma diferenciada das centenárias cidades de Goiás, porquanto a maioria se formou por tradicionais, enraizados e familiocratas grupos políticos, ou simplesmente “oligarquias”, o que permitiu uma abertura e receptividade ao novo e ao desconhecido, como parâmetro coerente para a construção de uma comunidade nascente. No período de 1921 a 1940, correspondentemente à cidade em sua afirmação política e urbana, foi

composta por imigrantes, que se estabeleciam na prestação de serviço, agroindústria e comércio; tudo isso, oriundo da formação da cidade pela Estrada de Ferro Goyaz.

Um fato ainda não informado é que, no ano de 1933, o município era constituído de dois distritos, Pires do Rio e Cristianópolis. Já, no decreto-lei nº 5200, de 08 de dezembro de 1934, Pires do Rio é “rebaixado” à categoria de distrito do município de Santa Cruz, haja vista que em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, Pires do Rio figura como distrito de Santa Cruz (IBGE, 2016).

Em 03 de março de 1938, pelo Decreto-lei nº 557, Pires do Rio retorna à categoria de município e Santa Cruz a de distrito. No período de 1939-1943, o município aparece constituído de três distritos: Pires do Rio, Santa Cruz e Cristianópolis. O distrito de Santa Cruz, pelo Decreto-lei nº 8305, de 31 de dezembro de 1943, passou a denominar-se Corumbalina. Mas, pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 20 de julho de 1947, Artigo 61, desmembrou-se do município de Pires do Rio e foi elevado à categoria de município com a denominação de Santa Cruz de Goiás (IBGE, 2016).

Em divisão territorial datada de 1 de julho de 1950, o município é constituído de dois distritos: Pires do Rio e Cristianópolis. Depois, pela lei municipal nº 221, de 15 de julho 1953, é criado o distrito de Palmelo e anexado ao município de Pires do Rio. A lei estadual nº 739, de 23 de junho de 1953, desmembra do município de Pires do Rio o distrito de Cristianópolis, elevado então à categoria de município. Rapidamente, o distrito de Palmelo, pela lei estadual nº 908, de 13 de novembro de 1953, é desmembrado do município de Pires do Rio e elevado à categoria de município (IBGE, 2016)

No tocante à ferrovia, foi um marco na história de Pires do Rio uma vez que o transporte ferroviário era utilizado para escoar a produção. Além disso, a instalação do Frigorífico Brasil Central estimulou a produção da pecuária de corte. Nas décadas de 1950 e 1960, destacou-se por exportar o charque e pela produção de cerveja. Já, com a construção de Brasília, em 1960 e a implantação das rodovias, favoreceu-se a sua interligação aos outros municípios goianos.

Assim, o fluxo de cargas e pessoas pela via ferroviária entre os anos de 1940 a 1950 apresentava regularidade, mas devido à construção de Brasília em 1960, de 1965 a 1970 apresentou uma queda gradativa, por deficiência técnica das linhas, falta de manutenção delas e dos equipamentos, lentidão do transporte, o que provocou em 1970 a desativação do transporte de passageiros. A Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) foi privatizada em 1996 e a Ferrovia Centro Atlântica (FCA) adquiriu 7.080 km de extensão, operando 685 km em Goiás, tendo adotado uma nova política, investindo dois milhões de reais na ferrovia, desativando várias estações (NOVAIS, 2014). Na Estação Pires do Rio, ficou funcionando apenas o escritório da FCA e o Museu Ferroviário e na Estação Roncador, uma oficina de manutenção de vagões.

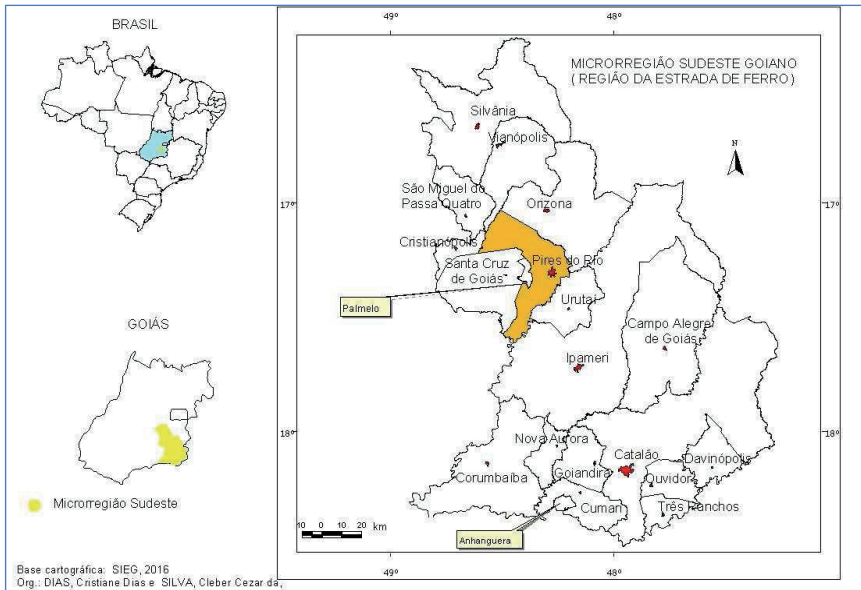
Segundo Novais (2014), a ferrovia, enquanto elemento modernizador do Sudeste Goiano e instrumento capaz de aumentar as aglomerações urbanas e dinamizar o progresso da região, de acordo com os novos interesses dominantes, sempre esteve sob o controle do poder econômico estatal ou de grupos. Sua expansão justificou-se em detrimento dos interesses capitalistas e imperialistas. Portanto, a estrada de ferro é um produto da indústria capitalista da Primeira Revolução Industrial, colocada a serviço do capital e resultante das transformações ocorridas no processo de expansão do capitalismo no Brasil e no mundo (BORGES, 1990). O Estado de Goiás, ao inserir-se na dinâmica capitalista e implantar a via férrea em seu território, conseguiu integrar-se ao mercado brasileiro, além de mitigar anos de atraso e isolamento econômico.

### **3.2 Pires do Rio geográfico**

O município de Pires do Rio localiza-se na Microrregião do Sudeste Goiano, inserida na Mesorregião Sul Goiano. A Microrregião é reconhecida como a região da Estrada de Ferro. Limita-se com os municípios goianos de Orizona, Vianópolis, Urutá, Caldas Novas, São Miguel do Passa Quatro, Santa Cruz de Goiás, Palmelo, Cristianópolis e Ipameri. A área da unidade territorial (km<sup>2</sup>) é de 1.073,361, com uma

altitude média de 758,86. O município encontra-se entre as seguintes coordenadas geográficas:

**Mapa 1 – Pires do Rio (GO):** Microrregião de Pires do Rio (GO).



A cidade de Pires do Rio é constituída por riquezas naturais do bioma Cerrado, o qual apresenta uma heterogeneidade na sua fisionomia, pois engloba desde formações florestais como as Matas Ciliares (vegetação que fica nas margens dos rios) e Cerradão, além do Cerrado restrito (é o Cerrado típico formado por vegetações arbóreas de casca grossa e troncos retorcidos), com formações vegetais ou herbáceas (campo sujo e limpo).

Uma das características marcantes do Cerrado é sua riqueza em recursos hídricos e Pires do Rio não foge à regra. Servindo de fronteiras naturais para o município, tem-se o rio do Peixe na parte norte. A parte sul do município desagua no rio Corumbá, que também é utilizado como fronteira natural e é o maior curso d'água do município. Além destes, tem o rio Piracanjuba, que, devido à sua estrutura rochosa e seu volume de água,

foi palco da construção de uma usina hidrelétrica, em meados do século XX, que abastecia a cidade, embora, hoje, encontre-se em ruínas.

Além dos três rios, o município possui, ao longo de todo seu o território, várias nascentes, córregos, ribeirões, quedas d'água, os quais são todos afluentes do rio Corumbá. Vale ressaltar que a maioria dos cursos d'água são perenes, ou seja, tem água o ano todo, por isso muitos deles têm o nome da região em que se encontra, pois são objetos marcantes na paisagem.

Segundo o IBGE (1957), a população piresina, no Recenseamento de 1950, era de 12.946 habitantes (inclusive a população dos atuais municípios de Cristianópolis e Palmelo – na época distritos de Pires do Rio), apresentando quadro urbano e suburbano com uma população de 4.836 habitantes, sendo 2.282 homens e 2.554 mulheres. A densidade demográfica era de 12 habitantes por quilômetro quadrado, verificando-se que 53% da população localizava-se no quadro rural.

Na década de 50, o município de Pires do Rio tinha um núcleo populacional que era o povoado de Maratá, além da sede (como já mencionado, no ano de 1953, os distritos de Cristianópolis e Palmelo são elevados a município). Mas, com o passar dos anos, ele deixa de existir, ficando apenas a Igreja de São Sebastião. As atividades econômicas do município eram, predominantemente, a produção agrícola e pecuária. O município apresentava-se como um local de atração recreativa pela sua beleza paisagística, a qual pode ser observada na cachoeira do Salto, no rio Piracanjuba, já mencionado, onde foi construída a usina hidrelétrica que forneceu energia à cidade até meados do século XX.

A população, já em 2010, era de 28.762 habitantes, sendo 14.105 homens e 14.657 mulheres. Predominantemente urbana, com 27.094 pessoas, e apenas 1.668 no meio rural. Pires do Rio apresenta uma área de 1.073,361 km<sup>2</sup> e uma densidade demográfica de 26,80 hab./km<sup>2</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município é de 0,744. A População Economicamente Ativa (PEA) é de 8.717 homens e 6.128 mulheres (IBGE, 2016).



De acordo com os dados populacionais, desde o Recenseamento da década de 50 (dados já mostrados anteriormente), a cidade teve um crescimento considerável, como pode ser observado nos quadros abaixo.

**Quadro 3** – População da cidade de Pires do Rio(GO), segundo recenseamento.

<b>População Censitária</b>				
	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Total de habitantes</b>	19.258	22.131	26.229	28.762
<b>Urbano</b>	16.670	20.537	24.473	27.094
<b>Zona Rural</b>	2.588	1.594	1.756	1.668
<b>Masculino</b>	9.498	10.904	12.948	14.105
<b>Feminino</b>	9.760	11.227	13.281	14.657
<b>Urbano Masculino</b>	8.098	10.027	11.966	13.208
<b>Urbano Feminino</b>	8.572	10.510	12.507	13.886
<b>Zona Rural Masculino</b>	1.400	877	982	897
<b>Zona Rural Feminino</b>	1.188	717	774	771

Fonte: IBM – Instituto Mauro Borges/ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016)

Nos dados apresentados pelo IBGE (população estimada) entre os anos 2001 e 2004, ocorreu uma queda no crescimento populacional, em relação ao ano de 1999, que foi de 28.631 e nos demais anos segue: 2001, 26.600; 2002, 27.091; 2003, 27.491; 2004, 28.332. A respeito dessa queda, não conseguimos informações. Em duas datas específicas, houve uma contagem da população, seguem os dados abaixo:

**Quadro 4** – População da cidade de Pires do Rio(GO), segundo contagem.

<b>População Contagem</b>		
	<b>1996</b>	<b>2007</b>
<b>Total de habitantes</b>	25.094	26.857
<b>Masculino</b>	12.403	13.232

<b>Feminino</b>	12.691	13.574
<b>Urbano</b>	23.766	25.031
<b>Zona Rural</b>	1.328	1.826

Fonte: IBM – Instituto Mauro Borges/ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016)

Os dados inseridos no quadro 3 são uma estimativa da população informada pelo IMB e IBGE.

**Quadro 5** – População estimada da cidade de Pires do Rio (GO).

<b>População Estimada</b>				
<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
28.956	29.145	30.232	30.469	30.703

Fonte: IBM – Instituto Mauro Borges/ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

Para entreter a população, o turismo do município está relacionado às edificações com relevância arquitetônica e cultural, como a Ponte Epitácio Pessoa, o antigo Frigorífico Brasil Central, as igrejas São Sebastião (Patrimônio do Maratá), São Benedito (Igreja dos Congos), a Ferrovia Centro Atlântica e o Museu Ferroviário. O patrimônio material é representado pelo centro histórico, principalmente a Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus, coreto e chafariz da Praça Gaudêncio Rincon Segóvia, o Mercado Municipal, a Biblioteca Municipal, a Estação Ferroviária e a casa do Maneco (hoje em ruínas), que formam um conjunto arquitetônico singular, como também as belezas naturais das Serras da Caverna e das Flores, a cachoeira do Maratá e Prainha (as margens do rio Corumbá).

De acordo com Novais (2014), nos anos de 1980, o município conheceu a expansão da fronteira agrícola, com a introdução do cultivo da soja; logo após, em 1993, atraiu investimentos com a implantação do complexo agroindustrial avícola e a industrialização do setor, contribuindo para o processo de reestruturação produtiva que perpassou a região do Sudeste Goiano. Atualmente, a economia piresina é voltada para

as atividades agrícolas, como a produção de soja, milho, sorgo, arroz, feijão e mandioca.

O comércio, a infraestrutura e serviços (saúde, educação, comércio e prestação de serviços) exercem função de polo atrativo para moradores dos municípios vizinhos. Toda a importância do município para a região, o estado e o país deve-se à instalação da Estrada de Ferro Goyaz, aos que acreditaram no crescimento de Pires do Rio e investiram em seu território. Por essa razão, parte de nossa pesquisa busca reviver fragmentos da história desta cidade que se faz importante para uma região, estado e país.

### 3.3 Os cursos d'água

No quadro abaixo, apresentamos os nomes dos cursos d'água de Pires do Rio, levantamento realizado de acordo com os mapas, cartas topográficas e vocabulário do IBGE (1957).

**Quadro 6** – Cursos d'água da cidade de Pires do Rio(GO).

<b>Vocabulário Geográfico – IBGE (1957)</b>			
<b>Rio – 3</b>	<b>Página</b>	<b>Descrição</b>	<b>Município de Nascente</b>
Rio Corumbá	75	Rio, nasce nos arredores de Pirineus, atravessa o município, como o de Santa Luzia, depois de servir, em pequeno trecho, de divisa a Bonfim. Adiante, separa Ipameri e Corumbaíba, de um lado, e Campo Formoso, Pires do Rio, Caldas Novas, Buriti Alegre, do outro, até desaguar no rio Paranaíba, pela margem direita.	Corumbá
Rio do Peixe	165	Rio, nasce na região sul-oriental do município, que separa dos de Campo Formoso e Pires do Rio, entre cujo território e o de Caldas Novas,	Silvânia

		desemboca no rio Corumbá, pela margem direita.	
Rio Piracanjuba	171	(Piracanjuba ou Paracanjuba) – Rio, nasce na serra de Passa Quatro e atravessa o município bem como o de Pouso Alto. Adiante, separa Caldas Novas de Morrinhos e Buriti Alegre, até desaguar no rio Corumbá, pela margem direita.	Bela Vista
<b>Córrego – 34</b>			
Córrego Areias	15	Córrego, afluente da margem direita do rio Corumbá.	Pires do Rio
Córrego Barreiro	-	Não consta no vocabulário do IBGE (1957).	Silvânia
Córrego do Barreiro	-	Não consta no vocabulário do IBGE (1957).	Piracanjuba
Córrego dos Batista	-	Não consta no vocabulário do IBGE (1957).	Pires do Rio
Córrego Bauzinho	29	Córrego, afluente da margem esquerda do rio Baú.	Orizona
Córrego da Braga	37	Córrego, afluente da margem direita do ribeirão Santa Maria.	Luziânia
Córrego Boa Vista	32	Córrego, afluente da margem direita do rio Corumbá.	Luziânia
Córrego Buracão	40	Córrego, afluente da margem esquerda do rio Corumbá.	Luziânia
Córrego Buriti	42	Córrego, afluente da margem esquerda do rio dos Bois.	Pires do Rio
Córrego Cachoeira	47	Córrego, afluente da margem esquerda do ribeirão Piracanjuba.	Silvânia
Córrego Capoeira Grande	60	Córrego, afluente da margem esquerda do ribeirão Cachoeira.	Orizona
Córrego Carvalho	-	Não consta no vocabulário do IBGE (1957).	Pires do Rio
Córrego da Caverna	66	Córrego, afluente da margem esquerda do rio dos Peixes. (M. de Pires do Rio).	Pires do Rio
Córrego Corrente	-	Não consta no vocabulário do IBGE (1957).	Pires do Rio

Córrego Domingo	-	Não consta no vocabulário do IBGE (1957).	Pires do Rio
Córrego da Estiva	88	Córrego, afluente da margem esquerda do ribeirão Brumado.	Pires do Rio
Córrego Fundão	-	Não consta no vocabulário do IBGE (1957).	Cocalzinho de Goiás
Córrego Guará	106	Córrego, afluente da margem esquerda do rio Corumbá.	Luziânia
Córrego Itaúbi	-	Não consta no vocabulário do IBGE (1957).	Pires do Rio
Córrego Juca	-	Não consta no vocabulário do IBGE (1957).	Pires do Rio
Córrego Lajinha	124	Córrego, afluente da margem direita do córrego Taperão.	Orizona
Córrego Laranjal	126	Córrego, afluente da margem direita do ribeirão Baú.	Pires do Rio
Córrego Limeira	128	Córrego, afluente da margem esquerda do rio Corumbá.	Ipameri
Córrego Marreco	136	Córrego, afluente da margem esquerda do rio Baú.	Orizona
Córrego Mata Dentro	-	Não consta no vocabulário do IBGE (1957).	Pires do Rio
Córrego do Mocambo	144	Córrego, afluente da margem direita do rio das Antas.	Silvânia
Córrego Olho d'água	152	Córrego, afluente da margem direita do rio Piracanjuba.	Orizona
Córrego do Pico	168	Córrego, afluente da margem direita do ribeirão Brumado.	Pires do Rio
Córrego Piracanjuba	171	Córrego, afluente da margem direita do rio igual nome.	Morrinhos
Córrego Posse	177	Córrego, afluente da margem esquerda do córrego do Fundo.	Orizona
Córrego São Jerônimo	202	Córrego, afluente da margem esquerda do ribeirão Caiapó.	Pires do Rio
Córrego Saltador	193	Córrego, afluente da margem esquerda do rio Corumbá, próximo a barra do rio Alagado.	Luziânia

Córrego Taquaral	217	Córrego, afluente da margem direita do rio Corumbá. (M. de Pires do Rio).	Pires do Rio
Córrego da Terra Vermelha	-	Não consta no vocabulário do IBGE (1957).	Silvânia
<b>Ribeirão – 8</b>			
Ribeirão Baú	29	Ribeirão, afluente da margem direita do rio Piracanjuba, na divisa do município de Pires do Rio.	Orizona
Ribeirão Brumado	33	Ribeirão, afluente da margem esquerda do rio dos Peixes.	Santa Cruz de Goiás
Ribeirão Cachoeira	47	Ribeirão, afluente da margem direita do rio Piracanjuba.	Orizona
Ribeirão Caiapó	50	Ribeirão, afluente da margem direita do rio Corumbá.	Urutaí
Ribeirão Maratá	-	Não consta no vocabulário do IBGE (1957).	Pires do Rio
Ribeirão Mucambo	-	Não consta no vocabulário do IBGE (1957).	Pires do Rio
Ribeirão Sampaio	194	Sampaio ou Corrente – ribeirão, afluente da margem direita do rio Corumbá. (M. de Pires do Rio).	Pires do Rio
Ribeirão Taquaral	-	Não consta no vocabulário do IBGE (1957).	Orizona
<b>Quedas d'água – 1</b>			
Cachoeira do Maratá	-	Não consta no vocabulário do IBGE (1957).	Pires do Rio

Fonte: Vocabulário Geográfico, IBGE, 1957.

O quarto capítulo apresentará a descrição e análise de quinze dos 46 topônimos (escolha esta pela relação de representação para a cidade de Pires do Rio-GO), de acordo com os aportes teóricos revisados no primeiro capítulo e em consonância com os métodos apresentados e discutidos no segundo capítulo; apresentará, ainda, algumas questões teóricas suscitadas pelas especificidades dos dados escolhidos.

## IV A TOPONÍMIA E SUAS RELAÇÕES COM O LUGAR

*O signo toponímico não abre apenas o nome de um lugar, mas o lugar como um todo, tudo que está relacionado a ele, de uma forma ou de outra.*

(SIQUEIRA, 2015).

Colocar-nos a serviço desta pesquisa foi o mesmo que redescobrir a cidade de Pires do Rio-GO. Conhecer a sua história e poder reeditá-la, remapear os seus cursos d'água e, por fim, buscar na Toponímia as relações de poder que os topônimos têm sobre cada espaço nomeado, assim tomamos posse do que esta pesquisa nos proporcionou e aqui está o ápice dela, os dados e suas análises.

Segundo Dias (2008), o município de Pires do Rio-GO tem como principais cursos d'água o rio Corumbá, situado na parte sudeste, o rio Piracanjuba, no nordeste e rio do Peixe, na parte sul, os quais correm em direção à calha do rio Paranaíba (uma das quatro bacias hidrográficas do estado de Goiás), ao sul. Os rios do Peixe e Piracanjuba desaguam no Corumbá, sendo limites de fronteiras do município. Além desses rios, a rede hidrográfica é formada por vários ribeirões e córregos.

Para proceder com as devidas análises dos topônimos, é-nos necessário partir de algumas definições de nomenclaturas da área da geografia, mas não tivemos acesso a nenhum dicionário terminológico da área específica, devido à dificuldade de encontrar em bibliotecas públicas e na internet; por essa razão, recorremos aos dicionários Aulete (2011), Borba (2004) e Houaiss *et al.* (2004, 2009) para assim proceder com a definição de palavras (termos) que são recorrentes em nossa pesquisa: a) curso d'água é qualquer corpo de água fluente; b) córrego, um rio pequeno com pouco volume de água, que passa por vários lugares e sempre desagua em um curso d'água (córrego, ribeirão ou rio); c) queda d'água, torrente de água que cai do alto, cachoeira/cascata, que são formações geomorfológicas nas quais os cursos d'água correm por cima de uma rocha de composição resistente à erosão, formando uma súbita quebra na vertical; d) ribeirão, curso d'água maior que o riacho e menor que o rio, afluente de um rio; e) rio, ou flúmen, é uma corrente natural de água, que flui continuamente. Possui um caudal considerável

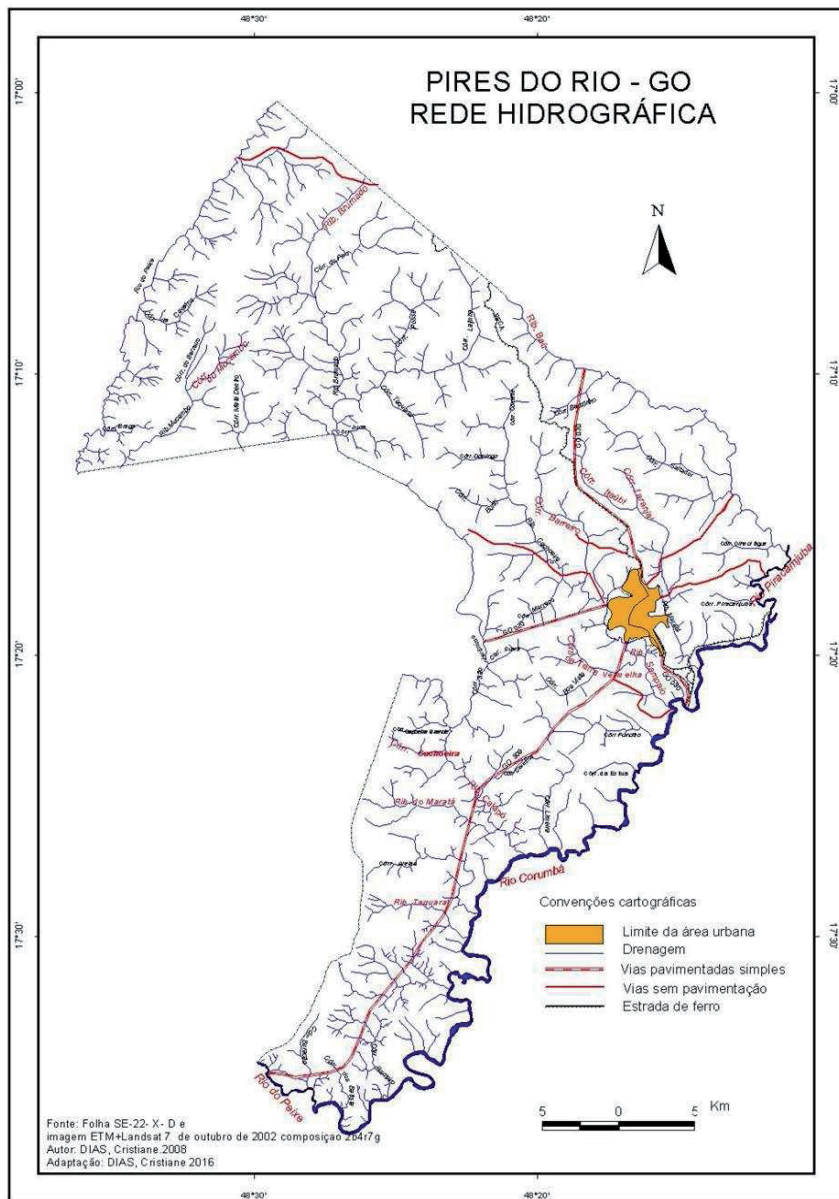
e desemboca no mar, num lago ou noutro rio, e em tal caso denomina-se afluente. Pode apresentar várias redes de drenagem.

Proceder com estas observações é elementar para esta pesquisa, pois, dos 46 topônimos elencados no município de Pires do Rio-GO, analisaremos apenas 15, visto que analisar todos os topônimos seria uma tarefa árdua e demandaria mais tempo; registraremos aqui o que nos motivou à escolha dos cursos d'água para análise. Como são apenas 03 rios, é viável e de bom senso analisá-los, já que são as maiores bacias e dão destaque à região; os ribeirões são especificamente 08, os quais serão analisados, inclusive, alguns nomes se repetem aos córregos também; 01 queda d'água *cachoeira do Maratá*, não será analisada devido ao nome ser o mesmo de um ribeirão; dos 34 córregos, analisaremos apenas 04 (Barreiro, Itaúbi, Laranjal e da Terra Vermelha) devido ao grau de importância para a cidade, pois os córregos Itaúbi (nascente) e Laranjal são os que abastecem a cidade de Pires do Rio-GO. Quanto ao Barreiro, este está localizado na região do Morro do Cruzeiro, localidade que tem o maior número populacional na zona rural do município. O córrego da Terra Vermelha é uma área que, há muito tempo, foi espaço de olaria e dela saíram grandes quantidades de tijolos utilizados nas construções de casas na cidade e também pertence a uma localidade onde existiu o povoado do Maratá, na década de 50.

No mapa 2, apresentaremos os topônimos dos cursos d'água do município de Pires do Rio-GO, bem como aparecem em destaque os 15 topônimos que analisaremos a seguir, os quais estão catalogados em fichas lexicográficas-toponímicas inseridas neste capítulo.



**Mapa 2 – Rede Hidrográfica de Pires do Rio (GO)**



#### 4.1 Os topônimos de acordo com as taxionomias de natureza física e antropocultural

Os modelos das taxionomias foram elaborados por Dick (1992), a fim de possibilitar ao pesquisador descobrir o significado dos topônimos sem ter que retomar, especificamente, a passado histórico. Os modelos subdividem-se em 11 taxes de natureza física e 16 de natureza antropocultural. Assim, podemos verificar se o nomeador recorreu a elementos de natureza físico ou socioculturais como motivação no ato da nomeação. Abaixo, apresentaremos as 27 taxes, subdivididas em suas naturezas e devidas especificações, exemplificadas com alguns topônimos dos cursos d'água do município de Pires do Rio-GO, nos casos de os não ter, recorreremos a outros topônimos.

a) Taxionomias de natureza física:

1. **Astrotopônimos:** topônimos que se referem aos corpos celestes: cidade Estrela do Norte-GO.
2. **Cardinotopônimos:** topônimos referentes às posições geográficas: cidade Alvorada do Norte-GO.
3. **Cromotopônimos:** topônimos relativos à escala cromática: córrego da Terra Vermelha (Pires do Rio-GO).
4. **Dimensiotopônimos:** topônimos referentes às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, espessura, altura, profundidade: córrego Fundão (Pires do Rio-GO).
5. **Fitotopônimos:** topônimos originados de nomes de vegetais: rio Corumbá (Pires do Rio-GO).
6. **Geomorfotopônimos:** topônimos referentes às formas topográficas, elevações ou depressões do terreno: córrego do Pico (Pires do Rio-GO).
7. **Hidrotopônimos:** topônimos originados de acidentes hidrográficos: ribeirão Cachoeira (Pires do Rio-GO).
8. **Litotopônimos:** topônimos originados de nomes de minerais e de nomes relativos à constituição do solo: córrego Barreiro (Pires do Rio-GO).

9. **Meteorotopônimos:** topônimos relativos a fenômenos atmosféricos: ribeirão Brumado (Pires do Rio-GO).

10. **Morfotopônimos:** topônimos que refletem o sentido de forma geométrica: cidade Volta Redonda-RJ.

11. **Zootopônimos:** topônimos de índole animal: rio do Peixe (Pires do Rio-GO).

b) Taxionomias de natureza antropocultural:

1. **Animotopônimos** ou **Nootopônimos:** topônimos relativos à vida psíquica e à cultura espiritual: córrego Boa Vista (Pires do Rio-GO).

2. **Antropotopônimos:** topônimos relativos aos nomes próprios individuais: ribeirão Sampaio (Pires do Rio-GO).

3. **Axiotopônimos:** topônimos que se referem a títulos e a dignidades que acompanham os nomes próprios individuais: cidade Senador Canedo-GO.

4. **Corotopônimos:** topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes: córrego Posse (Pires do Rio-GO).

5. **Cronotopônimos:** topônimos que encerram indicadores cronológicos como novo/nova, velho/velha: cidade Nova Aurora-GO.

6. **Ecotopônimos:** topônimos que fazem referência às habitações de um modo geral: cidade Castelândia-GO.

7. **Ergotopônimos:** topônimos relacionados aos elementos da cultura material: ribeirão Baú (Pires do Rio-GO).

8. **Etnotopônimos:** topônimos relativos aos elementos étnicos, tribos, isolados ou não: ribeirão Caiapó (Pires do Rio-GO).

9. **Dirrematotopônimos:** topônimos construídos por meio de frases ou enunciados linguísticos: cidade Aparecida do Rio Doce-GO.

10. **Hierotopônimos:** topônimos referentes aos nomes sagrados, às efemeridades religiosas, aos locais de culto: cidade Cristianópolis-GO. Podem apresentar duas subdivisões: i) **hagiotopônimos:** topônimos que se referem aos santos e às santas do hagiológico romano: córrego São Jerônimo (Pires do Rio-GO); ii) **mitotopônimos:** topônimos referentes às entidades mitológicas: cidade Anhanguera-GO.

11. **Historiotopônimos:** topônimos que se referem a movimentos de cunho histórico-social, aos seus membros ou ainda às datas correspondentes: cidade Ipiranga de Goiás-GO.
12. **Hodotopônimos:** topônimos relacionados às vias de comunicação: córrego Corrente (Pires do Rio-GO).
13. **Numerotopônimos:** topônimos que dizem respeito aos adjetivos numerais: cidade Três Ranchos-GO.
14. **Poliotopônimos:** topônimos constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial: bairro Vila Nova (Pires do Rio-GO).
15. **Sociotopônimos:** topônimos relacionados às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade: ribeirão Mucambo (Pires do Rio-GO).
16. **Somatotopônimos:** topônimos com relação metafórica às partes do corpo humano ou do animal: córrego Olho d'água (Pires do Rio-GO).

Essas classificações taxonômicas funcionam como auxiliares no processo de verificação que subjaz o topônimo, sem mencionar o processo de revisitação da origem e motivação que levaram à efetivação de determinado topônimo,

Além do mais, uma análise toponímica pressupõe a busca de particularidades que não podem ficar apenas nas características mais evidentes apresentadas pelo nome; deve-se procurar, tanto quanto possível, ou seja, tanto quanto as fontes ou a documentação o permitirem, as origens mais remotas do denominativo, objetivando as eventuais substituições experimentadas, e a sua razão determinante, de modo que se possa tentar um equacionamento da nomenclatura em períodos ou estágios onomásticos – senão de toda ela, pelo menos em alguns nomes – que talvez reflitam momentos distintivos do pensar da época analisada (DICK, 1996, p. 15-16).

O léxico toponímico é carregado de marcas de expressão histórica, social, cultural, política e religiosa de dada comunidade e é representativo para o nomeador e seu grupo. Dessa forma, se determinado local ou coisa passou por várias nomeações no decorrer dos tempos, isso justifica que cada nomeador observou novas características que classificavam ou referenciavam o topônimo de forma precisa e motivada.

De acordo com Dick (1990), as várias facetas significativas que dão realce ao nome do lugar e as inúmeras informações que podem ser elencadas dele tornariam no material de um grande armazenamento de dados e fatos culturais em larga extensão. Assim, observamos em Andrade (2010, p. 103):

Os estudos toponímicos, dentro do alcance pluridisciplinar de seu objeto de estudo, constituem um caminho possível para o conhecimento do *modus vivendi* das comunidades linguísticas, que ocupam ou ocuparam um determinado espaço. Quando um indivíduo ou comunidade linguística atribui um nome a um acidente humano ou físico, revelam-se aí tendências sociais, políticas, religiosas, culturais (Grifos da autora).

São nessas características em que reside a motivação do topônimo, e por meio delas, são-nos reveladas a história e cultura de uma dada comunidade; por isso, vemos o quanto os estudos toponímicos são de extrema relevância, não só para a área dos estudos da linguagem/linguísticos, mas também para as outras áreas do conhecimento já que o topônimo é plurissignificativo, tendo assim um alcance pluridisciplinar.

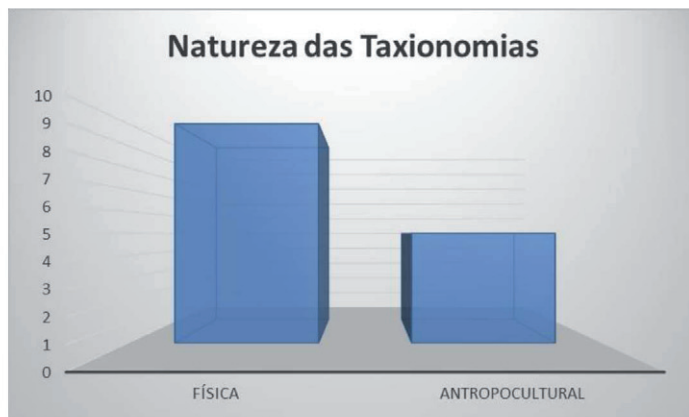
Posto isso, pode-se evidenciar os estudos toponímicos como um eixo norteador para se verificar as relações sócio-histórico-culturais de um povo, já que o topônimo está intimamente vinculado à cultura de um povo, uma nação e, portanto, à sua história. Assim, tomaremos por análise os gráficos que se seguem e as taxionomias presentes nos topônimos dos cursos d'água do município de Pires do Rio-GO.

#### **4.2 As taxionomias presentes nos topônimos dos cursos d'água do município de Pires do Rio-GO**

Nesta pesquisa, os 15 topônimos analisados, baseados na classificação, enquadram-se na divisão das naturezas física e antropocultural. Em alguns topônimos, é possível, ainda, evidenciar mais de uma categoria classificatória, por exemplo, o *córrego da Terra Vermelha*, que se classifica, como litotopônimo e cromotopônimo.

Nos gráficos abaixo, apresentaremos e analisaremos em base quali-quantitativas as naturezas das taxionomias físicas e antropoculturais e a origem/etimologia dos topônimos, estratos linguísticos.

**Gráfico1:** Natureza das Taxionomias



As taxionomias nos permitiram analisar e interpretar os designativos de lugares com maior precisão e segurança, do ponto de vista semântico, sendo estudados enquanto formas de língua e de acordo com a causa de seu emprego. O produto resultante, aqui, no nosso caso, os topônimos dos cursos d'água do município de Pires do Rio-GO, ganham vida própria, passando a ter caráter motivado e não apenas arbitrário.

As taxes encontradas nos topônimos dos cursos d'água do município de Pires do Rio-GO que tiveram maior proporção foram as de natureza física; assim, o nomeador caracterizou os fatores físicos do ambiente ou que lhe chamaram atenção. Dessa forma, as nomeações são motivadas e estabelecem relações com o nomeador e o lugar nomeado.

#### 4.2.1 As taxionomias de natureza física presentes nos topônimos

Os principais topônimos analisados neste trabalho confirmaram uma tendência da toponímia brasileira em geral, ou seja, a predominância de topônimos classificados de acordo com as taxionomias de natureza física, uma vez que, na nomenclatura onomástica dos elementos físicos da região analisada, há um percentual de 67% (10 topônimos) classificados como taxes de natureza física e 33% (05 topônimos) que se enquadram nas taxes de natureza antropocultural.

**Gráfico 2:** Taxionomias de Natureza Física



O gráfico apresentado revelam-nos que a incidência, em sua maioria, das taxionomias de natureza física evidencia a influência do ambiente físico no ato de nomeação; percebe-se, então que, no ato do batismo, os povos recorreram a elementos e características circundantes aos lugares nomeados, demonstrando que o meio ambiente exerce grande influência no homem, no ato de nomear os lugares.

Ao atribuir topônimos às taxionomias de natureza física, é possível comprovar a força de elementos físicos como motivadores no ato de nomear os lugares. O que é observável no gráfico II, os topônimos com maior incidência nos cursos d'água do município de Pires do Rio-GO, sendo eles: fitotopônimos, hidrotopônimos, litotopônimos, litotopônimos e cromotopônimos, litotopônimos e fitotopônimos, meteorotopônimos e zootopônimos, que, no decorrer desse trabalho, serão analisados.

#### 4.2.1.1 Fitotopônimos

De acordo com o observado, a taxionomia de origem fitotoponímica (originada de nomes de vegetais) atingiu, em segundo lugar, o maior número de frequência dentre os topônimos de natureza física, 20% (02 topônimos), são eles: *córrego Laranjal* e *ribeirão Taquaral*. É tangível que a flora foi uma das grandes motivações para os designativos dos cursos d'água do município de Pires do Rio-GO. E, segundo Dick (1990, p. 146):

O importante, talvez, seria não perder de vista que a vegetação é parte integrante de um conjunto natural, em que o relevo, constituição do solo, acidentes geográficos, regimes climáticos, compõem um verdadeiro biosistema imprescindível ao homem e à qualidade de vida que nele pretenda instalar ou, pelo menos, usufruir.

É nessas relações de importância para o homem que podemos compreender a nomeação destes elementos físicos, fazendo referência a aspectos que chamaram a sua atenção e motivaram a nomeação dos cursos d'água. Isso se revela pelo caráter de necessidade à vida humana, tanto do nome como daquilo por ele foi nomeado; essa relação nomeador-objeto-nome é que ressalta a importância da vegetação no meio social, local do vivente. Assim, também justifica Pereira (2009, p. 143) que “possivelmente seja esse o motivo de o denominador/enunciador registrar as características locais de uma região na nomeação dos acidentes geográficos, por meio do topônimo.”

Ao trazer as fichas lexicográficas-toponímicas, é perceptível a motivação que subjaz cada topônimo, como observaremos a seguir.

#### Ficha lexicográfica-toponímica

<b>Nº de ordem:</b> 02	
<b>Topônimo:</b> Córrego Laranjal	<b>Localização:</b> Pires do Rio
<b>Taxionomia:</b> Fitotopônimo	<b>Natureza:</b> Física



<b>Origem/Etimologia:</b> la-ran-jal <b>Sm</b> plantação ou pomar de laranjas (p.827)
<b>Laranja</b> <i>sf.</i> ‘fruto da laranjeira, planta da fam. das rutáceas’ XIV. Do ár. <i>nāranġa</i> , deriv. do persa <i>nāranġ</i>    <b>laranj</b> AL   <i>-gal</i> XVI   (p.382).
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome Simples (Substantivo Feminino <i>laranja-</i> + <i>-al</i> sufixo).
<b>Informações enciclopédicas:</b> Córrego, afluente da margem direita do ribeirão Baú. (M. de Pires do Rio).
<b>Referências:</b> Borba (2004), Cunha (2010), IBGE (1957).
<b>Data da coleta:</b> Ago./2015 a Jul./2016.
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva
<b>Revisor:</b> Prof. <sup>a</sup> Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira

## Ficha lexicográfica-toponímica

<b>Nº de ordem:</b> 03	
<b>Topônimo:</b> Ribeirão Taquaral	<b>Localização:</b> Pires do Rio
<b>Taxionomia:</b> Fitotopônimo	<b>Natureza:</b> Física
<b>Origem/Etimologia:</b> ta-qua-ral <b>Sm 1</b> plantação de taquara; tabocal <b>2</b> terreno onde crescem taquaras (p.1337).	
<b>Taquara</b> <i>sf.</i> ‘planta da fam. das gramíneas, taboca, bambu’   1627, <i>tacoara c</i> 1584 etc.  ; <i>tacoára</i> 1817   Do tupi <i>ta'kɨara</i>    <b>taquar</b> AL 1783 l. (p.623).	
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome Simples (Substantivo Feminino <i>taquara-</i> + <i>-al</i> sufixo).	
<b>Informações enciclopédicas:</b> Não encontrada.	
<b>Referências:</b> Borba (2004), Cunha (2010).	
<b>Data da coleta:</b> Ago./2015 a Jul./2016.	
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva	
<b>Revisor:</b> Prof. <sup>a</sup> Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Ao observar as informações trazidas nas fichas apresentadas dos fitotopônimos, possivelmente, as motivações que influenciaram o nomeador são perspicazes às referências locais, que, de acordo com cada topônimo, relacionamos: i. *córrego Laranjal*, evidentemente em sua localidade, apresentava no momento de nomeação a plantação de laranjas e, também, o córrego favorecia a essas plantações; ii. *ribeirão Taquaral*, assim, como analisado o topônimo anterior; o que tenha influenciado ao nomeador deve estar relacionado com a quantidade de taquaras na região em se encontra o determinado ribeirão.

A ocorrência dos topônimos de índole vegetal ora pesquisados pode ter a sua justificativa pela relevância que as plantas têm junto a vida humana, bem como necessárias para a conservação dos cursos d'água e suas nascentes; assim, justificamos a tendência de valoração do vegetal no processo de batismo dos elementos físicos.

#### **4.2.1.2 Hidrotopônimos**

O topônimo de equivalência hidronímica (originado de acidentes hidrográficos) aparece no em: *ribeirão Cachoeira*. Sabe-se que a água é de fundamental importância para a vida humana; por isso, a tendência de o nomeador, no ato de batismo do topônimo, valer-se do nome relacionado ao elemento água para designar o lugar.

E, de acordo com Dick (1990, p. 196), “O aparecimento de topônimos, nos mais diferentes ambientes, revestindo uma natureza hidronímica propriamente dita, vincula-se à importância dos cursos d'água para as condições humanas de vida”. Possivelmente, o nomeador a considera o elemento água vital para a sua existência; ainda, sabemos que os cursos d'água, em muitas ocasiões, servem de caminhos para comércio, como também foi, por meio deles, que se configuraram na história do Brasil o achamento e a colonização do país pelos portugueses.

Nas ficha abaixo, trazemos informações relevantes para análise dos topônimos de origem hidrográfica.

## Ficha lexicográfica-toponímica

<b>Nº de ordem:</b> 04	
<b>Topônimo:</b> Ribeirão Cachoeira	<b>Localização:</b> Pires do Rio
<b>Taxionomia:</b> Hidrotopônimo	<b>Natureza:</b> Física
<b>Origem/Etimologia:</b> ca-cho-ei-ra <b>Sf 1</b> queda d'água, em rio ou ribeirão, cujo leito apresenta forte declive; cascata <b>2</b> trecho de rio onde as águas correm rápido devido à inclinação do terreno; corredeira. (p.213).	
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome Simples (Substantivo Feminino)	
<b>Informações enciclopédicas:</b> Ribeirão, afluente da margem direita do rio Piracanjuba. (M. de Campo Formoso).	
<b>Referências</b> Borba (2004), IBGE (1957).	
<b>Data da coleta:</b> Ago./2015 a Jul./2016.	
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva	
<b>Revisor:</b> Prof. <sup>a</sup> Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Por mais que, apenas, 10% (01) dos topônimos de natureza física tenham referência à índole hidronímica, a região de Pires do Rio-GO tem seus limites político e físico (geográficos), feita por rios, sem mencionar a grande importância que esses cursos exercem nas atividades da região.

Ainda, observamos em Dick (1990, p. 197) que:

Às vezes, porém, rompe-se o equilíbrio que ela [a água] representa em qualquer meio, despreendendo-se de suas possibilidades de aproximar culturas distintas e assumindo papel um tanto oposto, ao se transformar em “obstáculo” à difusão dos interesses coletivos. Circunscrevendo o homem em seu próprio espaço, quando o transcurso se torna difícil, impede os contatos entre grupos vizinhos. Se o isolamento, por um lado, tende a manter, tanto quanto possível, inalterados os valores comuns, preservando, por isso, a tradição sociológica do homem, ao retardar a dinâmica da comunidade em favor de uma estática desestimulante e viciosa.

A par desta citação, observamos que foi o que aconteceu à cidade de Pires do Rio-GO, a partir do rio Corumbá, o principal para o município, o qual, até a década de

1920, era isolado dos demais municípios por falta de uma ponte que estabelecesse tal ligação. Com a vinda da Estrada de Ferro Goyaz e a construção da ponte Eptácio Pessoa, surgem as primeiras casas e a efetivação do município, bem como a ligação com as principais cidades da região e as relações econômicas e políticas, que auxiliaram no crescimento do município e da região.

Observamos ainda, no contexto do município de Pires do Rio-GO, que a água em suas potencialidades é de grande relevância e meio de sobrevivência para a vida humana, pois:

Na parte sul encontra-se o rio Corumbá, que é maior curso d'água do município. Nele é feita a extração de areia para construção civil, suas ilhas servem de pontos de recreação para vários moradores e as suas margens são praticamente ocupadas pelas pequenas propriedades (DIAS, 2008, p. 84).

Posto isso, no efetivar do topônimo a partir da importância da água, o nomeador diferencia o elemento geográfico dos demais, auxiliando na orientação do homem no espaço que o cerca, proporcionando-lhe subsídios para um melhor (re)conhecimento do local. Assim, hipoteticamente, acreditamos que o topônimo – *ribeirão Cachoeira* – no contexto estudado, podem ter a sua motivação pelo próprio ambiente físico, uma vez que recupera características hidronímicas do lugar.

#### **4.2.1.3 Litotopônimos**

Notando-se as relações dos topônimos de origem mineral, os litotopônimos, *córrego Barreiro*, representam o percentual de 10% (01 topônimo) dos analisados. Cabe mencionar que os minerais foram um dos principais atrativos dos colonizadores portugueses nas terras brasileiras. E, de acordo com Dick (1990), os topônimos de origem mineral estão relacionados tanto a características do solo quanto do terreno e, assim, estabelecem duas relações: físicas, estão ligadas às regiões da terra, neste caso, são: areia, barro, lama, pedra, terra. E outro fator são os históricos, que podem ser evidenciados no processo de colonização do Brasil, por meio das relações entre solo, flora e relevo, responsáveis pela formação de uma nova sociedade.

O litotopônimo apresentado abaixo, por meio de descrição e análise, revela a influência do local sobre o ato de nomear.

Ficha lexicográfica-toponímica

<b>Nº de ordem:</b> 05	
<b>Topônimo:</b> Córrego Barreiro	<b>Localização:</b> Pires do Rio
<b>Taxionomia:</b> Litotopônimo	<b>Natureza:</b> Física
<p><b>Origem/Etimologia:</b> bar-rei-ro <b>Sm</b> terra alagada; lamaçal (p.164).          Barr.eira, -eiar, -eiro, ejar → BARRO          Barro <i>sm.</i> ‘tipo de argila’ ‘substância utilizada no assentamento da alvenaria de tijolo em obras provisórias, obtida pela mistura de argila com água’ XIV. De origem pré-romana. Relaciona-se neste verbete uma série de vocábulos etimologicamente correlacionados, com o radical <i>barr-</i>, de origem pré-romana.    <b>barrEIRA</b> <i>sf.</i> ‘argileira’ ‘parapeito’ 1500    <b>barrEIR</b>·AR   <i>bareyrar</i> XV    <b>barrEIRO</b> XVIII. (p.82).</p>	
<p><b>Estrutura morfológica:</b> Nome Simples (Substantivo Masculino <i>barro-</i> + <i>-eiro</i> sufixo)</p>	
<p><b>Informações enciclopédicas:</b> Não encontrada.</p>	
<p><b>Referências:</b> Borba (2004), Cunha (2010).</p>	
<p><b>Data da coleta:</b> Ago./2015 a Jul./2016.</p>	
<p><b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva</p>	
<p><b>Revisor:</b> Prof.<sup>a</sup> Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira</p>	

Observando Sapir (1969), podemos trazer a reflexão acerca da relação entre língua e ambiente, que vale a compreensão dos fatores físicos; nesse caso, os aspectos geográficos, incluindo além dos elementos fauna e flora, os recursos minerais. Assim, o litotopônimo *córrego Barreiro* estabelece relações com o local quando foi nomeado, ainda, compreende-se que a localidade era de lamaçal/barro, um dos motivadores por determinado córrego ser batizado com o referido topônimo.

Assim, como observado em Dick (1990, p. 125), os referidos topônimos de origem mineral referem-se ao primeiro caso, que é o de “índole genérica”, aspectos físicos e específicos às regiões da terra, revelando então características minerais da região onde está localizado determinado córrego.

#### 4.2.1.4 Litotopônimos e Cromotopônimos

No conjunto dos topônimos analisados, no percentual de 10% (01 topônimo) do total, encontramos um topônimo de estrutura composta, mas não híbrido, pois é formado por duas palavras de origem latina, a saber *córrego da Terra Vermelha*, litotopônimo (origem de nomes de minerais e de nomes relativos à constituição do solo) e cromotopônimo (relativo à escala cromática). E que, de acordo com Isquierdo e Seabra (2010, p. 91), “[...] a motivação dos hidrotopônimos de estrutura composta normalmente valoriza mais de uma característica do meio ambiente como foco denominativo.”. O mesmo se estabelece com o topônimo ora analisado, como descrito na ficha abaixo.

Ficha lexicográfica-toponímica

<b>Nº de ordem:</b> 06	
<b>Topônimo:</b> Córrego da Terra Vermelha	<b>Localização:</b> Pires do Rio
<b>Taxionomia:</b> Litotopônimo e Cromotopônimo	<b>Natureza:</b> Física
<b>Origem/Etimologia:</b> <b>ter-ra Sf i.</b> elemento da superfície terrestre que, misturado com água, transforma-se em barro <b>ii.</b> parte sólida da superfície terrestre; chão firme. (p.1351)	
<b>Terra sf.</b> ‘território, região’ ‘solo, chão’ XIII. Do lat. <i>tĕrra</i> . (p.631)	
<b>Vermelho adj.</b> ‘da cor do sangue’ XIII. Do lat. <i>vĕrmīcŭlus</i> . (p.674)	
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome Composto (Substantivo Feminino + Adjetivo)	

<b>Informações enciclopédicas:</b> Não encontrada.
<b>Referências:</b> Borba (2004), Cunha (2010).
<b>Data da coleta:</b> Ago./2015 a Jul./2016.
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva
<b>Revisor:</b> Prof. <sup>a</sup> Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira

Segundo Dias (2008, p. 119-122), na maior parte da região do município de Pires do Rio-GO, o solo é “*Latossolos Vermelhos*” ou “*Latossolos Vermelho Amarelado*”; assim, hipoteticamente, uma das motivações fundamentais para a denominação do topônimo está ligado a características do local, o que influenciou o denominador a fazer referência à Terra, juntamente com a cor vermelha.

E, ainda, a mesma autora (2008, p. 117), justifica que “as características da vegetação natural, muitas vezes têm como fator determinante o tipo de solo, porque é dele que elas retiram a maioria dos elementos que precisam para sua nutrição.” Nessa região, tem a predominância da agricultura e agropecuária, influências do solo, que contribuem para tais práticas.

Contudo, o batismo do córrego com o topônimo *Terra Vermelha* traz em sua motivação as características observadas na localidade e que, de certa forma, influenciaram o nomeador. Além do córrego, uma região rural do município de Pires do Rio-GO, também é conhecida pelo referido nome.

#### 4.2.1.5 Litotopônimos e Fitotopônimos

O topônimo *córrego Itaúbi* é um nome composto, litotopônimo (de origem mineral) e fitotopônimo (de origem vegetal) e representa o percentual de 10% (01) dos topônimos analisados. Sua estrutura morfológica, segundo Dick (1992), é um topônimo composto, formado por *ita-* (pedra) + *-ubi* (palmeira), ambos de origem tupi e na formação de palavras, constitui-se no processo de composição por justaposição. E, supostamente, a região onde se encontra o córrego é de um terreno pedregulho, ou que o próprio córrego tenha em sua calda um acúmulo maior de pedras que o normal. E,

consequentemente, uma região em que a vegetação tenha ou lembre uma localidade com plantações de palmeiras.

Assim, a ficha lexicográfica-toponímia abaixo auxiliou-nos na descrição e análise do topônimo *córrego Itaúbi*, aclarando para uma efetiva interpretação e construção do *corpus* desta pesquisa.

Ficha lexicográfica-toponímica

<b>Nº de ordem:</b> 07	
<b>Topônimo:</b> Córrego Itaúbi	<b>Localização:</b> Pires do Rio
<b>Taxionomia:</b> Litotopônimo e Fitotopônimo	<b>Natureza:</b> Física
<b>Origem/Etimologia:</b> Ita – pedra; é o termo mais comum nos topônimos brasileiros; algumas vezes aparece sem o i inicial: Ta-nhenga (ilha do Rio de Janeiro), Ta-ratã (localidade da Bahia) (p. 174). <b>Ubi</b> – nome comum a várias palmeiras dos gêneros <i>Genoma</i> , <i>Bactris</i> e <i>Calyptrogyne</i> (p. 190).	
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome composto ( <i>ita-</i> substantivo feminino + <i>-ubi</i> substantivo feminino).	
<b>Informações enciclopédicas:</b> Não encontrada.	
<b>Referências:</b> Tibiriça (1985).	
<b>Data da coleta:</b> Ago./2015 a Jul./2016.	
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva	
<b>Revisor:</b> Prof. <sup>a</sup> Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Também, de acordo com Dias (2008), o *córrego Itaúbi* é um dos afluentes do ribeirão Maratá e um dos córregos que abastece o município de Pires do Rio-GO, juntamente com o *córrego Laranjal*. Assim, é possível notar a importância desse curso d'água para o município e a sua relevância em análise para a nossa pesquisa.

#### 4.2.1.6 Meteorotopônimos



A meteorotoponímia refere-se a topônimos relativos a fenômenos atmosféricos e, no contexto pesquisado, representa o percentual de 10% (01) dos topônimos analisados, sendo *ribeirão Brumado*, que provém do termo latino *bruma* ‘inverno’, especificando como nevoeiro, neblina e cerração (CUNHA, 2010). Dados esses especificados, a seguir, na ficha lexicográfica-toponímica, que nos auxiliou na interpretação e análise do topônimo.

Ficha lexicográfica-toponímica

<b>Nº de ordem:</b> 08	
<b>Topônimo:</b> Ribeirão Brumado	<b>Localização:</b> Pires do Rio
<b>Taxionomia:</b> Meteorotopônimo	<b>Natureza:</b> Física
<b>Origem/Etimologia:</b> Bruma bru-ma Sf nevoeiro; neblina; cerração (p.203)	
<b>Bruma</b> <i>sf.</i> ‘nevoeiro, neblina, cerração’ XVI. Do lat. <i>bruma</i> ‘inverno’. (p.103).	
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome Simples (Substantivo Feminino <i>bruma-</i> + sufixo – <i>ado</i> )	
<b>Informações enciclopédicas:</b> Ribeirão, afluente da margem esquerda do rio dos Peixes. (M. de Pires do Rio).	
<b>Referências:</b> Borba (2004), Cunha (2010), IBGE (1957).	
<b>Data da coleta:</b> Ago./2015 a Jul./2016.	
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva	
<b>Revisor:</b> Prof. <sup>a</sup> Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Ao observarmos em Sapir (1969) que o léxico de uma língua reflete claramente o ambiente físico e social do falantes, provavelmente, o que influenciou o nomeador em recorrer ao batismo do topônimo *Brumado* em determinado ribeirão, pode ter sido devido ocorrer na localidade neblina/nevoeiro na estação do ano, inverno, já que a própria raiz da palavra *bruma* faz referência ao “inverno”.

Nas leituras realizadas em alguns pesquisadores da área da toponímia, como: Almeida (2012), Carvalhinhos (2002, 2003), Dick (1990, 1992, 1996, 1999, 2000, 2001, 2004, 2006), Isquerdo e Seabra (2010), Pereira (2009), Siqueira (2012, 2015), não foi recorrente encontrarmos algum meteorotopônimo analisado ou que nos desse qualquer sustentação ou informações para proceder com algum confrontamento de dados; mediante a isso, subentendemos que os topônimos de índole dos fenômenos atmosféricos não tenham uma certa frequência como os demais.

#### 4.2.1.7 Zootopônimos

Nas denominações de índole animal, zootopônimos, no estudo corrente, referem-se ao percentual de 30% (03 topônimos) dos extratos pesquisados – *rio Corumbá*, *rio do Peixe* e *rio Piracanjuba*. Precisamente, em dois topônimos o fator motivador foi o animal **peixe** que, possivelmente, influenciou o nomeador. A saber, que a caça e pesca era o meio de sobrevivência da comunidade primitiva; dessa forma, possivelmente, a comunidade que habitava nos referidos locais, também foi influenciada por tais razões e, daí, batizando ambos os rios com os referidos topônimos.

Ao observarmos os topônimos de índole animal aqui presentes, vamos contrapor ao que Dauzat (1922, *apud* DICK, 1990), constatou ter uma menor frequência dos zootopônimos em relação a outras categorias na toponímia francesa, bem como à perspectiva de Backheuser (1952, *apud* DICK, 1990) de que, na toponímia brasileira, os nomes de animais são menos recorrentes.

As relações de denominação toponímica de uma dada região pode ser diferente de outra; de acordo com isso, as relações de motivações estão estritamente ligadas ao nomeador, pois cada qual atribui características inerentes ao local a que faz referência. Assim, as fichas lexicográficas-toponímicas, a seguir, assim, evidenciam em suas descrições e nos auxiliam a proceder com a análise toponímica dos designativos, bem como a quantificar que os zootopônimos foram os de maior frequência em nossas análises.

## Ficha lexicográfica-toponímica

<b>Nº de ordem:</b> 09	
<b>Topônimo:</b> Rio Corumbá	<b>Localização:</b> Pires do Rio
<b>Taxionomia:</b> Zootopônimo	<b>Natureza:</b> Física
<b>Origem/Etimologia:</b> cid. Mato Grosso do Sul; de <b>corumbá</b> , cágado. (p.44). Origem Tupi.	
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome Simples (Substantivo Masculino)	
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, nasce nos arredores de Pirineus, atravessa o município, como o de Santa Luzia, depois de servir, em pequeno trecho, de divisa a Bonfim. Adiante, separa Ipameri e Corumbaíba, de um lado, e Campo Formoso, Pires do Rio, Caldas Novas, Buriti Alegre, do outro, até desaguar no rio Paranaíba, pela margem direita. (M. de Corumbá).	
<b>Referências:</b> Tibiriçá (1985), IBGE (1957)	
<b>Data da coleta:</b> Ago./2015 a Jul./2016.	
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva	
<b>Revisor:</b> Prof. <sup>a</sup> Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira	

## Ficha lexicográfica-toponímica

<b>Nº de ordem:</b> 10	
<b>Topônimo:</b> Rio do Peixe	<b>Localização:</b> Pires do Rio
<b>Taxionomia:</b> Zootopônimo	<b>Natureza:</b> Física
<b>Origem/Etimologia:</b> pei-xe <b>Sm</b> ( <i>Zool</i> ) <b>1</b> espécime de classe animal vertebrado que nasce e vive na água, respira por guelras e se locomove por meio de barbatanas. (p.1048). <i>sm</i> '(Zool.) animal cordado, gnastomado, aquático, com nadadeiras, com pele geralmente coberta de escamas, que respira por brânquias' XIII. Do lat. <i>piscis</i> <i>-is</i>    <b>peix</b> ADA XX    <b>peix</b> ARIA XX    <b>peixe</b> iro \ <i>pey</i> xero XIII   Cp. pescar, piscatório. (p.485).	
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome Simples (Substantivo Masculino)	

<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio (do), nasce na região sul-oriental do município, que separa os de Campo Formoso e Pires do Rio, entre cujo território e o de Caldas Novas, desemboca no rio Corumbá, pela margem direita. (M. de Bonfim).
<b>Referências:</b> Borba (2004), Cunha (2010), (IBGE (1957).
<b>Data da coleta:</b> Ago./2015 a Jul./2016.
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva
<b>Revisor:</b> Prof. <sup>a</sup> Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira

## Ficha lexicográfica-toponímica

<b>Nº de ordem:</b> 11	
<b>Topônimo:</b> Rio Piracanjuba	<b>Localização:</b> Pires do Rio
<b>Taxionomia:</b> Zootopônimo	<b>Natureza:</b> Física
<b>Origem/Etimologia:</b> cid. de Goiás; de <b>piracanjuba</b> , uma var. de peixe de rio; etim. <b>pirá-acã-juba</b> , peixe de cabeça amarela. (p.97). Origem Tupi. <i>pirá sm.</i> ‘designação genérica de peixe, em tupi’   <i>piracanjuba sf.</i> ‘espécie de dourado’ 1792. Do tupi <i>pirakan̄ ‘jūya</i> (p.498).	
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome Simples (Substantivo Masculino)	
<b>Informações enciclopédicas:</b> (Piracanjuba ou Paracanjuba) – Rio, nasce na serra de Passa Quatro e atravessa o município bem como o de Pouso Alto. Adiante, separa Caldas Novas de Morrinhos e Buriti Alegre, até desaguar no rio Corumbá, pela margem direita. (M. de Bela Vista).	
<b>Referências:</b> Tibiriçá (1985), Cunha (2010), IBGE (1957)	
<b>Data da coleta:</b> Ago./2015 a Jul./2016.	
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva	
<b>Revisor:</b> Prof. <sup>a</sup> Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Na relevância deste estudo, segundo Dias (2008), o *rio Corumbá* é o maior curso d’água do município, dele se extrai areia para a construção civil e suas ilhas e margens servem para abrigar pequenas propriedades, inclusive, para a recreação e turismo. O

*rio do Peixe* é um dos três maiores cursos d'água e fronteiroço na região sul entre Pires do Rio, Cristianópolis, Vianópolis e São Miguel do Passa Quatro; tem como principal afluente o ribeirão Brumado e, também, é o principal afluente do rio Corumbá. O *rio Piracanjuba*, por sua vez, está entre os principais do município; na região norte, faz fronteira entre Pires do Rio, Orizona, Urutaí e Ipameri; sua principal importância foi, na década de 1950 por aí, ter funcionado uma usina hidrelétrica que abastecia o município de Pires do Rio-GO.

A análise zootoponímica na localidade pesquisada evidenciou a valorização da fauna local, pois ao utilizar o nome de animais, recuperou-os para nomear lugares, como os rios. Observamos que os nomes de animais, os quais estabelecem a sua origem nas línguas tupi (Piracanjuba e Corumbá) e latina (Peixe), motivaram a nomeação dos elementos geográficos e, de alguma forma, estão vinculados à vida do nomeador, estabelecendo, assim, relações extralinguísticas com os topônimos pesquisados. E, conforme Theodoro Sampaio (1914 *apud* DICK, 1990), dificilmente, o nome do animal estaria desvinculado de sua existência na localidade.

Os elementos de natureza física mais evidentes na motivação que subjazem aos topônimos, ora analisados, foram os de origem vegetal, mineral e animal (peixe). Percebemos, assim, que o nomeador teve influência das características do local para designar o referido topônimo. A partir desta análise, é-nos pertinente ao próximo subtópico proceder com as análises das taxinomias de natureza antropocultural.

#### **4.2.2 As taxinomias de natureza antropocultural presentes nos topônimos**

Os topônimos de natureza antropocultural representam 33% (05 topônimos) do *corpus* analisado, destacando-se os antropotopônimos, ergotopônimos, etnotopônimos e sociotopônimos. O nomeador obteve suas motivações de índole antropocultural, fazendo homenagem a pessoas importantes da cidade; recuperando elementos da cultura material do povo; revelando elementos étnicos, isolados ou não e, por fim, referenciando a atividades profissionais ou pontos de encontro de pessoas da comunidade. Assim, identifica, a influência do homem no meio em que se encontra.

**Gráfico 3** – Taxionomias de Natureza Antropocultural

Por seu turno, o gráfico 3, traz-nos em sua amplitude os topônimos de origem antropocultural e, a partir dele é que procederemos com as análises no decorrer do texto, observando as regências e distintas influências do nomeador no ato do batismo.

#### 4.2.2.1 Antropotopônimos

Dentre os topônimos relativos aos nomes próprios individuais, em nossa pesquisa foi encontrado apenas o *ribeirão Sampaio*, antropotopônimo, correspondendo ao percentual de 20% (01) dos topônimos de natureza antropocultural analisados. Na toponímia brasileira, é recorrente encontrarmos antropotopônimos, especialmente lugares, como: cidades, praças, ruas e outros, acabam recebendo nomes próprios em homenagem a alguém. A ficha lexicográfica-toponímica 12, em sua amplitude, auxilia-nos a perceber a influência do antropotopônimo analisado, pois se refere a uma figura pública da comunidade piresina.

## Ficha lexicográfica-toponímica

<b>Nº de ordem:</b> 12	
<b>Topônimo:</b> Ribeirão Sampaio	<b>Localização:</b> Pires do Rio
<b>Taxionomia:</b> Antropotopônimo	<b>Natureza:</b> Antropocultural
<b>Origem/Etimologia:</b> <i>sm.</i> “marinho”. Sampaio é um sobrenome presente na onomástica portuguesa através de raízes tipicamente toponímicas, devido ao nome de uma vila localizada em Trás-os-Montes, em Portugal, e que teria sido adotado como sobrenome pelos senhores deste local. Alguns etimologistas acreditam que o nome Sampaio tenha surgido a partir do latim <i>Sanctus Pelagius</i> (traduzido como “santo marinho”), que significa Santo Pelagius, e, com o passar do tempo, tenha sofrido alterações na grafia, passando para Sam Peaio, São Payo e, por fim, Sampaio. Origem hebraica.	
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome Simples (Substantivo Próprio – sobrenome)	
<b>Informações enciclopédicas:</b> Sampaio ou Corrente – ribeirão, afluente da margem direita do rio Corumbá. (M. de Pires do Rio).	
<b>Referências:</b> Dicionário online de Nomes Próprios (s/d), IBGE (1957).	
<b>Data da coleta:</b> Ago./2015 a Jul./2016.	
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva	
<b>Revisor:</b> Prof. <sup>a</sup> Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Esse antropotopônimo foi o norteador motivacional para esta pesquisa, pois o *ribeirão Sampaio*, em um de seus limites, por boa parte da população (inclusive eu), é conhecido como Pedro Teixeira (que, na verdade, é o nome da ponte sobre o ribeirão); só tempos depois, conheci o seu verdadeiro nome.

E Dick (1990, p. 286) assegura que:

Os aspectos semânticos que podem ser encontrados nos nomes de pessoas ligam-se, portanto, ao papel que exercem de verdadeiras manifestações culturais dos povos, e onde transparecem os mais diversos motivos determinantes de sua escolha. Talvez a própria maneira pela qual se concebia

o nome, em épocas remotas, como uma substância revestida de poderes místicos, seja a responsável pela variedade das motivações, em uma ou em outras sociedades.

Assim, os aspectos motivacionais para o topônimo em estudo são uma homenagem ao coronel Lino Teixeira de Sampaio; neste caso, de acordo com Cabral (2007), é um patronímico, sobrenome, e faz referência ao doador das terras em que se fundou a cidade de Pires do Rio-GO. Segundo Crystal (2012), muitas são as razões para designar o nome de lugares, ou homenagem, ou, até mesmo, por características geográficas inerentes ao local. Em alguns casos, os nomes são opacos, pois não apresentam nenhuma relação com o referente; nessa situação, há de se fazer uma busca histórica para chegar às relações motivacionais, que não é o nosso caso.

Observando em estudos acerca dos topônimos de índole de nomes próprios individuais, constatamos que:

Nomes próprios de pessoas são obscurecidos em seu conteúdo léxico-semântico pela opacidade do próprio signo que os conforma, distanciados, na maioria das ocorrências, do foco original. Integram o inventário mais fechado da linguagem, cuja origem remonta, no Brasil, aos primeiros nomes de famílias portuguesas para aqui imigradas (DICK, 2001, p. 83).

Por isso, foi possível observar que o patronímico Sampaio ratifica a citação de Dick (2001), pois ele está presente na onomástica portuguesa, evidenciado nas raízes tipicamente toponímicas, relacionado ao nome de uma vila localizada em Trás-os-Montes, em Portugal, que supostamente, teria sido adotado como sobrenome pelos senhores deste local (DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS, s/d).

A importância desse referido ribeirão para o município de Pires do Rio-GO justifica-se, desde a sua nomeação, pela razão de sua nascente ser em terras que eram de propriedade do coronel Lino Teixeira de Sampaio e, também, pelo seguinte motivo:

O ribeirão Sampaio é utilizado como um dos limítrofes das áreas urbana e rural, também depositário da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), conseqüentemente, recebendo a água do esgoto depois de feito seu devido tratamento. Neste ribeirão encontram-se os menores pontos altimétricos da área urbana, o que favoreceu a construção da ETE (DIAS, 2008, p. 84).



Nesse contexto, é evidente que a motivação para o topônimo Sampaio é uma homenagem a uma pessoa que tem uma importância para o local, a cidade de Pires do Rio-GO. E, assim, podemos evidenciar que o ato de nomear, aqui, institui as relações de poder, possivelmente, a de córrego do senhor coronel Lino Teixeira de Sampaio, estabelecendo as relações de poder que o próprio coronel mantinha sobre o local, a cidade.

#### 4.2.2.2 Ergotopônimos

Os topônimos referentes a elementos da cultura material, ergotopônimos, nas análises desta pesquisa, tiveram o percentual de 20% (01) dos topônimos analisados, *ribeirão Baú*; observamos, então, que o denominador foi motivado pelas relações da cultura material a qual que o cerca. Já observado em Sapir (1969), pois, no léxico toponímico reflete o ambiente social do falante; assim, o topônimo no qual o objeto baú é de origem da cultura material e de uso humano, provavelmente, as características do objeto, como: fundura, largura e formato do baú, foram vitais para a nomeação do ribeirão.

#### Ficha lexicográfica-toponímica

<b>Nº de ordem:</b> 13	
<b>Topônimo:</b> Ribeirão Baú	<b>Localização:</b> Pires do Rio
<b>Taxionomia:</b> Ergotopônimo	<b>Natureza:</b> Antropocultural
<p><b>Origem/Etimologia:</b> ba-ú (fr) <b>Sm</b> (Co) 1 mala de madeira recoberta de couro, com tampa conversa 2 móvel em forma de caixa, de folha ou madeira, onde se guardam roupas e demais objetos (p.169).</p> <p><i>sm.</i> ‘tipo de caixa ou mala, com tampa convexa na parte externa’   <i>baul</i> XVI, <i>bau</i> XVII, <i>bahu</i> 1805   Do ant. <i>baul</i>, deriv. do a. fr. <i>bahur</i> (hoje <i>bahut</i>), de origem obscura (p.84).</p>	

<b>Estrutura morfológica:</b> Nome Simples (Substantivo Masculino)
<b>Informações enciclopédicas:</b> Ribeirão, afluente da margem direita do rio Piracanjuba, na divisa do município de Pires do Rio. (M. de Campo Formoso).
<b>Referências:</b> Borba (2004), Cunha (2010), IBGE (1957).
<b>Data da coleta:</b> Ago./2015 a Jul./2016.
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva
<b>Revisor:</b> Prof. <sup>a</sup> Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira

Dessa forma, “a ‘escolha’ do nome se dá segundo um agenciamento enunciativo específico, este acontecimento de nomear recorta como memoráveis os nomes disponíveis como contemporâneos, próprios de sua época” (GUIMARÃES, 2005, p. 36-37). É necessário observar na citação de Guimarães (2005) que, no ato do batismo, o nomeador faz referência ao contemporâneo, ou próprio de sua época; no caso de uso do termo baú, configura-se como essa afirmação é relativa a algo realmente usado em determinada época.

É evidente que o topônimo apresentou como fonte motivacional a relação existente entre a cultura material e seu nomeador, ou seja, uma motivação toponímica de ordem antropocultural; assim, essas designações, que recuperam elementos da cultura material do povo da localidade, identificam a influência do homem no meio onde se vive.

#### 4.2.2.3 Etnotopônimos

Uma das taxionomias de natureza antropocultural de maior ocorrência nesta pesquisa, com o percentual de 40%, (02) topônimos dos analisados, foram os etnotopônimos, topônimos relativos a elementos étnicos, isolados ou não, sendo o *ribeirão Caiapó* e *ribeirão Maratá* que, no decorrer de nossa pesquisa, são apresentados nas fichas lexicográficas-toponímicas, a seguir.

Ficha lexicográfica-toponímica

<b>Nº de ordem:</b> 14	
<b>Topônimo:</b> Ribeirão Caiapó	<b>Localização:</b> Pires do Rio
<b>Taxionomia:</b> Etnotopônimo	<b>Natureza:</b> Antropocultural
<b>Origem/Etimologia:</b> rio do E. de Goiás; nome de uma tribo fam. linguística Jê que habitou a região (p.34). cai-a-pó ( <i>Tupi</i> ) <b>S 1</b> indivíduo de um povo indígena de Mato Grosso <b>Sm [PI] 2</b> esse povo (p.217).	
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome Simples (Substantivo Masculino)	
<b>Informações enciclopédicas:</b> Ribeirão, afluente da margem direita do rio Corumbá. (M. de Pires do Rio).	
<b>Referências:</b> Tibiriça (1985), Borba (2004), IBGE (1957).	
<b>Data da coleta:</b> Ago./2015 a Jul./2016.	
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva	
<b>Revisor:</b> Prof. <sup>a</sup> Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira	

## Ficha lexicográfica-toponímica

<b>Nº de ordem:</b> 15	
<b>Topônimo:</b> Ribeirão Maratá	<b>Localização:</b> Pires do Rio
<b>Taxionomia:</b> Etnotopônimo	<b>Natureza:</b> Antropocultural
<b>Origem/Etimologia:</b> Marata – <b>sm. 1</b> indivíduo dos maratas <b>2</b> língua indo-europeia, do ramo indo-iraniano, sub-ramo indo-árico, falada no Oeste e Centro da Índia, esp. no Estado de Maharashtra, por aprox. 50 milhões de pessoas. É uma das línguas oficiais da Índia. Sâns. <i>mahārāstra</i> 'o grande reino', pelo hind. <i>marhatta</i> 'id.'	
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome Simples (Substantivo Masculino)	
<b>Informações enciclopédicas:</b> afluente da margem direita do ribeirão Caiapó. (M. de Pires do Rio).	
<b>Referências:</b> Houaiss (2009), IBGE (1957).	
<b>Data da coleta:</b> Ago./2015 a Jul./2016.	
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva	

<b>Revisor:</b> Prof. <sup>a</sup> Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira
--

Na justeza dos nomes, podemos evidenciar também que, ao batizar o *ribeirão Caiapó*, o nomeador se valeu de fatores antropoculturais em relação aos índios caiapós ‘*kayapó*’ que, segundo fatos da história, estiveram em terras goianas; dessa forma, ao se valer do uso do topônimo, a motivação para tal ato de batismo pode ser referente a esses povos terem influências de alguma forma sobre o nomeador no ato do batismo do topônimo.

Já, o topônimo *ribeirão Maratá* traz em sua bases semânticas como i. “língua indo-europeia”, ii. “indivíduos dos maratas”, segundo Houaiss et al (2009). E, possivelmente, a motivação do designativo foi a influência de grupos europeus que também passaram por estas terras, porquanto o país fora colonizado por Portugal e, na formação da sociedade goiano e piresina terem a presença de várias etnias, inclusive, europeia.

Dessa forma, é evidente que os etnotopônimos estão relacionados à presença e influência de grupos de distintas etnias no Brasil visto que a história local e nacional revelam a presença de vários povos na formação do sociedade brasileira.

#### 4.2.2.4 Sociotopônimos

Tomando por análise os topônimos relacionados às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma dada comunidade, dentre os sociotopônimos, numa frequência de 20% (01) dos topônimos analisados, foi encontrado o designativo *ribeirão Mucambo*.

Ficha lexicográfica-toponímica

<b>Nº de ordem:</b> 16	
<b>Topônimo:</b> Ribeirão Mucambo	<b>Localização:</b> Pires do Rio
<b>Taxionomia:</b> Sociotopônimo	<b>Natureza:</b> Antropocultural

<b>Origem/Etimologia:</b> Mocambo <i>sm</i> ‘esconderijo, refúgio dos negros (escravos) fugido’   1535, <i>mocano</i>   Do quimb. <i>mu’kamu</i> ‘escondrijo’. Embora se documente em vários textos quinhentistas relativos aos antigos domínios portugueses na África, foi no Brasil que o voc. Se difundiu intensamente, desde o período colonial, em decorrência do intenso convívio dos brancos com os negros escravos da africanos. (p.431)
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome Simples (Substantivo Masculino)
<b>Informações enciclopédicas:</b> Não encontrada.
<b>Referências:</b> Cunha (2010).
<b>Data da coleta:</b> Ago./2015 a Jul./2016.
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva
<b>Revisor:</b> Prof. <sup>a</sup> Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira

O topônimo tem sua origem no termo *mocambo*, que se refere a esconderijo de escravos fugidos (CUNHA, 2010). Possivelmente, assim como já observado nos fatores motivacionais de outros topônimos, a relação de grupos étnicos terem passado, ou habitado na região pode ter influenciado na nomeação do designativo. Na região observada, viveram escravos, negros que formaram um comunidade rural; dessa forma, podem ter influenciado o nomeador no ato do batismo do *ribeirão Mucambo*.

A partir do sociotopônimo analisado, observamos, em Carvalhinhos (2003, p. 172), que:

Os atuais estudos onomásticos no Brasil vêm justamente resgatando a história social contida nos nomes de uma determinada região, partindo da etimologia para reconstruir os significados e, posteriormente, traçar um panorama motivacional da região em questão, como um resgate ideológico do denominador e preservação do fundo de memória.

Desse modo, ao traçar um panorama dos topônimos analisados, é elementar que o nomeador, ao longo das nomeações, buscou em suas bases motivacionais preservar a memória local, seja nos fatores físicos e/ou sociais. Para configurar tais dados, no

próximo subtópico analisaremos as línguas que deram origem aos topônimos já analisados.

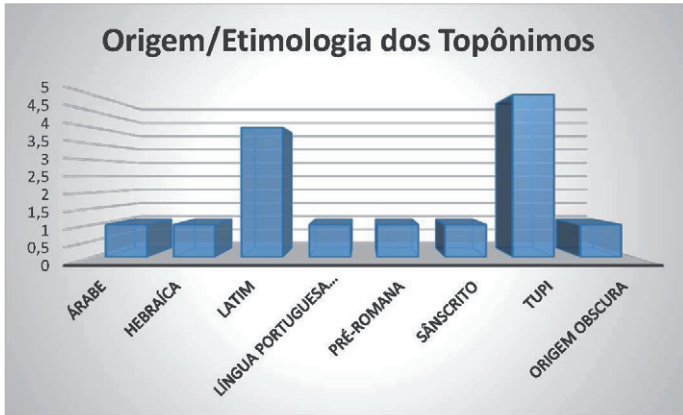
### **4.3 As línguas que deram origem aos topônimos**

Analisar as línguas as quais deram origem aos topônimos, estratos linguísticos, antes de mais nada, é perceber as influências das etnias constituídas em nosso país e região. Sabemos que, no início do século XVI, quando os povos lusófonos chegaram em terras brasileiras, os índios já as habitavam; embora fossem os donos da terra, tão logo, os portugueses se instalaram e se fizeram os novos donos. Mas, no decorrer dos séculos, outros povos foram chegando e também se assentando no local; daí, retiramos a origem dos estratos linguísticos dos topônimos analisados nesta pesquisa.

De acordo com Dick (1992, p. 81),

a formação etno-histórica do Brasil acusa a existência de estratos populacionais diversos como os ameríndios, distribuídos em vários troncos e famílias. Os portugueses, os africanos e os de procedência estrangeira, já em época posterior à colonização propriamente dita. Essa origem heterogênea deixou reflexos diferenciados na língua, nos usos e costumes, nas tradições regionais e, conseqüentemente, na toponímia do país.

Mediante esse enfoque histórico, perceber essa heterogeneidade linguística na formação dos topônimos é fundamental visto que, dos 15 topônimos dos cursos d'água do município de Pires do Rio-GO, a sua maioria é de origem indígena; essa assertiva revela que, apesar do processo de colonização e imposição da língua portuguesa, a língua dos nativos ainda prevaleceu, ao menos na designação toponímica. E no gráfico abaixo, apresentaremos as línguas que deram origem aos topônimos, já analisados.

**Gráfico 4 – Origem/Etimologia dos Topônimos**

Sendo assim, analisar as origens dos topônimos é reconhecer, segundo Dick (2006), que a Toponímia pode conviver com dois movimentos vivenciados de linguagem: i) a nativa (linguagem indígena) e ii) a advenga, ou seja, de índole civilizatória, pois ambas colaboraram para a formação dos brasileirismos e regionalismos, mas não apenas, presentes na língua. Podemos, assim, constatar em nossas análises, que o vivenciado, de acordo com a linguagem “nativa”, foi a que teve maior frequência neste estudo.

Observamos também no gráfico IV, a frequência das línguas as quais deram origem aos 15 topônimos dos cursos d’água do município de Pires do Rio-GO e, no que se segue, procederemos com as análises e, logo após, a estrutura morfológica.

O topônimo *córrego Laranjal* é de origem árabe; a influência dessa língua em nossa região nos é evidenciada no início do século XX, com a fundação da cidade de Pires do Rio-GO. Os árabes foram um dos primeiros imigrantes que aqui chegaram, bem como tiveram um destaque na área comercial; possivelmente, esse topônimo tenha relações com tal fato. No que tange à frequência, a língua Árabe (esta língua

influenciou imensamente o léxico da Língua Portuguesa) corresponde a 7% (01) dos topônimos analisados.

Ainda, contatamos outras línguas como a Hebraica – *ribeirão Sampaio*; Pré-romana – *córrego Barreiro*; Sânscrito – *ribeirão Maratá* e, ainda de Origem Obscura – *ribeirão Baú*. Cada uma dessas línguas correspondem à frequência de 7% (01) dos topônimos analisados; provavelmente, as devidas nomeações se devem ao fato da vinda de pessoas de outros continentes em busca de melhores condições de vida e, assim, contribuíram com a formação dos designativos dos cursos d’água.

Os dados da toponímia brasileira em relação à origem dos topônimos são de origem da Língua Portuguesa, devido a colonização, já que os povos lusófonos, aqui, chegaram e segundo Dick (1995, p. 60):

os primeiros topônimos funcionavam, portanto, como verdadeiros “sign-posts”, ou marcas semióticas de identificação dos lugares, usadas com a finalidade de distinguir as características de espaços semelhantes: uma forma, uma silueta, o perfil de uma paisagem se apresentando como recortes de uma corografia maior a ser detalhada.

A luz desse raciocínio, os povos lusófonos nomeavam os lugares de acordo com características do lugar. Assim, os topônimos por nós analisados – *córrego Brumado*, *córrego da Terra Vermelha*, *ribeirão Cachoeira* e *rio do Peixe* – são de origem latina, língua que deu origem à Língua Portuguesa e, entre os topônimos estudados, referem-se ao percentual de 29% (04 topônimos) dos analisados.

No tocante ao processo de colonização do Brasil, os portugueses necessitavam de mão-de-obra; mas como não tiveram êxito com os índios, então foi necessário a busca de outros povos; com isso, trouxeram os escravos. E, no processo de nomeação dos cursos d’água do município de Pires do Rio-GO, a Língua Portuguesa (África); o percentual de 7% (01) dos topônimos – *ribeirão Mucambo* – especificado como o local, esconderijo de escravos fugitivos. Há relatos de que, na região da zona rural do município de Pires do Rio-GO, tem uma localidade a qual foi constituída em sua maioria populacional por escravos; provavelmente, pode esse topônimo ter sido influenciado por tal fato.



Em sua maioria, 36% (05) dos topônimos analisados são de origem Tupi – córrego Caiapó, córrego Itaúbi, ribeirão Taquaral, rio Corumbá e rio Piracanjuba – e, segundo Bearzoti Filho (2002, p. 43), ao tratar das designações de origem tupi, assinala que “em grande parte, trata-se de topônimos atribuídos não por índios, mas por bandeirantes, que, como já vimos, utilizavam a língua geral como idioma de comunicação ordinária em suas expedições”.

E, de acordo com Sampaio (1928, p. 02),

ao europeu, porém, ou aos seus descendentes cruzados, que realizaram as conquistas dos sertões, é que se deve a maior expansão do tupi, como língua geral, dentro das raias atuais do Brasil. As levas, que partiam do litoral, a fazerem descobrimentos, falavam, no geral, o tupi; pelo tupi designavam os novos descobertos, os rios, as montanhas, os próprios povoados que fundavam e que eram outras tantas colônias, espalhadas nos sertões, falando também o tupi e encarregando-se naturalmente de difundi-lo.

Dessarte, ao firmar o ato de nomeação das localidades, constatamos que o tupi, língua de origem do maior número de topônimos dos cursos d’água do município de Pires do Rio-GO; possivelmente, deve-se à influência das seguintes relações: a internalização de nomes de origem tupi na língua falada pelos bandeirantes que vieram para Goiás e a presença de índios, como já mencionamos; há indícios que os índios ‘*kayapó*’ viveram região, nas bandeiras, na época da colonização do interior do Brasil e, conseqüentemente, do sertão goiano (PEREIRA, 2009).

Ainda, consoante Pereira (2009, p. 27) observamos que:

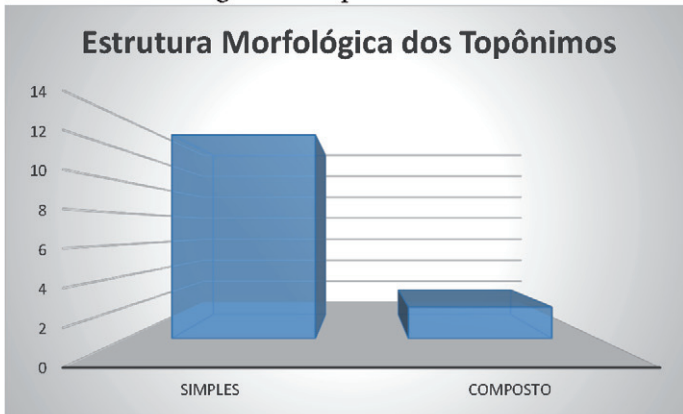
A toponímia brasileira como um todo reúne uma grande quantidade de nomes de base indígena na nomeação de acidentes geográficos que evidenciam marcas da presença de várias etnias na nomenclatura geográfica brasileira. Um estudo toponímico, numa dimensão etnolinguística, analisa, desde a origem dos nomes, até as influências socioculturais da população que habita o espaço geográfico em estudo na forma de nomear os acidentes físicos, verificando se no momento da designação de um lugar, o designador apropriou-se de nomes cuja origem procedeu de estratos linguísticos de base portuguesa ou de outras línguas que influenciaram a formação do léxico do português brasileiro, principalmente as línguas indígenas e africanas.

Vale pontuar ao analisarmos os topônimos dos cursos d'água do município de Pires do Rio-GO que podemos constatar, em sua maioria, as línguas que lhe deram origem foram as indígenas e a latina; as outras abarcaram em um percentual menor, possivelmente, estão ligadas à vinda de outras etnias que ajudaram na formação populacional do Brasil e de Goiás.

#### 4.4 A estrutura morfológica dos topônimos

Com vistas nos parâmetros teórico-metodológicos da pesquisa, seguindo o que é estabelecido por Dick (1992) ao que se refere a estrutura morfológica, o topônimo pode ser classificado como simples, composto e composto híbrido que, de acordo com a autora citada (1992, p. 14) “topônimo que em sua estrutura há a presença de duas bases linguísticas distintas, por exemplo: tupi + português”, mas não encontrado em nossa pesquisa. A partir deste norte, tomamos o gráfico V para procedermos com a análise.

**Gráfico 5** – Estrutura Morfológica dos Topônimos



Dos 15 sintagmas toponímicos catalogados, uma representação de 87% (13 topônimos) são de estrutura simples que, no processo de nomeação, o nomeador utilizou apenas um formante, ou seja, um elemento designativo. Já, os compostos

aparecem no percentual de 13% (02 topônimos), formados por mais de um formante lexical.

Ao trazermos essas informações em relação à formação dos topônimos, observamos que como uso de substantivos e adjetivos o denominador acaba por trazer características do local, onde nomes comuns passam a formar nomes próprios e, consoante, Dick (2006, p. 108),

o topônimo integrará não uma categoria descritiva de nomes nem um índice cromático desvinculado de outras considerações culturais e, sim, o que chamamos, na teoria, de nomes transplantados, deslocados ou transferidos de seu lugar de origem para outros pontos distantes, formando uma nova sequência nominal.

No processo de nomeação, outrossim, o nomeador faz uso de designativos que, além de sofrer certos deslocamentos, como já mencionado, de nome comum para nome próprio, há também casos de alguns topônimos sofrerem alterações em suas estruturas morfológicas, como o caso do designativo *ribeirão Mucambo* que, em suas origens traz a grafia de *mocambo*.

No decorrer deste estudo e análises, foi possível perceber que os topônimos, além de servirem como indicadores espaciais, refletem características físicas e sociais da sociedade a que pertencem; por isso, mantêm relações com os usos e costumes da sociedade. E, ao final, foi notório perceber nas línguas que deram origem aos topônimos a estreita relação com o ambiente, pois, de alguma forma, o nomeador obteve motivação tanto do espaço, meio ambiente, como da língua propriamente dita.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propormos estudar os topônimos dos cursos d'água do município de Pires do Rio-GO, tomamos por base caracterizar o ato de nomear e dele reiteramos e pode ser observado em sua totalidade a relação de poder, pois nomear é instituir. E é por meio do batismo do topônimo que ele se instaura e revela as relações do meio ambiente com o homem e/ou do homem com meio que o circunda. As considerações finais, ora apresentadas, referem-se aos estudos toponímicos relacionados apenas ao contexto local desta pesquisa, mas, muito ainda há de ser estudado na área em relação à toponímia em Goiás.

Os objetivos da pesquisa constituem-se, basicamente, em descrever e analisar os topônimos designativos dos cursos d'água do município de Pires do Rio-GO, observando noções pertinentes à elaboração de taxionomias de natureza física e antropocultural. Assim, em sua maioria, os elementos físicos sobressaíram aos demais, pois, no total de 15 topônimos analisados, o percentual de 67% (10 topônimos) foi motivado pelos aspectos físicos, sendo que, os de origem vegetal, fitotopônimos, e animal, zootopônimos, tiveram maior recorrência. Assim, concretizamos, que o ambiente influenciou o nomeador no ato do batismo, estabelecendo as relações entre língua e ambiente, inclusive, com os aspectos extralinguísticos.

Ademais, a maior incidência de taxionomias de natureza física, nesta pesquisa, demonstra a tendência do denominador de nomear os lugares com nomes dos elementos físicos da natureza circundante, numa constatação de que o meio ambiente

exerce grande influência sobre o homem, refletindo-se, também, no processo de nomeação dos lugares.

Já, no que tange às taxionomias de natureza antropocultural em nossas análises com o percentual de 33% (05 topônimos), os etnotopônimos, referentes a elementos étnicos foram os com maior frequência. Observamos nas taxes de natureza antropocultural que os fatores culturais foram os motivadores para a designação dos topônimos analisados, evidenciando as relações do homem com o ambiente que o cerca. Para tanto, foi necessário identificar os fatores constitutivos da motivação que subjazem à escolha do nome do lugar, possibilitado por meio da caracterização de fatores sociais, culturais, históricos, que nos auxiliaram nas análises dos topônimos.

Aludindo a hipótese inicial da pesquisa de que, pelo caráter motivado, o signo toponímico possibilita reconhecer fatores vinculados ao que subjaz à escolha dos nomes de lugares; e assim, possibilitou-nos o levantamento de fatores sócio-histórico-culturais e ambientais necessários à análise linguística dos nomes dos cursos d'água como índice de estreita relação entre língua/ambiente e cultura. E, pudemos observar que os topônimos estabelecem relações da língua e meio ambiente, no que concerne à análise das taxionomias de natureza física e, *a posteriori*, as relações de língua e cultura evidenciadas nas taxionomias de natureza antropocultural. Nas taxes analisadas, foi possível detectar que o ambiente e o contexto são fundantes nas motivações que subjazem aos topônimos analisados. Desta forma, entende-se um rio, um ribeirão, um córrego lugares que, uma vez nomeados, passam a carregar as inúmeras memórias do lugar.

Os fatores sócio-históricos-culturais do município de Pires do Rio-GO foram, também, imprescindíveis no processo de análise dos designativos dos lugares, pois, no caso do topônimo *ribeirão Sampaio*, antropotopônimo, ficou evidente que o fato motivador foi a relação de poder do nome, devido ao ribeirão ter sua nascente em terras de propriedade do coronel Lino Teixeira de Sampaio e, também por ter sido ele o doador das terras em que surgiu o referido município.

Ao levantar as perguntas de pesquisa: qual a origem dos nomes dos cursos d'água da cidade de Pires do Rio? Os nomes são os oficiais atribuídos pelo IBGE, ou

é a comunidade do lugar que os nomeia a partir de fatos que lhe chamaram atenção? Após ter analisado os 15 topônimos, fica evidente, que todos os nomes estão registrados nas cartas topográficas e são oficializados pelo IBGE; mas, provavelmente, os nomes foram dados pela comunidade que habitou nas localidades, até mesmo pelas características levantadas nos designativos fazendo referência ao local.

Em sequência, por meio da caracterização dos topônimos, estabelecidos pelo ideal metodológico onomasiológico, norte da nossa pesquisa, combinado com outros métodos, como o *Wörter und Sachen* (palavras e coisas), numa abordagem quali-quantitativa, ficou evidente na relação da toponímia, que os aspectos históricos são bastante reveladores da ação de nomeação dos lugares. Nesse ínterim, foi-nos possível quantificar os topônimos em relação às taxinomias, origem e estrutura morfológica, percebendo as ocorrências em maior frequência.

Vale pontuar que a análise do ponto de vista etnolinguístico demonstrou a predominância de topônimos originários da língua indígena, o percentual de 36%; essa recorrência é supostamente devida à internalização de nomes de origem tupi na língua falada pelos bandeirantes que vieram para Goiás, e à presença de indígenas; como já mencionamos, há indícios de que os índios '*kayapó*' viveram na região, nas bandeiras, na época da colonização do interior do Brasil e, conseqüentemente, do sertão goiano (PEREIRA, 2009).

Outra consideração que não pode ser olvidada é a respeito da língua latina que deu origem à língua portuguesa, presente em 29% dos topônimos analisados; isso, devido aos povos lusófonos que nomeavam os lugares com as características as quais se estabeleciam com os referidos locais, por eles percorridos e habitados. E, também, outras línguas tiveram uma menor frequência, como a árabe, hebraica, pré-romana, sânscrito e, outro topônimo de origem obscura. Fica evidente que outras etnias influenciaram na nomeação dos lugares, pode ser pelo fato de o nomeador pertencer à etnia ou ter alguma relação indireta.

Quanto à estrutura morfológica do tópic, de acordo com Dick (1992), dos analisados 87% são de formação simples, tendo apenas um formante e 13% são compostos, com dois formantes lexicais; assim, os compostos revelam mais de uma

característica do local nomeado, e caracterizam mais de uma taxionomia. De forma peculiar, esta pesquisa, além de proceder com as análises de classificação, origem/etimologia, morfológica e semântico-toponímicas, remapeou e cartografou os cursos d'água do município de Pires do Rio-GO, sem mencionar no revisitar da formação histórica deste município e da contribuição com os estudos toponímicos no estado de Goiás.

Assim, os topônimos, além de servirem como indicadores espaciais, refletem características físicas e sociais da sociedade a que pertencem; por isso mantêm, relações com os usos e costumes dessa sociedade. E, ao perceber essas relações de língua/ambiente e cultura na designação do topônimo, foi que propusemos esta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Karylleila dos Santos. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins: ATITO**. Goiânia-GO: Ed. PUC Goiás, 2010.

ALMEIDA, Lana Cristina Santana de. **O léxico toponímico das comunidades rurais de Santo Antônio de Jesus: uma análise semântica e sociocultural**. 2012, 188f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2012.

AULETE, Caldas. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro-RJ: Lexikon, 2011.

BASSETTO, Bruno Fregni. **Elementos de Filologia Românica: história Externa das Línguas Românicas**. V.1. 2ed. São Paulo-SP: EDUSP, 2013.

\_\_\_\_\_. **Elementos de filologia românica: história, externa das línguas**. São Paulo-SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BEARZOTI FILHO, Paulo. **Formação linguística do Brasil**. Curitiba-PR: Nova Didática, 2002.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução: Centro Bíblico Católico. 100ª ed. rev. São Paulo-SP: Ave Maria, 1995.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da palavra. **Filologia e Linguística Portuguesa**. Araraquara-SP, n. 2, p. 81-118, 1998.

BORBA, Francisco da Silva. (Org.) **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo-SP: UNESP, 2004.



BORGES, Barsanufio Gomides. **O despertar dos dormentes; estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922.** Goiânia-GO: Cegraf, 1990.

BOSI, Alfredo. Plural, mas não caótico. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Cultura Brasileira: temas e situações.** São Paulo-SP: Editora Ática, 1987, p. 7-15.

BRASIL. Ministério do Exército – Diretoria do Serviço Geográfico. **Cartas Topográficas - Pires do Rio-GO**, folha SE-22-X-III, Escala 1100 000. 1973.

\_\_\_\_\_. Ministério do Exército – Diretoria do Serviço Geográfico. **Cartas Topográficas - Ipameri-GO**, folha SE-22-X-VI, Escala 1100 000. 1973.

\_\_\_\_\_. Ministério do Exército – Diretoria do Serviço Geográfico. **Cartas Topográficas - Cristianópolis-GO**, folha SE-22-X-II, Escala 1100 000. 1973.

CABRAL, João de Pina. Mães, pais e nomes no baixo sul (Bahia, Brasil). In: \_\_\_\_\_; VIEGAS, Susana de Matos. **Nomes: gênero, etnicidade e família.** Coimbra-Portugal: Almedina, 2007, p. 63-87.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **História da Linguística.** 6ª edição. Petrópolis-RJ: Editora Vozes LTDA, 1975.

\_\_\_\_\_. Língua e cultura. **Revista Letras.** Londrina-PR, v. 4, p. 50 - 59, 1955. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/letras/article/view/20046/13227>>. Acesso em: 30 set. 2015.

CAMPBELL, Lyle. **Historical Linguistics: An Introduction.** 2 ed. Cambridge-EUA: MIT, 2004.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. Onomástica e lexicologia: o léxico como catalisador de fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). **Revista USP.** São Paulo-SP, n. 56, p. 172-179, 2003. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33819>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Antroponímia: Um velho caminho, um novo instrumental de análise linguístico-literária. **Revista Álvares Penteado**, São Paulo-SP, v. 4, n. 8, p. 115-135, 2002.

COSERIU, Eugênio. **O homem e sua linguagem.** Trad. Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. São Paulo-SP: Edusp, 1982.

\_\_\_\_\_. **Princípios de semântica estrutural**. Madrid-Espanha: Gredos, 1977.

COUTO, Hildo Honório do. Onomasiologia e semasiologia revisitadas pela ecolinguística. **Revista de Estudos da Linguagem**. Belo Horizonte-MG, v. 20, n. 2, p. 183-210, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2748>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ecolinguística** - estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília-DF: Thesaurus, 2007.

CROWLEY, Terry. **An Introduction to Historical Linguistics**. 3 ed. Oxford-EUA: Oxford University, 2003.

CRYSTAL, David. **Pequeno tratado da linguagem humana**. Tradução Gabriel Perissé. São Paulo-SP: Saraiva, 2012.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro-RJ: Lexikon, 2010.

CUNHA, Celso. A magia da palavra. In: \_\_\_\_\_. **Sob a pele das palavras**. Rio de Janeiro-RJ: Nova Fronteira: Academia Brasileira de Letras, 2004, p. 217-233.

DIAS, Ana Lourdes Cardoso. **Toponímia dos antigos arraiais tocantinense**. 2016. 207f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiânia, Faculdade de Letras, Goiânia-GO, 2016.

DIAS, Cristiane. **Mapeamento do município de Pires do Rio-GO: usando técnicas de geoprocessamento**. 2008. 187f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2008.

**Dicionário de nomes próprios**. Significado dos nomes. s/d. Disponível em: <<https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/sampaio/>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Fundamentos teóricos da Toponímia. Estudo de caso: O Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa. (Org.). **O léxico em estudo**. Belo Horizonte-MG: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 91-117.

\_\_\_\_\_. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça.

**As ciências do léxico:** lexicologia, lexicografia e terminologia. Vol. II. Campo Grande-MT: Editora da UFMS, 2004, p. 121-130.

\_\_\_\_\_. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri (orgs.). **As ciências do léxico:** lexicologia, lexicografia, terminologia. 2. ed. Campo Grande-MS: UFMS, 2001, p. 77-88.

\_\_\_\_\_. A Investigação Linguística na Onomástica Brasileira. **Estudos de Gramática Portuguesa III**. Frankfurt am Main, Volume III, 2000, p. 217-239.

\_\_\_\_\_. Métodos e questões terminológicas na onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. **Investigações**. Linguística e Teoria Literária. Recife-PE, v. 9, p. 119-148, 1999.

\_\_\_\_\_. **A dinâmica dos nomes da cidade de São Paulo 1554-1987**. São Paulo-SP: ANNABLUME, 1996.

\_\_\_\_\_. O léxico toponímico: marcadores e recorrências linguísticas. (Um estudo de caso: a toponímia do Maranhão). **Revista Brasileira de Linguística**. São Paulo-SP: editora Plêiade. v. 8 – n. 1, p. 59-68, 1995.

\_\_\_\_\_. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. São Paulo-SP: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira**. São Paulo-SP: Edições Arquivo do Estado, 1990.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de linguística**. São Paulo-SP: Cultrix, 2004.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica:** uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo-SP: Parábola Editorial, 2006.

FERREIRA, Aroldo Márcio. **Urbanização e arquitetura na região da estrada de ferro Goiás – E. F. Goiás:** cidade de Pires do Rio, um exemplar em estudo. 1999, 278f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia-GO, 1999.

FIORIN, José Luiz. A linguagem humana: do mito à ciência. In: \_\_\_\_\_. **Linguística? Que é isso?** São Paulo-SP: Contexto, 2013, p. 13-43.

FRAZER, James George. **The golden bough**. 3. ed. Nova Iorque-USA: The MacMillan Company, 1951.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 1973.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 2ª. ed. Campinas-SP: Pontes, 2005.

GUIRAUD, Pierre. **A semântica**. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 1986.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro-RJ: Objetiva. Versão monousuário 3.0. 1 [CD-ROM]. 2009.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro-RJ: Objetiva, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=521740&idtema=16&search=goias|pires-do-rio|sintese-das-informacoes>>. Acesso em: 27 maio 2016.

\_\_\_\_\_. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Vol. II, Rio de Janeiro-RJ, 1957.

IMB – Instituto Mauro Borges de estatísticas e estudos socioeconômicos. Disponível em: <[www.imb.go.gov.br](http://www.imb.go.gov.br)> Acesso em: 29 maio 2016.

ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Apontamentos sobre hidronímia e hidrotponímia na fronteira entre Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. In: ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). **As Ciências do Léxico**: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2010, p. 79-98.

KRISTEVA, Julia. **História da linguagem**. Tradução Margarida Barahona. Lisboa-Portugal: Edições 70 Lda, 2007.

LIMA, Antónia Pedroso de. Intencionalidade, afecto e distinção: as escolhas de nomes em famílias de elite de Lisboa. In: CABRAL, João de Pina; VIEGAS, Susana de Matos. **Nomes**: género, etnicidade e família. Coimbra-Portugal: Almedina, 2007, p. 39-61.

LÓPEZ, Laura Álvarez. Nomes pessoais e práticas de nomeação à sombra da escravidão. In: BORBA, Lilian do Rocio; LEITE, Cândida Mara Brito. (Orgs). **Diálogos entre língua, cultura e sociedade**. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2013, p. 139-171.

MAURER JR, Theodoro Henrique. Linguística Histórica. **Alfa Revista de Linguística**. São José do Rio Preto-SP, v. 11, p. 19-42, 1967.

MENEZES, Paulo Márcio Leal; SANTOS, Cláudio João Barreto dos; SANTOS, Beatriz Cristina Pereira dos. Geonímia e a cartografia histórica: um estudo sobre os nomes da hidrografia Fluminense. In: **III SIMPÓSIOBRASILEIRO DE CIÊNCIAS GEODÉSICAS E TECNOLOGIAS DA GEOINFORMAÇÃO**, 2010, Recife-PE, 2010, p. 1-8.

NOGUEIRA, Wilson Cavalcanti. **Incidente em Pires do Rio**. Goiânia-GO: Kelps, s/d.

NOVAIS, Simone Francisca de. **Avicultura Industrial e Reestruturação Produtiva: os produtores integrados no município de Pires do Rio (GO)**. 2014. 150f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Catalão-GO, 2014.

OGDEN, Charles Kay; RICHARDS, Ivor Armstrong. **O significado do significado: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo**. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 1972.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. **Linguística Histórica**. In: NUNES, José Horta; PFEIFFER, Claudia. (Orgs.). **Introdução às Ciências das Linguagens: Linguagem, História e Conhecimento**. Campinas-SP: Pontes, 2006, p. 11-48.

PARKIN, David. The politicx of naming among the Giriama. **Sociological Review Monograph**, 36, p. 61-89, 1989.

PAULA, Maria Helena de. **Rastros de velhos falares: léxico e cultura no vernáculo catalano**. 2007. 521f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, Araraquara-SP, 2007.

PEREIRA, Renato Rodrigues. **A toponímia de Goiás: em busca da descrição de nomes de lugares de municípios do sul goiano**. 2009. 204f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Campo Grande-MS, 2009.

PIEL, Joseph. Considerações gerais sobre toponímia e antroponímia galegas. **Verba**, s/l, v. 6, p. 5-11. 1979. Disponível em: <dspace.usc.es/bitstream/10347/3556/1/pg\_007-014\_verba6>. Acesso em: 23 mar. 2016.

PIERCE, Charles Sanders. **Semiótica**. Tradução José Teixeira Neto. São Paulo-SP: Perspectiva, 2005.

PLATÃO. **Crátilo**. Lisboa-Portugal: Instituto Piaget, 2001.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim; BASTOS, Gleyce Ramos. Onomástica e possibilidades de releitura da história. **Revista Augustus**. Rio de Janeiro-RJ, ano 15, n.30, p. 86-92, 2010.

ROCHA, Júlio César Barreto; GALVÃO, Elis Monique Vasconcelos; GONÇALVES, Maurício Costa. Onomástica, uma ciência para a autoidentificação de Rondônia. **Revista Pesquisa & Criação** (UNIR), Porto Velho-RO: v. 10, n. 1, p. 25-34, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/propesq/article/viewFile/405/440>> Acesso em: 10 jun. 2016.

SAMPAIO, Theodoro. **O Tupi na geografia nacional**. Salvador-BA: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artificies, 1928.

\_\_\_\_\_. **O Tupi na Geographia Nacional**. Memoria lida no Instituto Histórico e Geographico de São Paulo. São Paulo-SP: Typ. da Casa Eclectica, 1901.

SAPIR, Edward. **A Linguagem**. São Paulo-SP: Perspectiva, 1980.

\_\_\_\_\_. **Linguística como ciência**. Rio de Janeiro-RJ: Livraria Acadêmica, 1969.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 30ª ed. São Paulo-SP: Cultrix, 2008.

SIQUEIRA, Gisele Martins; AGUIAR, Maria Sueli de. Linguística histórica comparativa e formação do léxico da língua portuguesa. In: **II Simpósio Nacional de Letras e Linguística I Simpósio Internacional de Letras e Linguística: Linguagens, História e Memória** (25 anos do curso de Letras, Campus Catalão). Catalão-GO, p. 381-394, 2011.

\_\_\_\_\_. **Campos léxicos dos falares rurais de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo**. s/d. Disponível em: <<http://www.sbpnet.org.br/livro/63ra/conpeex/mestrado/trabalhos-mestrado/mestrado-gisele-martins.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

SIQUEIRA, Jacy. **Um contrato singular e outros ensaios de Histórias de Goiás**. Goiânia-GO: Kelps, 2006.

SIQUEIRA, Kênia Mara de Freitas. **O léxico tupi na nomeação dos lugares goianos**. 2015. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. Toponímia Kalunga: aspectos da inter-relação língua, povo e território. **Via Litterae**. Anápolis-GO, n. 7, v. 1, p. 61-75, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/vialitterae/>>. Acesso em: 15 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Nos trilhos da estrada de ferro: reminiscências de motivações toponímicas. **Revista da ANPOLL**, São Paulo-SP, v. 1, n. 32, p. 150-170, 2012. Disponível em: <[www.anpoll.org.br/revista/](http://www.anpoll.org.br/revista/)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SILVA, Antônio Moreira da. **Dossiê de Goiás – Enciclopédia Regional: um compêndio de informações sobre Goiás, sua história e sua gente**. Rio de Janeiro-RJ, Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2001.

SILVA, Augusto Soares da. Palavras, significados e conceitos o significado lexical na mente, na cultura e na sociedade. **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê Letras e cognição, n. 41, p. 27-53, 2010. Disponível em <[www.uff.br/cadernosdeletrasuff/41/artigo1.pdf](http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/41/artigo1.pdf)>. Acesso em: 06 maio 2015.

SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. **Apresentação de trabalhos acadêmicos**. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

SOARES, Francisco Accioli Martins. **Pontos Históricos de Pires do Rio**. Goiânia-GO: Gráfica e Editora Piloto, 1988.

SOLÍS, Gustavo Fonseca. **La gente pasa, los nombres quedan**. Introducción en la Toponímia. Lima-Peru: Ed. Lengua e Sociedad, 1997.

TIBIRIÇA, Luiz Caldas. **Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi**. Santos-SP: Traço Editora, 1985.

TRASK, Robert Lawrence. **Dicionário de Linguagem e Linguística**. Tradução Rodolfo Ilari. São Paulo-SP: Contexto, 2006.

WHORF, Benjamin Lee. **Lenguage, Pensamiento y Realidad**. Barcelona-Espanha: Barral Editores, 1971.

ZAVAGLIA, Cláudia. Metodologia em Ciências da Linguagem: Lexicografia. In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa. (Orgs.). **Ciências da linguagem: o fazer científico**. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2012, p. 231-264.







**More  
Books!** 



**yes**  
**I want morebooks!**

Buy your books fast and straightforward online - at one of the world's fastest growing online book stores! Environmentally sound due to Print-on-Demand technologies.

Buy your books online at  
**[www.get-morebooks.com](http://www.get-morebooks.com)**

Compre os seus livros mais rápido e diretamente na internet, em uma das livrarias on-line com o maior crescimento no mundo! Produção que protege o meio ambiente através das tecnologias de impressão sob demanda.

Compre os seus livros on-line em  
**[www.morebooks.es](http://www.morebooks.es)**

OmniScriptum Marketing DEU GmbH  
Bahnhofstr. 28  
D - 66111 Saarbrücken  
Telefax: +49 681 93 81 567-9

[info@omniscrptum.com](mailto:info@omniscrptum.com)  
[www.omniscrptum.com](http://www.omniscrptum.com)

OMNIScriptum







